

Relatório de Execução Orçamental

Quarto Trimestre

Ano Orçamental de 2025

ÍNDICE

SIGLAS/ABREVIATURAS	
SUMÁRIO EXECUTIVO	1
INTRODUÇÃO	8
EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES MACROECONÓMICOS DURANTE O QUARTO TRIMESTRE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL PARA O ANO DE 2025.....	10
FINANCIAMENTO E SUSTENTABILIDADE DO FUNDO PETROLÍFERO	15
UTILIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS ACIMA DO RSE	15
CONSIDERAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE	16
EXECUÇÃO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO (OGE) CUMULATIVO DE 2025	17
1. ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2025	17
2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS APROVADAS PELO GOVERNO.....	23
3. UTILIZAÇÃO DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA	27
4. A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2025.....	30
4.1 EXECUÇÃO CONSOLIDADA DO SETOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO	30
4.1.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS RECEITAS DO SETOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO	30
4.1.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESAS DO SETOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO	31
4.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS RECEITAS E DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL.....	32
4.2.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS RECEITAS POR CATEGORIA DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL.....	32
4.2.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESAS POR CATEGORIA DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	40
4.2.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESA POR PROGRAMA NA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL.....	45
4.2.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESA POR PROGRAMA NOS FUNDOS ESPECIAIS	48
4.2.5 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL ADMIN. CENTRAL	51
4.2.6 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESA POR INSTITUIÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL.....	53
4.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS RECEITAS E DESPESAS DA RAEOA.....	66
4.3.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS RECEITAS DA RAEOA	66
4.3.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESAS DA RAEOA.....	67
4.3.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESAS POR PROGRAMA DA RAEOA.....	69
4.3.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESAS POR FUNÇÕES DA RAEOA.....	71
4.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO INSTITUTO NACIONAL DA SEGURANÇA SOCIAL	72
4.4.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS RECEITAS POR CATEGORIA DA INSS	72
4.4.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESAS POR CATEGORIA DA SEGURANÇA SOCIAL	81
4.4.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESA POR PROGRAMA DA INSS	85
4.4.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA DA SEGURANÇA SOCIAL	90
4.4.5 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DA SEGURANÇA SOCIAL.....	91
4.4.6 SALDO DA SEGURANÇA SOCIAL	92

TRANSFERÊNCIAS DE CAIXA PARA SETOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO	94
SALDO DE CAIXA DISPONÍVEL 31 DEZEMBRO 2025 EM BCTL.....	100
AS OPERAÇÕES DA GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA E DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	104
CONCLUSÃO	114
ANEXOS: https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/relatoriu-ezekusaun-q4-2025	
ANEXO 1 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTAIS.....	232
ANEXO 2 - RESUMO DE RECEITAS.....	337
ANEXO 3 - DESPESAS DE DINHEIRO POR ITEMS.....	342
ANEXO 4 - DESPESAS POR PROGRAMA.....	657
ANEXO 5 - DESPESAS POR FUNÇÕES.....	686
ANEXO 6 - DETALHOS DAS DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS PÚBLICAS.....	689
ANEXO 7 – PROGRESSO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO CDC NO RPCGE DE 2024.....	870

Siglas/Abreviaturas

Siglas/Abreviaturas	Nome por extenso
AC	Administração Central
ADB/ BAD	Asian Development Bank/ Banco Asiático de Desenvolvimento
ADN	Agência Nacional de Desenvolvimento
AIFAESA	Autoridade de Inspeção e Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e Alimentar, I.P.
AO	Ano Orçamental
AM	Autoridade/Administração Municipal
AMRT	Arquivo e Museu da Resistência Timorense
ANAAA	Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica
ANC	Autoridade Nacional de Comunicações
ARCOM	Autoridade Reguladora de Comunicações
APA's	Agências Públicas Autónomas
ANP	Autoridade Nacional do Petróleo
ANPM	Autoridade Nacional do Petróleo e Minerais, I.P.
APORTIL	Administração dos Portos de Timor-Leste
ASEAN	Association of Southeast Asian Nations
ASYCUDA	Automated System for Customs Data
BCTL	Banco Central de Timor-Leste
BNCTL	Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste
CAC	Comissão Anti-Corrupção
CAFI	Conselho de Administração do Fundo das Infraestruturas
CASA	Current and Savings Account
CFP	Comissão da Função Pública
CI	Conselho de Imprensa
CLN	Centro Logístico Nacional
CNA	Comissão Nacional de Aprovisionamento
CNE	Comissão Nacional das Eleições
CNR	Centro Nacional de Reabilitação
DGT	Direção-Geral do Tesouro

DNO	Direção Nacional do Orçamento
DGE	Dotações Geral do Estado
EDTL	Eletricidade de Timor-Leste
EP	Empresa Pública
EV	Expense Voucher
FEDA	Fundo Especial de Desenvolvimento Ataúro
FCTL	Fundo Consolidado de Timor-Leste
F-FDTL	Falintil - Forças de Defesa de Timor-Leste
FDCH	Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano
FI	Fundo das Infraestruturas
FMIS	Financial Management Information System / Sistema Informático de Gestão Financeira
FP	Fundo Petrolífero
FRC/FRK	Fundo de Reserva de Contingência/ Fundu Rezerva Kontijénsia
FRSS	Fundo de Reserva da Segurança Social
GPM	Gabinete do Primeiro-Ministro
GRP	Government Resource Planning
HNGV	Hospital Nacional Guido Valadares
IADE	Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial
IDN	Instituto de Defesa Nacional
IGE	Inspeção-Geral do Estado
INAP	Instituto Nacional da Administração Pública
INDMO	Instituto Nacional de Desenvolvimento de Mão-de-Obra
INFORDEPE	Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação
INS	Instituto Nacional de Saúde
INSS	Instituto Nacional Segurança Social
INTL	Imprensa Nacional de Timor-Leste
IP	Instituto Público
IT	Information Technology
IGEADI	Instituto Gestão de Equipamentos e Apoio ao Desenvolvimento de Infraestruturas
IGTL	Instituto de Geociência de Timor-Leste
IPSAS/NICSP	Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público

JAN	Janeiro
JICA	Japan International Cooperation Agency
JPY	Japanese Yen
LN	Laboratório Nacional de Saúde
MACLN	Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional
MAE	Ministério da Administração Estatal
MAPPF	Ministério da Agricultura, Pecuária, Pesca e Florestas
MdF/MoF	Ministério das Finanças/Ministry of Finance
MdS	Ministério da Saúde
MD/MdF	Ministério da Defesa
MEJD	Ministério da Educação, Juventude e Desporto
MESC	Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura
MI	Ministério do Interior
MJ/MdJ	Ministério da Justiça
MNEC	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
MOP	Ministério das Obras Públicas
MPIE	Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico
MPM	Ministério do Petróleo e Minerais
MPO	Ministério do Plano e Ordenamento
MS	Ministério da Saúde
MSSI	Ministério da Solidariedade Social e Inclusão
MCI	Ministério Comércio e Indústria
N/M	Not Meaningful/Não é Significativo
OGE	Orçamento Geral do Estado
ONU	Organização das Nações Unidas
ONG	Organização Não Governamental
OPTs	Ordens de Pagamento do Tesouro
OSS	Orçamento da Segurança Social
PGR	Procuradoria-Geral da República
PCM	Presidência do Conselho de Ministros
PDHJ	Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça
PM	Primeiro-Ministro

PMU	<i>Project Management Unit / Unidade de Gestão de Projeto</i>
PN	Parlamento Nacional
PNDS	Programa Nacional de Desenvolvimento dos Sucos
PNTL	Polícia Nacional de Timor-Leste
PPP/PPPLU	Parceria Público-Privada (Public Private Partnership)/Public Private Partnership Loan Unit
PR	Presidência da República
PCIC	Polícia Científica de Investigação Criminal
RAEOA	Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno
R- TIMOR	Rede Transferencia iha Momentu Real
RTTL, EP	Rádio e Televisão de Timor-Leste, E.P.
S.A	Sociedade Anónima
SAMES	Serviço Autónomo de Medicamentos e Equipamentos Médicos
SARS-COV-2	Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2
SDR	Special Drawing Right
SECOM	Secretaria de Estado da Comunicação Social
SFA	Serviços e Fundo Autónomos com Autonomia Financeira e Receita Própria
MJDAC	Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura
SENAI	Centro Nacional de Formação Profissional de Becora
SEFOPE	Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego
SEPI	Secretaria de Estado para a Igualdade e Inclusão
SERVE	Serviço de Registo e Verificação Empresarial
SNI	Serviço Nacional de Inteligência
SWIFT	Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication
T	Trimestre
TL	Timor-Leste
TPO	Treasury Payment Order
TPSA	Timor Port, S.A.
TR	Tribunal de Recurso
UEP	Unidade Especial de Polícia
UN	United Nations
UNDP	United Nations Development Program / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UNESCO	The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization / Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	The United Nations Children's Funds / Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNFPA	United Nations Population Fund / Fundo das Nações Unidas para as Populações
UNTL	Universidade Nacional de Timor Lorosa'e
UPF	Unidade de Polícia de Fronteira
UPM	Unidade de Polícia Marítima
US\$/USD	US Dólar/United States Dollar
VGF	Value Gap of Finance
WB/ BM	World Bank/ Banco Mundial
WFP	World Food Program / Programa Alimentar Mundial
WHO	World Health Organization /Organização Mundial da Saúde

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório dá cumprimento ao disposto nos n. os 2 e 3 do artigo 45.º e no n.º 3 do artigo 86.º da Lei n.º 3/2025, de 23 de abril, - Quadro do Orçamento Geral do Estado e gestão das finanças públicas.

Nos termos destas disposições legais, o Governo deverá apresentar ao Parlamento Nacional, no prazo de dois meses após o final de cada trimestre, informações sobre o desempenho dos programas orçamentais e a execução orçamental do Setor da Administração Pública, incluindo a utilização da Reserva de Contingência, as alterações orçamentais aprovadas pelo Governo e a gestão da dívida pública e as operações de contratação de empréstimos.

Este Relatório de Execução Orçamental para o período de janeiro a dezembro de 2025, correspondente ao ano fiscal de 2025, apresenta um resumo do atual panorama económico nacional e mundial, da mobilização de recursos orçamentais e das despesas acumuladas em relação ao orçamento anual aprovado. A informação apresentada neste relatório foi extraída do Sistema de Informação de Gestão Financeira (GRP) da Administração Central e da RAEOA, referente a 21 de janeiro de 2026, e apresenta a prestação das contas de 2025 nessa data. As informações relativas à execução orçamental da Segurança Social apresentadas neste relatório foram fornecidas pelo Instituto Nacional de Segurança Social.

Este documento apresenta a Execução do Orçamento do Estado para o ano fiscal de 2025, incluindo os seguintes elementos.

Visão geral macroeconómica: O Orçamento Geral do Estado para 2026 projecta um crescimento económico de 4,5% para 2025, com base nos dados preliminares de execução e noutros indicadores disponíveis, sendo que estas estimativas de crescimento mantêm-se inalteradas. A inflação média em 2025 foi de 0,5%, uma descida significativa face aos 2,1% registados em 2024. A inflação mais baixa em 2025 pode ser atribuída a uma combinação de diversos factores, entre os quais a redução das pressões globais que mantiveram os custos de importação sob controlo.

O crédito ao setor privado expandiu-se fortemente em 2025, atingindo aproximadamente US\$2.571 milhões, um aumento robusto de 19,4% em relação aos US\$ 2.153 milhões de 2024. Este desempenho garantiu que o governo superasse em muito a sua meta anual de crescimento do crédito de 10%. Esta expansão foi impulsionada principalmente por um aumento de 74,7% no setor da construção civil, que passou de US\$ 328 milhões em 2024 para US\$573 milhões em 2025. Da mesma forma, a taxa de juro comercial diminuiu ligeiramente, de 10,6% em 2024 para

10,5% no quarto trimestre de 2025. A combinação de taxas de juro mais baixa-se superior o volume de empréstimos sugere que as condições financeiras estão a melhorar e podem promover o investimento privado, impulsionando assim o crescimento do PIB.

Orçamento Geral do Estado para 2025: aprovada pela Lei nº 8/2024 de 26 de novembro, estimada receitas e despesas no total de US\$ 2.617,2 milhões. Do total das receitas e despesas aprovadas, a Administração Central representa US\$ 2.073,0 milhões , a RAEOA US\$ 62,2 milhões e a Segurança Social US\$ 176 milhões . Contudo, de acordo com o artigo 22.º da Lei n.º 3/2025, de 23 de abril, Lei-enquadramento de Orçamento Geral do Estado e Gestão das Finanças Públicas, o orçamento do subsector da Segurança Social não inclui o plano de capitalização do FRSS. Consequentemente, o relatório apresentado abrange o desempenho financeiro dos subsectores da Administração Central, da RAEOA e do INSS em relação ao orçamento agregado de US\$2.325 milhões, excluindo, portanto, o orçamento de US\$305,7 milhões destinado ao FRSS.

Execução cumulativa do orçamento de estado de 2025: A informação relativa à execução orçamental do Setor Administrativo Público, composto pelos subsectores da Administração Central, RAEOA e INSS, é apresentada no quadro seguinte:

Tabela nº 1 - Execução Orçamental do Setor Administrativo Público em 31 de dezembro de 2025

Categoria	Orçamento inicial (em milhares de dólares)	Orçamento final (em milhares de dólares)	Execução (em milhares de dólares)	% Execução
RECEITAS				
Administração Central	2.072.981	2.072.981	1.911.694	92%
RAEOA	62.181	62.181	81.122	113%
Segurança Social	175.882	190.044	207.953	109%
Total de receitas	2.311.044	2.325.206	2.200.769	94%
DESPESAS				
Administração Central	2.072.981	2.072.981	1.770.089	85%
RAEOA	62.181	62.181	44.069	71%
Segurança Social	176.316	190.478	171.549	90%
Despesas totais	2.311.478	2.325.640	1.985.707	85%

As receitas para a execução do orçamento totalizaram US\$2.200,7 milhões no final do quarto trimestre, representando 94% da meta de receitas de US\$2.325 milhões. As despesas totais totalizaram US\$1.985,7 milhões, correspondendo a 85% do orçamento final agregado de US\$2.325 milhões. A variação das estimativas de receitas de US\$2.311 milhões para US\$2.325 milhões deve-se ao saldo de caixa adicional disponível como fonte de financiamento durante o ano no âmbito do INSS, que foi reconhecido pelo aumento das fontes orçamentais.

Em relação às despesas, a Administração Central executou US\$ 1,77 mil milhões , representando 85% da dotação orçamental de US\$ 2,072.981 milhões. A RAEOA executou US\$ 44,07 milhões, correspondendo a 71% dos fundos alocados. No entanto, os gastos com a Segurança Social atingiram quase 90% do orçamento revisto de US\$ 171,54 milhões.

A taxa geral de execução de despesas de 85% deve-se principalmente à menor execução na categoria de Bens e Serviços do Administração central, que se situou em 79% do orçamento previsto de US\$ 387,15 milhões.

Alterações orçamentais: Durante o ano de 2025, o Governo implementou as medidas orçamentais necessários alterações para assegurar a gestão eficaz dos orçamentos da Administração Central e da RAEOA, em conformidade com a Lei do Enquadramento do Orçamental do Estado e o Decreto-Lei de Execução Orçamental de 2025. Estas alterações foram de dois tipos: (i) as alterações que consistam de verbas entre títulos orçamentais, quando tenham origem na “Dotação Geral do Estado”; e (ii) alterações entre categorias ou rubricas, dentro dos limites legalmente previstos e sem impacto no total do Orçamento.

As transferências da Dotação Geral do Estado totalizaram US\$ 41,9 milhões, reforçando os orçamentos das Linhas Ministeriais (US\$ 40,6 milhões) e das Agências Autónomas (US\$ 1,3 milhões). As realocações entre categorias de despesas foram realizadas principalmente dentro dos mesmos programas e em conformidade com as disposições legais, sem alterar o teto orçamental geral. Na Administração Central, foram realocados US\$ 26,7 milhões do orçamento de Bens e Serviços para reforçar os orçamentos de Salários e Vencimentos (US\$ 13,8 milhões), Capital Menor (US\$ 8,5 milhões) e Capital de Desenvolvimento (US\$ 690.000), representando 7% da dotação inicial de Bens e Serviços.

No âmbito do RAEOA, foram efetuadas realocações limitadas dos orçamentos de Bens e Serviços (US\$ 979.000) e Transferências Públicas (US\$ 927.000) para reforçar os orçamentos de Salários e Vencimentos (US\$ 1,4 milhões) e Capital Menor (US\$ 535.000), correspondendo a 5% e 17% das respetivas alocações iniciais.

As alterações orçamentais entre categorias no Orçamento da Segurança Social (OSS) registaram uma transferência de US\$ 11.000,00 da categoria de bens e serviços para a categoria de capital de menor valor. Além disso, as alterações relativas à integração do saldo transferido de 2024 no fundo de reserva da segurança social, conforme previsto na lei, resultaram num aumento do total OSS para US\$ 14,2 .milhões

Utilização da Reserva de Contingência: Uma quantia de US\$ 100.000,00 foi transferida do Fundo de Reserva de Contingência foi transferido para a conta do Ministério da Administração

Pública para financiar a cerimónia em honra de Sua Santidade o Papa em Tasi Tolu, dos quais foram gastos US\$ 81.600,00 Nos termos das Resoluções Governamentais, foi concedido um donativo de US\$ 10 milhões à República de Portugal para apoiar a recuperação dos danos causados pelos incêndios nas regiões Centro e Norte de Portugal.

Execução Orçamental por Classificação Económica

A tabela seguinte resume a execução orçamental dos subsectores da Administração Central e da RAEOA por classificação económica.

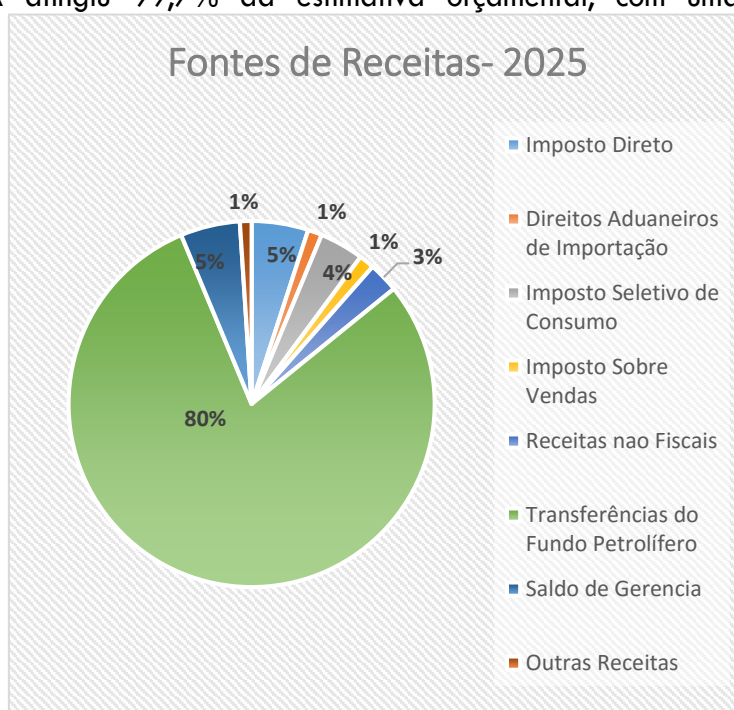
Tabela nº 2 - Execução orçamental por classificação económica para o sector da Administração Central e RAEOA para o período que termina a 31 de Dezembro de 2025(Em milhões de dólares USD)

Descrição	2025					2024		
	Dotação do Orçamento Geral do Estado			Execução	% Execução	Dotação Final	Execução	% Execução
	Dotação Inicial	Alteração	Dotação Final					
DESPESAS								
Despesas Correntes	1.672,78	(9,81)	1.662,97	1.474,56	89%	1.424,02	1.310,59	92%
Salários e Vencimento	490,36	15,18	505,55	477,82	95%	487,10	445,99	92%
Bens e Serviços	414,84	(27,69)	387,15	306,08	79%	332,95	273,48	82%
Transferências Públicas	767,58	2,69	770,27	690,66	90%	603,97	591,11	98%
Despesas de Capital	462,38	9,82	472,19	339,60	72%	465,98	347,92	75%
Capital Menor	22,57	9,12	31,69	23,80	75%	53,47	47,02	88%
Desenvolvimento de Capital.	439,81	0,70	440,51	315,79	72%	412,51	300,90	73%
Despesas totais	2.135,16	-	2.135,16	1.814,16	85%	1.890,00	1.658,51	88%
RECEITAS								
Receitas Fiscais	212,08	-	212,08	209,09	99%	156,79	197,46	126%
Receitas não Fiscais	45,83	-	45,83	43,53	95%	35,45	35,27	100%
Receitas RAEOA	0,72	-	0,72	5,17	723%	2,29	0,31	14%
Receita – Administração Central e RAEOA	258,62	-	258,62	257,79	100%	194,53	233,05	120%
Transferências do Fundo Petrolífero	551,95	-	551,95	551,95	100%	522,09	522,09	100%
Transferências Fundo Petrolífero para Relativa ao RSE	551,95	-	551,950	551,95	100%	522,09	522,09	100%

Descrição	2025					2024		
	Dotação do Orçamento Geral do Estado			Execução	% Execução	Dotação Final	Execução	% Execução
	Dotação Inicial	Alteração	Dotação Final					
Total Receitas domésticas e transferências RSE	810,57	-	810,57	809,74	100%	716,62	755,14	105%
Excendente/ (Défice)	(1.324,59)	-	(1.324,59)	(1.004,41)	76%	(1.173,38)	(903.37)	77%
Financiado por:		-						
Transferências do Fundo Petrolífero acima do RSE	1.009,12	-	1.009,12	900,00	89%	855,45	727,91	85%
Utilização Saldo de Gerencia	251,47	-	251,47	85,61	34%	298,00	155,34	52%
Empréstimos	45,00	-	45,00	14,17	32%	25,00	17,70	71%
Outras transferências em curso	9,00	-	9,00	4,63	51%	15,22	2,42	16%

Receitas: Durante o ano de 2025, a arrecadação total de receitas internas para os subsetores da Administração Central e da RAEOA atingiu 99,7% da estimativa orçamental, com uma arrecadação total de US\$ 257,8 milhões, contra a meta orçamental de US\$ 258,62 milhões. As receitas fiscais e não fiscais contribuíram com 209 milhões e US\$ 43,53 milhões, respetivamente, contra estimativas orçamentais de US\$ 212,08 milhões e US\$ 45,82 milhões. A RAEOA arrecadou US\$ 5,17 milhões em receitas, contra uma meta orçamental de apenas US\$ 0,71 milhões.

As transferências do Fundo Petrolífero continuaram a ser a maior fonte de recursos orçamentais. O total de transferências do Fundo Petrolífero durante 2025 foi de US\$ 1.451,95 milhões, dos quais US\$ 551 milhões correspondiam ao Rendimento Sustentável Estimado (RSE). O levantamento adicional do Fundo Petrolífero, superior à RSE, foi de US\$ 900 milhões, valor inferior à estimativa orçamental de US\$ 1.009,12 milhões.



Os saldos de períodos fiscais anteriores, representados como Saldo de Gestão, contribuíram com US\$ 85,61 milhões para o financiamento do orçamento, enquanto US\$ 14,17 milhões em desembolsos foram recebidos de empréstimos contraídos junto do Banco Mundial e do Banco Asiático de Desenvolvimento.

Despesas: A execução total do orçamento de despesas foi de US\$ 1.814 milhões, representando uma taxa de execução de 85%. Em termos reais, os gastos são superiores aos US\$ 1.658 milhões executados no ano fiscal de 2024, mas ligeiramente inferiores à taxa de execução de 88% alcançada em 2024.

Os salários e vencimentos representaram a taxa de execução mais elevada, de 95%, com gastos de US\$ 477 milhões contra um orçamento de US\$ 505 milhões, enquanto as transferências públicas constituíram a categoria de maior despesa, com uma execução de US\$ 690 milhões e uma taxa de execução de 90%.

A taxa de execução dos investimentos de capital, no entanto, foi inferior em 2024, atingindo os 72%, face aos 75% de 2024. Em termos reais, a execução foi também inferior, totalizando US\$ 339 milhões, contra US\$ 347,9 milhões em 2024.

Os compromissos e obrigações não executados no final de 2025 totalizavam US\$ 33,15 milhões e US\$ 32,6 milhões, respetivamente, representando cumulativamente 3% do orçamento anual.

Dívida pública O saldo devedor externo era de US\$ 355,9 milhões, dos quais US\$ 244 milhões eram devidos ao Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD), enquanto os empréstimos do Banco Mundial e da JICA totalizavam US\$ 73,61 milhões e US\$ 38,2 milhões, respetivamente. Durante o exercício, o serviço da dívida incluiu US\$ 15,18 milhões em amortizações de capital e US\$ 7,64 milhões em juros. Os acréscimos ao saldo em dívida totalizaram US\$ 32,9 milhões, dos quais US\$ 32,3 milhões foram desembolsados durante o ano, sendo o restante referente a juros capitalizados e encargos de compromisso capitalizados.

Principais observações:

- A meta orçamental para a cobrança de receitas internas em 2025 foi atingida, apesar de esta meta ser quase 25% superior às estimativas orçamentais de 2024.
- As transferências do fundo petrolífero continuam a ser a principal fonte de financiamento do orçamento, contribuindo com quase 80% do total.
- As receitas do sector da Segurança Social superaram as estimativas anuais.

- A execução das despesas continua a ser negativamente afetada por uma taxa de execução mais baixa, de 72%, na categoria de investimentos de capital, refletindo restrições na entrega de projetos de capital.
- Os programas de despesa social continuam a demonstrar uma execução relativamente mais sólida, mas os programas de infraestruturas críticas e de diversificação necessitam de ser acelerados.
- Os ajustamentos orçamentais foram modestos e visaram fazer face a necessidades operacionais urgentes, sem alterar o quadro fiscal geral.
- Os saldos de caixa e as reservas eram suficientes para suportar as operações orçamentais em curso, embora a maior parte dos fundos tenha sido obtida através de levantamentos do Fundo Petrolífero.
- A dívida total continua baixa e as obrigações de serviço da dívida estão a ser cumpridas, embora com apoio orçamental.

Conclusões

A receita interna continua a aumentar, mas continua a ser em grande parte insuficiente para financiar o orçamento. A economia não enfrentou pressões inflacionistas, o que ajudou a manter os preços estáveis. Há também sinais favoráveis, incluindo um maior acesso ao crédito e taxas de juro mais baixas.

Embora os gastos com as categorias correntes do Orçamento Geral do Estado tenham sido elevados, a execução de investimentos de capital manteve-se baixa, evidenciando estrangulamentos estruturais na aquisição e implementação de projetos de investimento.

Para além de melhorar a cobrança de receitas internas, uma coordenação mais eficaz, processos de aquisição simplificados e uma melhor execução dos projectos de investimento continuarão a ser essenciais para acelerar a implementação dos programas governamentais no próximo ano fiscal.

Introdução

O presente Relatório cumpre o disposto nos n.º 2 e 3 do artigo 45.º e n.º 3 do artigo 86.º da Lei n.º 3/2025, de 23 de abril, - Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e gestão financeira pública.

Nos termos destas disposições legais, “o Governo apresenta ao Parlamento Nacional, no prazo de dois meses a contar do final de cada trimestre, informação sobre o desempenho dos programas orçamentais e da execução orçamental do Setor Público Administrativo, incluindo a utilização da Reserva de Contingência, as alterações orçamentais aprovadas pelo Governo e as operações de gestão da dívida pública e de contratação de empréstimos.

A informação apresentada neste relatório foi extraída do Sistema de Informação de Gestão Financeira da Administração Central e da RAEOA, referente a 31 de dezembro de 2025, e tem por base a contabilização e reporte de receitas e despesas em regime de caixa, conforme estipulado no Artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 43/2024, de 20 de dezembro, sobre a Execução do Orçamento Geral do Estado para 2025, e no Artigo 43.º da Lei n.º 3/2025, de 23 de abril, relativo ao Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e à Gestão das Finanças Públicas. A Segurança Social utiliza o seu próprio sistema informático, sendo a sua execução orçamental calculada separadamente. A informação sobre a execução do orçamento da Segurança Social apresentada neste relatório é fornecida pelo Instituto Nacional da Segurança Social e abrange o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025.

Por conseguinte, o montante da execução indicado neste relatório ainda está no processo de reconciliação anual, e este relatório está a ser apresentado ao Parlamento Nacional para monitorizar a evolução da execução orçamental até ao final do quarto trimestre de 2025. O relatório reconciliado será apresentado através da Conta Geral do Estado de 2025 e submetido ao Parlamento Nacional e ao Tribunal de Contas até 30 de junho do ano seguinte, em conformidade com o artigo 81.º da Lei n.º 3/2025, de 23 de Abril, sobre o Quadro do Orçamento Geral do Estado e a gestão das finanças públicas. Assim, a informação apresentada relativamente à execução orçamental do quarto trimestre de 2025 pode ser sujeita a atualizações, correções e ajustamentos resultantes dos processos anuais de reconciliação.

Portanto, o montante de execução indicado neste relatório não é reconciliado, sendo apresentado ao Parlamento Nacional para acompanhar a evolução da execução orçamental até ao final do quarto trimestre de 2025. O relatório reconciliado será apresentado através da Conta Geral do Estado de 2025 e submetido ao Parlamento Nacional e ao Tribunal de Contas até 30 de junho do ano seguinte, em conformidade com o artigo 81.º da Lei n.º 3/2025 de 23 de abril sobre

Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e gestão financeira pública. Assim, a informação apresentada, relativa à execução orçamental do quarto trimestre de 2025 poderá sofrer atualizações decorrentes devido à correção de erros materiais.

Nas execuções orçamentais são apresentados os montantes totais das receitas e das despesas e os montantes consolidados.

O relatório de Execução Trimestral do OGE, referente ao quarto trimestre de 2025, encontra-se estruturado da seguinte forma:

- A introdução: Apresenta os aspetos introdutórios de documento;
- Evolução dos principais indicadores macroeconómicos durante o período da execução orçamental para o ano de 2025.
- Execução Cumulativo do OGE para 2025 inclui:
 - O resumo do Orçamento Geral do Estado do Setor Público Administrativo para 2025 e a sua comparação com o OGE para 2024
 - As alterações orçamentais aprovadas pelo Governo: Apresenta as alterações orçamentais realizadas durante o período em análise.
 - A utilização da Reserva de Contingência: Apresenta as operações da Reserva de Contingência no período em análise.
 - A execução cumulativa do OGE: Apresenta a execução das receitas e despesas do Setor Público Administrativo durante o período em análise
- As operações de gestão da dívida pública e de contração de empréstimos
- Conclusão

Evolução dos Principais Indicadores Macroeconómicos durante o Quarto Trimestre da Execução Orçamental para o ano de 2025

Crescimento económico

Como nação produtora de petróleo, o PIB de Timor-Leste tem sido historicamente volátil, reflectindo a flutuação dos números da produção de petróleo e dos preços internacionais (ambos factores difíceis de prever). Actualmente, a actividade do sector petrolífero é limitada, enquanto continuam em curso avaliações e trabalhos relacionados com possíveis desenvolvimentos futuros. No entanto, como o sector petrolífero gera poucos postos de trabalho e opera em grande parte em alto mar, o PIB não petrolífero continua a ser o indicador mais apropriado das condições económicas vividas pelas famílias e empresas na economia doméstica.

O PIB não petrolífero cresceu 4,3% em 2024.¹, recuperando de uma desaceleração para 2,4% em 2023. Esta recuperação foi impulsionada principalmente por um crescimento mais forte do investimento, suportado por despesas públicas e privadas. As reformas nas compras governamentais e na gestão dos investimentos públicos contribuíram para uma melhor execução orçamental, o que, consequentemente, apoiou a expansão do sector privado e a confiança.

A proposta de Orçamento Geral do Estado para 2026, apresentada ao parlamento a 1 de outubro de 2025, projetou um crescimento económico de 4,5% para 2025, com base nos indicadores disponíveis até meados de setembro e nos dados preliminares de execução. Os dados e indicadores atualizados até 31 de dezembro serão incorporados posteriormente, em 2026, juntamente com outros dados oficiais. Enquanto isso, a previsão central mantém-se.

Tabela nº 3 - Despesas executadas para a Administração Central e RAEOA (2024-2025) \$ milhões

Categoria de Despesa	Execução 2024	Execução 2025	Projeção para 2025
Salário e Vencimento	447	480	475
Bens e serviços	274	307	320
Transferências	592	692	770
Capital Menor	47	25	28
Capital e Desenvolvimento	300	326	315
Total	1.660	1.830	1.908

Fonte: TFIS, Ministério das Finanças, janeiro de 2026, previsão para 2025 da Direção Nacional de Política Económica (DNPE), Ministério das Finanças, janeiro de 2026

Tal como delineado na proposta orçamental, esta previsão baseia-se nas melhorias esperadas na execução orçamental para 2025, nos dados comerciais mais recentes disponíveis e na análise dos

¹Contas Nacionais, Instituto Nacional de Estatística, INETL

indicadores disponíveis sobre o PIB. Prevê-se que o crescimento seja impulsionado pelo aumento das despesas governamentais, pelo crescimento do consumo das famílias e pelo investimento privado. Os dados de imigração até dezembro de 2025 mostram um aumento de 16% nas chegadas de estrangeiros, sugerindo um aumento da atividade turística e empresarial envolvendo cidadãos estrangeiros.

Prevê-se que o consumo das famílias continue a ser um importante motor de crescimento em 2025. Os indicadores disponíveis sugerem que o crescimento do consumo das famílias será sustentado pelo aumento das transferências entre famílias (devido a maiores pagamentos da segurança social), pelo crescimento contínuo das remessas e pelo aumento das importações de bens de consumo. Estima-se que o crescimento do consumo das famílias para 2025 seja de 3,6%, em linha com a taxa de 2024.

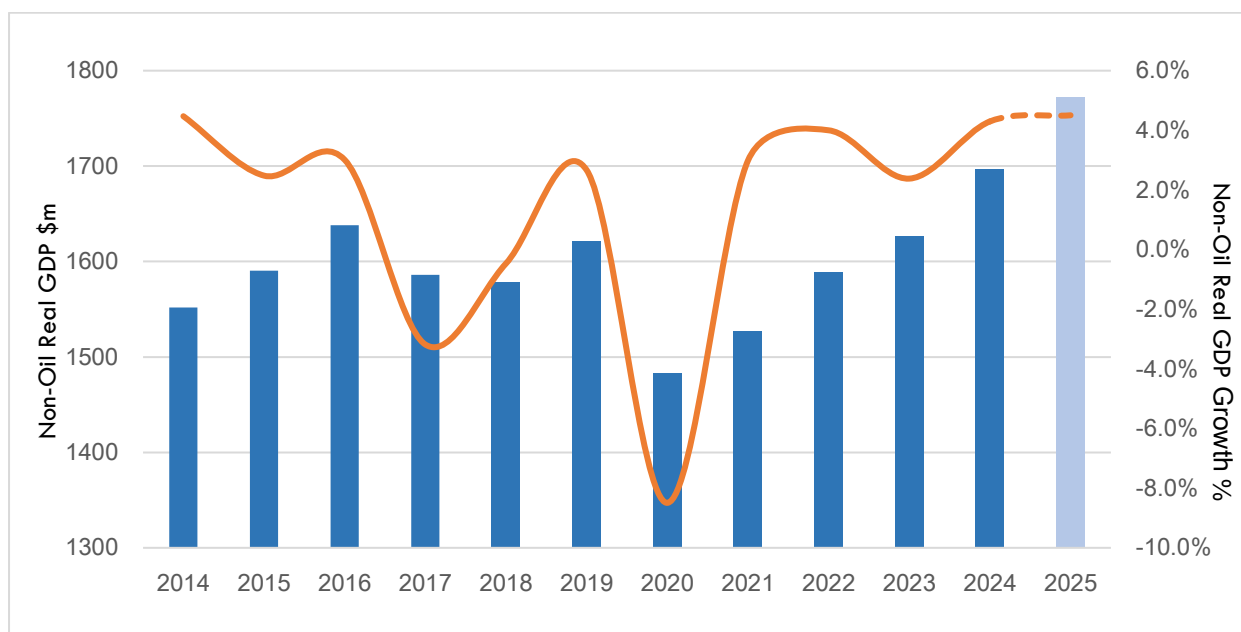
Além disso, espera-se que as intervenções governamentais no sector agrícola contribuam positivamente para a produção agrícola nacional, o que, por sua vez, impulsionará ainda mais o consumo e reduzirá a dependência das importações. Aproximadamente 300 hectares de terras férteis em Halic foram cultivados com a introdução de novas culturas sob métodos de agricultura de conservação. Os programas governamentais têm-se centrado também na irrigação e na expansão da cultura da soja, do feijão-mungo, do amendoim, da batata e das hortícolas. Espera-se que estas iniciativas substituam alguns alimentos básicos importados e apoiem o crescimento económico a médio prazo.

Prevê-se que o consumo do governo cresça 7,4% em termos reais em 2025. Um aumento significativo face ao crescimento de 0,9% observado em 2024. Os dados de execução orçamental até dezembro de 2025 indicam que os gastos com salários e vencimentos atingiram os US\$480 milhões, o nível mais elevado alguma vez registado. Os gastos com bens e serviços também aumentaram, contribuindo para uma taxa de execução orçamental geral do governo de 86%.

O investimento público, particularmente em capital de desenvolvimento, aumentou significativamente em 2025, atingindo aproximadamente US\$326 milhões, em comparação com os US\$300 milhões executados em 2024. A taxa de execução do investimento público continua a ser uma das maiores fontes de incerteza na previsão do PIB deste ano, dada a volatilidade histórica na implementação, os atrasos nos concursos e as limitações de capacidade entre as agências executoras. No entanto, as reformas em curso, destinadas a melhorar os processos de aquisição e o planeamento de projectos, aumentarão a velocidade e a previsibilidade da execução dos investimentos de capital.

O crédito ao sector privado expandiu-se fortemente em 2025, atingindo cerca de US\$2.571 milhões, representando um aumento robusto de 19,4% face aos US\$2.153 milhões registados em 2024. Este desempenho garantiu que o governo superasse largamente a sua meta de crescimento anual do crédito de 10%. Esta expansão foi impulsionada principalmente por um aumento de 74,7% no setor da construção civil, que passou de US\$328 milhões em 2024 para US\$573 milhões em 2025.

Gráfico.º1 - Crescimento do PIB de Timor-Leste, 2021-2025 (%)



Fonte: Contas Nacionais de Timor-Leste 2014-2024, INETL; Previsões macroeconomia 2025, INETL Setembro de 2024; Previsões macroeconomia 2025, DNPE, Ministério das Finanças, Outubro 2025

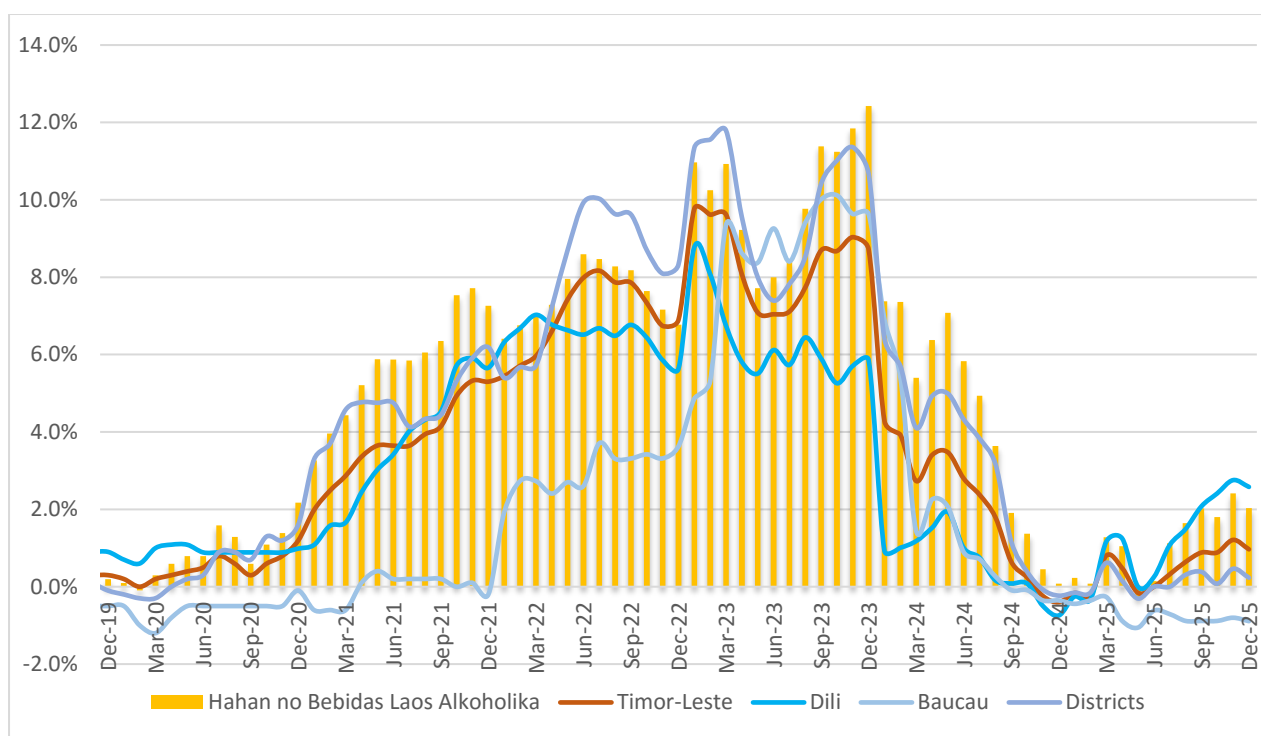
Inflação

A inflação média em 2025 foi de 0,5%, uma descida significativa face aos 2,1% de 2024. A muito baixa inflação de Timor-Leste em 2025 reflete uma conjugação de fatores, como a redução das pressões globais que mantiveram os custos de importação sob controlo. Os preços internacionais ao consumidor moderaram-se; os preços do crude apresentaram uma tendência decrescente desde os picos anteriores; e os preços dos alimentos e das commodities essenciais recuaram, o que reduziu o custo dos bens importados dos quais o país depende. Ao mesmo tempo, as taxas de frete marítimo caíram em relação aos seus níveis máximos anteriores, contribuindo para limitar os custos de importação. Em conjunto, estes factores criaram um ambiente em que as pressões externas sobre os preços são mínimas, permitindo que a inflação interna se mantenha próxima de zero ao longo do ano.

O gráfico mostra a evolução da inflação desde 2019. A inflação aumentou acentuadamente durante a pandemia de COVID-19, antes de cair em 2024. A queda significativa da inflação em

2024 pode ser atribuída aos esforços do governo para reduzir as taxas de importação de 5% para 2,5% (no Orçamento de Retificação de 2023) e eliminar o imposto sobre o açúcar e os produtos de confeitaria (anteriormente 1 dólar por quilo de açúcar). Embora a inflação tenha permanecido extremamente baixa durante o primeiro semestre de 2025, o último trimestre registou um aumento para 1,0% – um aumento em comparação com os 0,6% do terceiro trimestre, impulsionado pelo aumento dos preços em Díli e noutros distritos, com a taxa nacional a fechar o ano nos 2,6% em Dezembro de 2025.

Gráfico n.º 2– Variação Histórica do IPC em Timor-Leste, Janeiro de 2019 – Dezembro de 2025, %

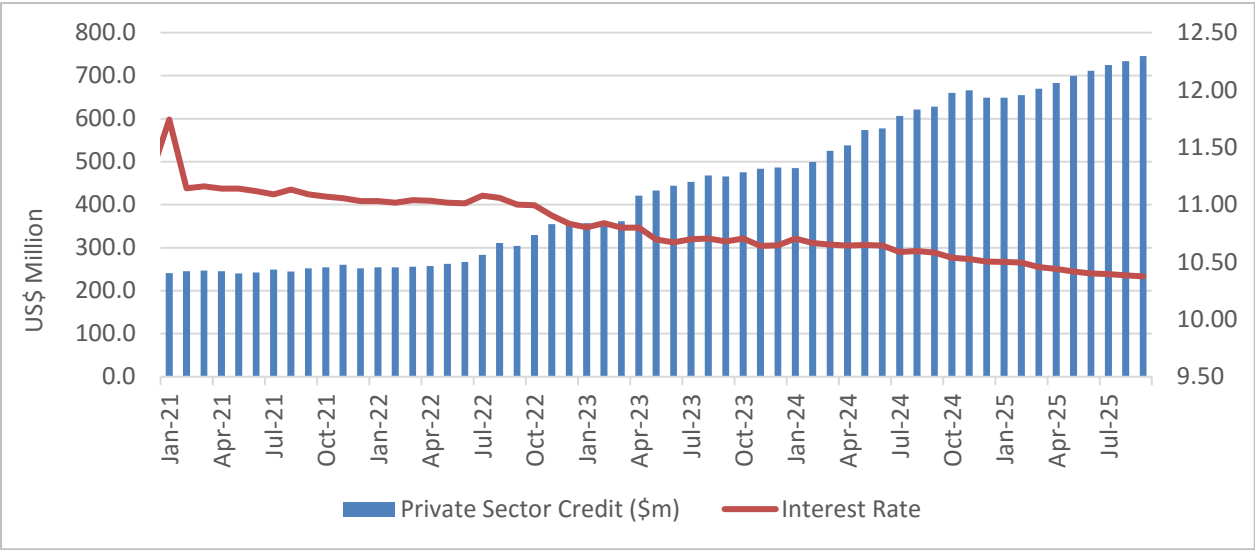


Fontes: INETL Dezembro de 2025

Setor Financeiro

A taxa de juro comercial diminuiu ligeiramente, de 10,6% no terceiro trimestre de 2024 para 10,5% no quarto trimestre de 2025. Durante o mesmo período, o crédito ao setor privado aumentou substancialmente, passando de cerca de US\$628 milhões em setembro de 2024 para cerca de US\$745 milhões em setembro de 2025, representando um aumento de 19% em relação ao ano anterior. A combinação de taxas de juro mais baixas e de um maior volume de empréstimos demonstra que as condições financeiras estão a melhorar. Isto significa que é agora mais fácil e mais barato para as empresas e famílias acederem aos empréstimos, o que promove diretamente mais investimento e um maior crescimento do PIB.

Grafico nº3 – Taxas de juro comerciais e crédito



Fonte: Banco Central de Timor-Leste, Taxa de Juro (lado direito, %), Crédito (lado esquerdo, milhões de dólares), setembro de 2025

Visão geral do emprego

Os dados mais recentes e abrangentes sobre o emprego em Timor-Leste provêm dos Censos Demográficos e Habitacionais de 2022. De acordo com o censo, a taxa de participação na força de trabalho situou-se nos 35,9%, enquanto a taxa de desemprego foi de 2,9%. A tabela abaixo apresenta uma análise detalhada dos indicadores da força de trabalho por sexo.

Tabela nº 4 - Principais categorias e indicadores de situação da força de trabalho, por sexo

a. Categorias (em milhares)

Categoria	Total	Macho	Fêmea
População em idade ativa (15 e mais anos)	874,0	441,6	432,4
Força de Trabalho	313,7	185	128,7
dos quais os empregados	304,7	180	124,8
dos quais desempregados	9.0	5.1	3,9
Fora da força de trabalho	560,3	256,6	303,7

b. Categorias (em percentagem)

Indicador	Total	Macho	Fêmea
taxa de participação na força de trabalho	35,9	41,9	29,8
Rácio emprego/população	34,9	40,8	28,9
Taxa de desemprego	2.9	2.7	3.0

Fonte: Censos 2022, Instituto Nacional de Estatística INETL

Financiamento e Sustentabilidade do Fundo Petrolífero

As transferências do Fundo Petrolífero continuaram a constituir a principal fonte de financiamento fiscal em 2025, em conformidade com os artigos 8.º e 9.º da Lei do Fundo Petrolífero (Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto, na redação dada pelas Leis n.os 12/2011 e 2/2022) e com o artigo 4.º da Lei n.º 8/2024, de 26 de novembro (Orçamento Geral do Estado para 2025).

Nos termos do artigo 7.º da Lei do Fundo Petrolífero, o Parlamento Nacional autorizou transferências totais para 2025 até ao montante máximo de US\$ 1.561,1 milhões, dos quais US\$ 551,95 milhões correspondem ao Rendimento Sustentável Estimado (RSE), nos termos do artigo 8.º. As transferências que excedem o RSE, até ao montante de US\$ 1.009,1 milhões, foram autorizadas ao abrigo do artigo 9.º, mediante justificação de que tais levantamentos servem o interesse de longo prazo de Timor-Leste.

Em 2025, o montante total efetivamente transferido do Fundo Petrolífero foi de US\$ 1.451,95 milhões, dos quais US\$ 551,95 milhões correspondem ao RSE e US\$ 900,00 milhões a transferências acima do RSE. O valor executado acima do RSE ficou abaixo do limite autorizado, refletindo uma execução prudente dentro do envelope de financiamento aprovado.

Utilização de Transferências Acima do RSE

A Exposição de Motivos que acompanha a Lei do Orçamento para 2025 estabelece as prioridades estratégicas que fundamentaram a autorização de transferências acima do RSE. Entre estas destacam-se o investimento em infraestruturas estratégicas (redes rodoviárias e pontes, reabilitação do aeroporto, conectividade por cabo de fibra ótica e expansão da rede elétrica), o desenvolvimento do setor petrolífero e mineral, o apoio à agricultura e aos setores produtivos, o investimento em capital humano, o reforço da proteção social e dos pagamentos aos veteranos, bem como a estabilização de entidades públicas estratégicas.

Os recursos do Fundo Petrolífero financiaram, assim, tanto despesas de capital como despesas correntes. A execução da despesa corrente atingiu US\$ 1.474,56 milhões (89%), enquanto a despesa de capital alcançou US\$ 339,60 milhões (72%). Embora o investimento em infraestruturas permaneça essencial para a diversificação económica e o crescimento de longo prazo, as despesas correntes asseguraram o pagamento de salários e remunerações, transferências sociais, benefícios aos veteranos, serviços de saúde e educação, bem como a continuidade operacional da Administração Pública.

No contexto da estrutura económica de Timor-Leste, em que a despesa pública desempenha um papel estabilizador significativo, a continuidade das funções essenciais do Estado e a preservação

da coesão social integram o conceito mais amplo de interesse nacional de longo prazo reconhecido pelo Parlamento ao aprovar o Orçamento de 2025. Ainda assim, a dependência de transferências acima do RSE para financiar despesas correntes reflete pressões estruturais que exigem ajustamento progressivo.

Considerações de Sustentabilidade

O Rendimento Sustentável Estimado continua a constituir a principal referência fiscal estabelecida na Lei do Fundo Petrolífero. O RSE baseia-se na estimativa do retorno real de longo prazo da riqueza petrolífera total e visa preservar o valor real do Fundo para as gerações presentes e futuras.

As transferências acima do RSE são legalmente admissíveis e foram devidamente autorizadas na Lei do Orçamento para 2025. Contudo, representam uma utilização da riqueza petrolífera acima do seu nível sustentável. Na ausência de novas receitas petrolíferas significativas, a manutenção de levantamentos excessivos reduzirá o valor real do Fundo no longo prazo e encurtará a sua duração projetada.

O Relatório do Orçamento de 2025 inclui análises de sustentabilidade e projeções plurianuais que demonstram que a trajetória do Fundo depende do equilíbrio entre levantamentos, rendimentos de investimento e desempenho da receita não petrolífera. Embora o rendimento de investimento em 2025 tenha superado as previsões, o desempenho dos mercados financeiros é intrinsecamente volátil e não pode ser considerado uma fonte estrutural de financiamento.

A sustentabilidade de longo prazo exige, por conseguinte, a manutenção de um equilíbrio prudente entre as necessidades de despesa e a preservação da riqueza petrolífera, bem como o reforço da mobilização de receitas internas, a melhoria da eficiência da despesa pública e a priorização de investimentos de elevado impacto. A execução orçamental de 2025 confirma que o Fundo Petrolífero permanece financeiramente robusto e profissionalmente gerido. A preservação do seu valor ao longo do tempo dependerá de disciplina fiscal sustentada e de progressos graduais rumo a uma base económica e fiscal menos dependente do petróleo.

Execução Orçamento Geral do Estado (OGE) Cumulativo de 2025

1. Orçamento Geral do Estado para 2025

1.1 Previsão de Receitas para 2025

O Orçamento Geral do Estado (OGE), segundo o artigo 19.º n.º 1 da Lei n.º 3/2025 de 23 de abril (LEO), inclui os orçamentos de todos os serviços e entidades que compõem o Setor Público Administrativo, incluindo os serviços sem autonomia financeira, os serviços com autonomia financeira e os serviços e fundos com autonomia financeira e receitas próprias, apresentando de forma individualizada o orçamento da Administração Central, o orçamento da Segurança Social e o orçamento da RAEOA.

O OGE para 2025 aprovado pela Lei n.º 8/2024, de 26 de novembro, prevê que as receitas e despesas ascendem a US\$2.617,2 milhões. Dos totais das receitas e despesas aprovadas, a Administração Central tem um montante de US\$ 2.073,0 milhões, a Segurança Social um montante de US\$ 482,0 milhões e a RAEOA um montante de US\$ 62,2 milhões.

Para além das receitas aprovadas, conforme se apresenta no Quadro n.º 6 abaixo, as fontes de receita da Administração Central no orçamento de 2025 totalizam US\$ 2.073,0 milhões, compostas por receitas internas de US\$ 258,0 milhões, transferências do Fundo Petrolífero de US\$ 1.561,1 milhões, transferências correntes do exterior no valor de 9 milhões, empréstimos no valor de US\$ 45,0 milhões e Saldo de Gestão de US\$ 200,0 milhões. A forte dependência do Fundo Petrolífero para cobrir o défice orçamental é um problema estrutural conhecido, e a agenda de reforma fiscal do governo visa aumentar progressivamente as receitas internas e reforçar a sustentabilidade orçamental.

A previsão de financiamento da RAEOA totaliza US\$ 62,2 milhões, incluindo Transferências Correntes do Ministério das Finanças para a RAEOA de US\$ 10,0 milhões, receitas internas de US\$ 715.000 e um Saldo de Gestão de US\$ 51,5 milhões.

Nas receitas da **Segurança Social (SS)** estão integrados o **INSS** que são o orçamento do regime contributivo de repartição, o orçamento do regime não contributivo e o orçamento da administração do sistema de segurança social; e no orçamento do **FRSS** inclui-se apenas o orçamento do regime contributivo de capitalização (ou seja, os fundos geridos em capitalização pelo FRSS).

A Receita total prevista para INSS e FRSS é de US\$482,0 milhões, isto é, US\$ 176,3 milhões para regime de INSS e US\$ 305,7 milhões para regime de FRSS. No total do regime INSS está incluída a previsão de Contribuições para a Segurança Social, no montante de US\$ 50,5 milhões, Taxas,

Coimas e outras Penalidades no montante de US\$500,0 e Rendimentos no montante de US\$ 50 mil. No regime FRSS, está incluindo o rendimento com montante de US\$ 12,6 milhões e as transferências Correntes no montante de US\$ 47,2 milhões, Ativos Financeiros no montante de US\$ 244,9 milhões e US\$ 1 milhão de Saldo de Gerência.

A tabela nº6 apresenta o resumo da Previsão Receitas Inicial e Final do Orçamento Geral do Estado de 2025

Tabela n.º 6 – Previsão de Receitas de 2025

Categoria	Orçamento Geral do Estado 2025											
	Administração Central			RAEOA			INSS			Total		
	(\$'000)			(\$'000)			(\$'000)			(\$'000')		
Receitas	Inicial	Alterações	Final	Inicial	Alterações	Final	Inicial	Alterações	Final	Inicial	Alterações	Final
Impostos	185.494	-	185.494	-	-	-	-	-	-	185.494	-	185.494
Contribuições para a Segurança Social	-	-	-	-	-	-	50.531	-	50.531	50.531	-	50.531
Direitos de Aduaneiro de importação	26.586	-	26.586	-	-	-	-	-	-	26.586	-	26.586
Taxas, Coimas e outros Penalidades	28.873	-	28.873	168	-	168	1	-	1	29.042	-	29.042
Rendimentos	7.257	-	7.257	67	-	67	50	-	50	7.374	-	7.374
Vendas de bens e serviços	9.697	-	9.697	480	-	480	-	-	-	10.177	-	10.177
Total Receitas domésticas	257.907	-	257.907	715	-	715	50.582	-	50.582	309.204	-	309.204
Transferências	1.570.074	-	1.570.074	10.000	-	10.000	124.300	(3.397)	120.903	1.704.374	(3.397)	1.700.977
Transferências do Fundo Petrolífero relativas ao Rendimento Sustentável Estimado	551.950	-	551.950	-	-	-	-	-	-	551.950	-	551.950
Transferências de Capital do Fundo Petrolífero acima do Rendimento Sustentável Estimado	1.009.124	-	1.009.124	-	-	-	-	-	-	1.009.124	-	1.009.124
Transferências Correntes do Exterior	9.000	-	9.000	-	-	-	50	-	50	9.050	-	9.050
Transferências Correntes do ministério das Finanças para INSS	-	-	-	-	-	-	124.250	(3.397)	120.853	124.250	(3.397)	120.853
Transferências correntes da Segurança Social	-	-	-	-	-	-	434	(10)	424	434	(10)	424
Transferências Correntes do ministério das Finanças para RAEOA	-	-	-	10.000	-	10.000	-	-	-	10.000	-	10.000
Passivos Financeiros	45.000	-	45.000	-	-	-	-	-	-	45.000	-	45.000
Saldo de gerência	200.000	-	200.000	51.466	-	51.466	1.000	17.559	18.559	252.466	17.559	270.025
TOTAL DE RECEITAS	2.072.981	-	2.072.981	62.181	-	62.181	175.882	14.162	190.044	2.311.044	14.162	2.325.206
TOTAL DE RECEITAS CONSOLIDADO	2.072.981	-	2.072.981	52.181	-	52.181	175.882	14.152	190.044	2.176.794	14.162	2.190.956

Nota: A Lei n.º3/2025, de 23 de abril (nova LEO) entrou em vigor no dia 24 de abril, esta Lei altera o perímetro do Orçamento da Segurança Social, ou seja, em relação à anterior LEO (Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro), a nova LEO determina que o orçamento do FRSS inclui apenas despesas de administração do FRSS (na qualidade de Instituição pública) e exclui o regime de capitalização. Os fundos da segurança social geridos pelo FRSS em regime de capitalização não integram o perímetro do Orçamento da Segurança Social nem do OGE (alínea a) do n.º2 do artigo 2.º; e n.º2 do artigo 22.º)

1.2 Dotação de Despesas para 2025

Em termos de despesas, o Orçamento do Estado para 2025 prevê uma despesa total para o Sector Administrativo Público (incluindo o FRSS) de US\$ 2.617,2 milhões para financiar os 77 programas governamentais, que incluem a Administração Central com uma despesa de US\$ 2.073 milhões, a Região Administrativa Especial de Oe-cusse Ambeno (RAEOA) com uma despesa de US\$ 62,2 milhões e a Segurança Social com uma despesa de 176 milhões.

A despesa global total inclui transferências do Ministério das Finanças para o INSS no valor de US\$ 124,3 milhões e para a RAEOA no valor de US\$ 10,0 milhões. Se subtrairmos estes valores, a despesa consolidada total do Setor Administrativo Público é de US\$ 2.177,2 milhões.

Do orçamento total atribuído para 2025, a maior parte destina-se à Administração Central, com US\$ 2.073,0 milhões, dos quais 313,6 milhões correspondem à Dotação Geral do Estado, US\$ 1.070,2 milhões às Linhas Ministeriais, US\$ 231,5 milhões às Agências Autónomas, US\$ 123,6 milhões aos Municípios e US\$ 312,2 milhões aos Fundos Especiais, incluindo o Fundo de Infraestruturas (FI), o Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (FDCH) e o Fundo Especial de Desenvolvimento do Ataúro (FEDA).

Do orçamento total atribuído ao Fundo de Infraestruturas, no valor de US\$ 312,2 milhões, US\$ 267,2 milhões foram financiados pelo Estado e US\$ 45,0 milhões através de empréstimos.

A dotação orçamental total para a RAEOA é de US\$ 62,2 milhões, divididos em US\$ 36,0 milhões para a Autoridade da RAEOA e 26,2 milhões para o Fundo Especial de Desenvolvimento da RAEOA, dos quais US\$ 10 milhões deverão ser transferidos da Administração Central para a RAEOA. A maior alocação do orçamento total está na categoria de bens e serviços, seguida pelos salários e vencimentos e pelo capital de desenvolvimento.

No INSS, a alocação total do orçamento é US\$ 482,0 milhões, e está dividida da seguinte forma: INSS com um montante de US\$ 176,3 milhões e US\$ 305,7 milhões para Fundo de Reserva de Segurança Social. O maior alocação esta na categoria de transferências, seguido de salários e vencimentos e Bens e serviços.

O detalhe da execução orçamental comparativa baseia-se no Orçamento Geral do Estado para 2025, aprovado pela Lei n.º 8/2024, de 26 de novembro em comparação com o orçamento aplicado durante o terceiro trimestre de 2024 aprovado pela Lei n.º 21/2023, de 27 de dezembro. A tabela seguinte indica as dotações totais do OGE 2025 (original) em comparação com o OGE 2024 (Final).

Tabela n.º 7 - Dotações totais do OGE original de 2025 em comparação com o OGE original de 2024 - (milhares de US Dólares)

Categoria do Dotação	Dotação do Orçamento Inicial de 2025 (milhares de USD)	Alterações (milhares de USD)	Orçamento Final 4.º T de 2025 (milhares de USD)	Orçamento Final 4.º T de 2024 (milhares de USD)	Variação entre 2025 e 2024 (milhares de USD)
	A	B	C=A+B	D	E =A-D
Administração Central					
Dotação Geral Estado					
Salários & Vencimentos	23.911	708	24.619	23.400	511
Bens e Serviços	92.578	(45.444)	47.135	16.946	75.632
Transferências Públicas	196.607	2.811	199.418	142.905	53.702
Capital Menor	550	-	550	560	(10)
Capital Desenvolvimento	-	-	-	1.000	(1.000)
Total do Dotação Geral Estado	313.647	(41.925)	271.722	184.811	128.835
Linhas Ministériais					
Salários & Vencimentos	317.354	9.645	326.999	321.136	(3.782)
Bens e Serviços	199.760	21.444	221.204	203.380	(3.620)
Transferências Públicas	456.728	1.446	458.175	367.585	89.144
Capital Menor	8.140	7.605	15.745	38.449	(30.309)
Capital Desenvolvimento	88.212	615	88.827	69.422	18.790
Total do Linhas Ministériais	1.070.194	40.756	1.110.951	999.972	70.222
Agencias Autonomas					
Salários & Vencimentos	95.964	2.453	98.417	94.514	1.450
Bens e Serviços	80.122	(2.444)	77.677	75.369	4.752
Transferências Públicas	38.310	897	39.207	43.805	(5.495)
Capital Menor	11.444	220	11.664	10.063	1.381
Capital Desenvolvimento	5.661	43	5.704	4.800	861
Total Agencias Autonomas	231.501	1.169	232.670	228.551	2.950
Municípios					
Salários & Vencimentos	35.458	777	36.235	26.792	8.666
Bens e Serviços	15.489	(723)	14.766	13.190	2.299
Transferências Públicas	57.038	(863)	56.175	34.239	22.798
Capital Menor	2.383	771	3.153	2.867	(485)
Capital Desenvolvimento	13.257	37	13.294	19.098	(5.841)
Total dos Municípios	123.624	(0)	123.624	96.186	27.438
Fundo de Infraestruturas - inclui empréstimo					
Salários & Vencimentos	932	104	1.036	933	(1)
Bens e Serviços	471	(94)	377	360	112
Capital Menor	50	(10)	40	62	(12)
Capital Desenvolvimento	265.750	(0)	265.750	275.000	(9.250)
Total do Fundo de Infraestruturas	267.204	(0)	267.204	276.355	(9.151)

Categoria do Dotação	Dotação do Orçamento Inicial de 2025 (milhares de USD)	Alterações (milhares de USD)	Orçamento Final 4.o T de 2025 (milhares de USD)	Orçamento Final 4.o T de 2024 (milhares de USD)	Variação entre 2025 e 2024 (milhares de USD)
	A	B	C=A+B	D	E =A-D
Fundo Desenvolvimento Capital Humano					
Salários & Vencimentos	1.118	90	1.208	2.869	(1.751)
Bens e Serviços	4.533	586	5.120	4.259	274
Transferências Públicas	13.322	(676)	12.645	9.004	4.318
Capital Menor	-	-	-	268	(268)
Total do Fundo de Desenvolvimento Capital Humano	18.974	-	18.974	16.401	2.573
Fundo Especial Desenvolvimento Atauro (FEDA)					
Salários & Vencimentos	250	-	281	250	(0)
Bens e Serviços	689	-	658	547	142
Transferências Públicas	-	-	-	120	(120)
Capital Menor	-	-	-	117	
Capital Desenvolvimento	1.899	-	1.899	1.689	210
Total FEDA	2.838	-	2.838	2.724	231
RAEOA					
RAEOA-ZEEMS					
Salários & Vencimentos	14.662	1.370	16.032	16.613	(1.951)
Bens e Serviços	10.125	(591)	9.534	8.939	1.186
Transferências Públicas	4.214	(820)	3.394	4.011	203
Capital Menor	-	41	41	537	(537)
Capital Desenvolvimento	7.000	-	7.000	9.900	(2.900)
Total RAEOA	36.001	(0)	36.001	40.000	(3.999)
Fundo Especial Desenvolvimento RAEOA					
Salários & Vencimentos	711	-	711	598	112
Bens e Serviços	11.074	(388)	10.687	9.960	1.114
Transferências Públicas	1.363	(107)	1.256	2.297	(934)
Capital Menor	-	494	494	545	(545)
Capital Desenvolvimento	13.032	-	13.032	6.600	6.432
Total Fundo Especial Desenvolvimento RAEOA	26.180	-	26.180	20.000	6.180
Instituto de Segurança Social					
Instituto Nacional de Segurança Social					
Salários & Vencimentos	2.477	-	2.477	2.282	194
Bens e Serviços	1.520	(11)	1.509	2.803	(1.283)
Transferências Públicas	172.016	14.162	186.178	86.023	85.993
Capital Menor	53	11	64	465	(412)
Capital Desenvolvimento	250	-	250	1.250	(1.000)
Total dos Instituto Nacional de Segurança Social	176.316	14.162	190.478	92.823	83.493
Total da Administração Central	2.072.981	(0)	2.072.981	1.830.000	242.981

Categoria do Dotação	Dotação do Orçamento Inicial de 2025 (milhares de USD)	Alterações (milhares de USD)	Orçamento Final 4.o T de 2025 (milhares de USD)	Orçamento Final 4.o T de 2024 (milhares de USD)	Variação entre 2025 e 2024 (milhares de USD)
	A	B	C=A+B	D	E =A-D
Total da RAEOA	62.181	(0)	62.181	60.000	2.181
Transferência da Administração Central para RAEOA	10.000	-	10.000	-	10.000
Total da INSS	176.316	14.162	190.478	92.823	83.493
Transferência da Administração Central para o INSS	124.250	-	124.250	86.708	37.542
Total Consolidado da INSS	52.066	14.162	66.228	6.115	45.950
Total Global (AC+RAEOA+INSS)	2.311.478	14.162	2.325.640	1.982.823	328.655
Total Despesas (AC+RAEOA+INSS) Consolidada	2.177.228	14.162	2.191.390	1.896.115	281.112

2. Alterações Orçamentais Aprovadas pelo Governo

2.1 Alterações Orçamentais da Administração Central e RAEOA

Ao longo do ano de 2025, para ajustar a gestão orçamental da Administração Central e RAEOA e os programas aprovados, procedeu-se às necessárias alterações orçamentais, da competência do Governo nos termos previstas no artigo 48.º da Lei n.º 3/2025, de 23 de abril, Lei de Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e da gestão financeira pública e no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 43/2024 de 20 de dezembro, sobre a Execução do Orçamento Geral do Estado para 2025 de duas naturezas distintas: a) as alterações que consistam de verbas entre títulos orçamentais, quando tenham origem na “Dotação Geral do Estado”; b) alterações entre categorias ou rubricas, dentro dos limites legalmente previstos e sem impacto no total do Orçamento.

No primeiro tipo de alteração, foram realizadas transferências de verbas entre títulos orçamentais de origem na Dotação Geral do Estado, com montante de US\$ 41,9 milhões e as transferências para as Linhas Ministeriais e Agências Autónomas aumentaram para US\$40,6 milhões e US\$ 1,3 milhões, respetivamente. Isto significa que as transferências da Dotação Geral do Estado aumentaram o total do orçamento das Linhas Ministeriais e Agências Autónomas. Os detalhes sobre as transferências da Dotação Geral do Estado podem ser analisados na tabela abaixo.

Tabela n.º 8 – Alteração da Dotação Geral do Estado - (milhares de US Dólares)

Beneficiária	Descrição	Montante (\$'000)
Linhas Ministeriais		40,606
Primeiro-ministro	Projeto para a prestação de serviços jurídicos com vista à delimitação definitiva das fronteiras terrestres e marítimas e outros serviços prestados pelo Governo de Timor-Leste, como um processo no Supremo Tribunal de Justiça de Victoria (Caso Lighthouse) e apoio atividade de APCC	5,128
Presidência do Conselho de Ministros	Pagamentos de serviços da DLA Piper	2,500
Ministério da Administração Estatal	Para financiar despesas relacionada com a Cerimónia de homenagem da Sua Santidade Papa Francisco.	100
Ministério da Saúde	Para responder a necessidade de assistência médica para jogo de CPLP 2025 e pagamentos para dividas dos hospitais estrangeiras em Indonesia, Malaysia e Sigapura	10,030
Ministério das Obras Públicas	Alteração Orçamento husi DGE ba fali titulu orsamentu MOP baseia ba Resolução Governo N.º 79/2025, de 24 Dezembro Determina a realização de uma auditoria as dividas das Instituições Publicas a EDTL, E.P. e orienta pagamento parcial do montante validado, previsto no orçamento geral do estado para 2025.	18,000
Ministério da Defesa	Para apoio humanitário da equipa de Timor Leste ao Povo da Filipina baseando no memorando de Timor Leste Defense Force of Humanitary Assistance	531
Ministério do Interior	Aquisição de material de segurança para PNTL	169
Ministério do Turismo e Ambiente	Preparativos para a Timor-Leste Expo Osaka, que foi realizada de abril a outubro de 2025.	1,152
Ministério do Comércio e Indústria	Para financiar Jogos Desportivos CPLP 2025	20
Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura	Para financiar Jogos Desportivos CPLP 2025	2,427
Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico	Para financiar pagamento dos servicos prestados pelo PT. Meridiam Kreatama Mandiri (Indonesia), JV e KIAT, Lda (Timor Leste)	549
Agências Autónomas		1,319
Presidência da República	Para apoiar viagem do President da Republica para visita do estado e trabalho no estrangeiro	195
Tribunais	Para apoiar primeira realizacao de comemoracao dia dos Tribunais em 3 de dezembro, que se realiza seminario entre 18-19 de dezembro	39
Procuradoria Geral da República	Para financiar despesas de deslocação para viagem ao Qatar e Indonésia	23
Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça	Para apoiar o pagamento adiantado do arrendamento de edificio do PDHJ	151
Serviço Nacional de Inteligência	reparação e realização Fórum de Serviço de Informações da CPLP.	158
Comissão da Função Pública	Para apoiar a formacao do desenvolvimento do carater	54
Gabinete de Apoio á Sociedade Civil (GASC)	Destina-se para atividade de Associação de Asilo Político de Timor Leste (AAPTIL)	700
TOTAL		41,925

No segundo tipo de alteração, durante o período em análise, em fase de execução orçamental, a maioria das alterações realizadas ocorreram dentro do mesmo programa e da mesma categoria de despesas. Estas alterações cumpriram os limites estipulados por lei, sem impacto no total do orçamento da Administração Central e da RAEOA. Não houve lugar a alterações orçamentais com origem nas categorias de despesa **Salários e Vencimentos** e **Capital de Desenvolvimento** para outras categorias conforme descritas no artigo n.º 3 do artigo 48 da Lei n.º 3/2025.

Tabela n.º 9 – Alterações entre categorias ou rubricas - (milhares de US Dólares)

Categoria	Dotação do Orçamento Inicial (\$'000)	Alterações (\$'000)	% de Limite	Orçamento Final (\$'000)
Administração Central	2,072,981	0		2,072,981
Salários e Vencimentos	474,988	13,816	3%	488,804
Bens e Serviços Correntes	393,642	-26,713	-7%	366,929
Transferências Públicas	762,005	3,615	0%	765,620
Capital Menor	22,567	8,586	38%	31,153
Capital de Desenvolvimento	419,779	696	0%	420,474
RAEOA	62,181	0	0%	62,181
Salários e Vencimentos	15,373	1,370	9%	16,743
Bens e Serviços Correntes	21,200	-979	-5%	20,221
Transferências Públicas	5,577	-927	-17%	4,650
Capital Menor	0	535	0%	535
Capital de Desenvolvimento	20,032	0	0%	20,032
Total	2,135,162	0		2,135,162

As alterações orçamentais entre categorias no orçamento da Administração Central resultaram numa redução na categoria bens e serviços correntes US\$ 26,7 milhões, para reforço de categoria Salários e Vencimentos de US\$ 13,8 milhões Capital Menor de US\$ 8,5 milhões e Capital de Desenvolvimento US\$ 696,0 mil o que representa apenas 7% do total da dotação original da categoria de bens e serviços correntes.

As alterações orçamentais entre categorias no orçamento da RAEOA resultaram numa redução na categoria bens e serviços correntes US\$ 979 mil e Transferências Públicas US\$ 927 mil para reforço de categoria Salários e Vencimentos de US\$ 1,4 milhões e Capital Menor de US\$ 535 mil, o que representa 5% e 17% do total da dotação original da categoria de bens e serviços correntes e Transferências Publicas respetivamente.

Cumprindo assim, o disposto no n.º 3 do artigo 48.º da Lei n.º 3/2025. O anexo 1 apresenta todas as alterações nas despesas de cada entidade e a respetiva justificação, durante o ano 2025.

2.2 Alterações Orçamentais do Segurança Social

O OSS total inicialmente aprovado pelo Parlamento Nacional, foi de US\$482,0 milhões nas receitas e nas despesas (Lei n.º8/2024, de 26 de novembro): US\$176,3 milhões USD referentes ao orçamento total do INSS (incluindo a administração do FRSS); e US\$ 305,7 milhões referentes ao orçamento total do FRSS (exclusivamente regime de capitalização).

Se excluirmos o regime de capitalização, que passou a ser excluído do perímetro orçamental nos termos da nova LEO, o **OSS inicial aprovado** foi, então, de **US\$ 176,3 milhões**.

Este montante total do OSS inclui o montante de US\$434,2 mil relativo às transferências correntes do INSS para o FRSS, para realização de despesas de administração. Por isso, para uma análise mais correta do Orçamento e da Execução orçamental, devemos focar-nos no **OSS consolidado** (ou seja, eliminando o montante de transferências do INSS para o FRSS): **US\$175,9 milhões**.

Ao longo do ano 2025 foram realizadas alterações orçamentais da competência do Governo, que incluíram:

- Alterações relativas à integração do saldo transitado de 2024, para transferir para o regime de capitalização (gerido no FRSS), nos termos previstos na Lei. Esta alteração implicou um aumento do total do OSS, por via da integração do saldo de gerência do ano anterior e da sua aplicação em despesa, nos termos previstos na LEO. Assim, o **OSS consolidado corrigido é de US\$ 190,1 milhões**, ou seja mais US\$14,17 milhões do que o OSS inicialmente aprovado: este aumento deve-se ao saldo de gerência² apurado no final de 2024 a transferir para 2025, e não inicialmente inscrito no OSS de 2025³.
- Alterações entre categorias de classificação económica da despesa dentro do mesmo programa, no estrito cumprimento dos limites previstos na lei, ou seja, não excedendo os 20% do valor da dotação orçamental a partir da qual o montante é transferido, nos termos previstos no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º43/2024, de 20 de dezembro. Estas

² Note-se que no final do exercício orçamental do ano 2024 foi apurado um saldo de gerência a transitar para o ano 2025 no montante de US\$235,7 milhões. Deste montante total: a) US\$15,17 milhões transitou para 2025 no regime contributivo, para que fosse transferido em 2025 para o regime de capitalização no FRSS; b) US\$ 217,155 milhões transitou para 2025 no regime de capitalização (entretanto excluído no perímetro orçamental), que constitui já capital do fundo de reserva, e se encontrava aplicado no final do ano 2024; e c) o remanescente, no montante de US\$3,4 milhões transitou para 2025 nos regimes de repartição (US\$1,35 milhões), no regime não contributivo (US\$130,77 mil) e na Administração da segurança social (US\$1,92 milhões), mas foi deduzido à transferência inicialmente aprovada da Administração Central para o OSS (o montante da transferência da Administração Central para o OSS inicialmente aprovado no OSS foi de US\$124,25 milhões mas com a integração do saldo, este montante foi reduzido em US\$3,4 milhões, passando a fixar-se em US\$120,85).

³ Em sede orçamental foi inscrito um saldo no regime de repartição de US\$1.000.00, a transferir para o regime de capitalização no FRSS. O saldo efetivamente apurado foi de US\$15,17 milhões, pelo que foram posteriormente integrados US\$14,17 milhões, aplicados em despesa no INSS, relativa a transferência para o regime de capitalização no fundo de reserva (n.º3 do artigo 16.º; alínea b) do n.º2 do artigo 48.º; e n.º2 do artigo 52.º da LEO).

alterações orçamentais aprovadas pelo Presidente do Conselho de Administração do INSS (como previsto no n.º 6 do mesmo artigo), tiveram lugar entre rubricas e categorias orçamentais dentro do mesmo programa, não tendo existido alterações orçamentais entre programas. As alterações orçamentais realizadas não implicaram alterações nas atividades inscritas no plano de atividades da Segurança Social, e visaram essencialmente cobrir custos com:

- a) a conclusão e lançamento da App da Segurança Social e do Módulo de Contribuições online;
- b) a aquisição de bens equipamento essencial para os serviços centrais do INSS e do FRSS e para a melhoria das condições de trabalho dos serviços desconcentrados do INSS nos Municípios;
- c) o reforço das ações de socialização nos municípios;
- d) a deslocação de equipa liderada pelo Presidente do Conselho de Administração do INSS a Kuala Lumpur para participação no Fórum Mundial da Associação Internacional de Segurança Social (sendo a primeira vez que o INSS/Timor-Leste participou como membro associado, depois da adesão aprovada em maio do corrente ano);
- e) o aluguer de espaço para funcionamento dos serviços do FRSS; e
- f) a realização de despesas prévias com a realização do seminário do FRSS.

As alterações orçamentais incluem ainda alterações entre sub-rubricas da rubrica “transferências correntes para famílias”, para ajustamentos das dotações necessárias para pagamento das várias prestações sociais, sempre dentro do mesmo programa orçamental.

Fonte: *Informação Fornecida pelo INSS*

3. Utilização da Reserva de Contingência

Nos termos do artigo 36º do Decreto-Lei n.º 42/2025, de 15 de dezembro, sobre regulamentação da Lei n.º 3/2025, de 23 de abril, define regras claras e rigorosas sobre a utilização da Reserva de Contingência. O n.º 1 do presente artigo estabelece que “Em caso de necessidade urgente e imprevista podem ser transferidos fundos da dotação orçamental “Reserva de Contingência”, inscrita como despesa no orçamento da Administração Central, no título “Dotação Geral do Estado”, programa “Contingência”, para dotações orçamentais dos orçamentos dos serviços e entidades dos subsetores da Administração Central, da Segurança Social e da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, a pedido destes. ” e no n.º 4 “A reserva de contingência não deve ser utilizada para financiar serviços correntes do serviço ou entidade que deveriam ter sido devidamente inscritos no respetivo orçamento, salvo por razões de segurança

nacional, estado de sítio, estado de emergência ou em caso de perigo para a vida humana.” no n.º 6 “Os serviços e entidades devolvem a conta do Tesouro as verbas não gastas da reserva de contingência” e no .º 8 “Os pedidos de utilização da reserva de contingência são autorizados pelo Primeiro-Ministro.”

Durante o ano de 2025, o governo seguiu rigorosamente estas disposições legais ao efetuar os seguintes transferências de Reserva de Contingência:

a. Transferência do fundo de Reserva de Contingência para o Ministério da Administração do Estatal.

Em abril de 2025, foi transferido o montante de US\$100.000 para o Ministério da Administração Estatal, destinado à realização de uma cerimónia oficial de carácter nacional em honra de Sua Santidade o Papa, na sequência do seu falecimento, facto objetivo, imprevisível e superveniente à aprovação do Orçamento Geral do Estado para 2025, inexistindo, por conseguinte, dotação específica para tal finalidade. Atendendo à relevância histórica e institucional da Igreja Católica na luta pela independência e no processo de construção do Estado Timor Leste, reconhecida na Constituição da República, e à necessidade de realização do evento em prazo próximo ao ocorrido, considerou-se o cumprimento do requisito de necessidade urgente e imprevista, conforme o n.º 1 do artigo 36º do Decreto-Lei n.º 42/2025, de 15 de dezembro, sobre regulamenta a Lei n.º 3/2025, de 23 de abril, tratando-se de despesa extraordinária, pontual, não recorrente, e não previsto como serviço corrente do Ministério. Do montante transferido, foram executados US\$81.600 (82%), tendo o saldo remanescente de US\$18.400 sido devolvido à conta do Tesouro em 24 de novembro de 2025, em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 36.º, concluindo-se, assim, que a utilização da Reserva de Contingência observou o enquadramento legal aplicável e os princípios da disciplina orçamental.

b. Alteração orçamental no âmbito da Dotação Geral do Estado do Fundo de Reserva de Contingência para a Divisão de Apoio Financeiro Internacional.

Timor-Leste localiza-se numa região geográfica propensa a diversos desastres naturais, por isso, espera-se o apoio humanitário das nações amigas em futuros eventos desta natureza. Deste modo, o reforço da cooperação internacional na resposta a catástrofes naturais é uma política estratégica que deve ser adoptada pelo Governo de Timor-Leste. Assim, no âmbito da Resolução do Governo n.º 41/2025, foi efetuada alteração orçamental na Dotação Geral do Estado (DGE), mediante mobilização do Fundo de Reserva de Contingência para a Divisão de Apoio Financeiro Internacional, com a finalidade de financiar um donativo extraordinário no montante de US\$10.000.000 à República Portuguesa, destinado à recuperação dos danos provocados pelos incêndios

de grande dimensão que afetaram as regiões Central e Norte daquele país. A decisão fundamentou-se no carácter imprevisível, excecional e de elevada gravidade dos referidos acontecimentos, os quais não eram suscetíveis de previsão à data da aprovação do Orçamento Geral do Estado para 2025, inexistindo dotação específica para tal finalidade. A contribuição reveste natureza pontual, não recorrente e de carácter humanitário, enquadrando-se no exercício da solidariedade internacional e da cooperação entre Estados, não configurando despesa corrente regular da Administração Pública. Assim, a mobilização da Reserva de Contingência foi considerada juridicamente admissível, por se tratar de medida extraordinária destinada a responder a circunstâncias excecionais e urgentes de âmbito internacional, em conformidade com os princípios da legalidade e da disciplina orçamental.

Além disso, com base na resolução do Governamental n.º 45/2025, de 12 de setembro, o Governo de Timor-Leste manifestou solidariedade ao povo da Indonésia, através da Autoridade Provincial de Bali, com uma ajuda humanitária no valor de US\$2.500.000, mas não conseguia efetuar o pagamento devido os detalhes bancários não foram fornecidos a Timor-Leste. Assim sendo, em conformidade com o n.º 6.º do artigo 36º do Decreto-Lei n.º 42/2025, de 15 de dezembro, o montante deve ser devolvido à sua dotação original, como parte do saldo de contingência não utilizado.

A tabela seguinte mostra as despesas de contingência durante o ano de 2025

Tabela n.º 10 - Utilização da Reserva de Contingência no primeiro ao quarto trimestre de 2025

Entidade Beneficiadora	Descrição	Categoria Bens e Serviços Correntes	Dotação Final	Execução	%	Saldo
			(\$'000)	(\$'000)	Execução	(\$'000)
Ministério da Administração Estatal	Para financiar a Cerimónia em homenagem a Sua Santidade o Papa em Tasi Tolu	Contingência para Combustível	3	0	0,0%	3
		Contingência para Alimentos	55	55	100%	0
		Contingência para Outros Bens Correntes	8	8	100%	0
		Contingência para Limpeza e Segurança	6	6	100%	0
		Contingência para Fotocópias, Impressão e Publicação	15	0	0,0%	15
		Contingência para Outros Serviços Correntes	7	7	100%	0
		Contingência para Alugueres	7	7	100%	0
	Total		100	82	82%	18

Dotação Geral do Estado	Alteração orçamental no âmbito da Dotação Geral do Estado (DGE) do Fundo de Reserva de Contingência para a Divisão de Apoio Financeiro Internacional.	Transferência corrente para o exterior	10.000	10.000	100%	0
	Total		10.000	10.000	100%	0
Total			10.100	10.082	99,8%	18

4. A Execução do Orçamento Geral do Estado para 2025

4.1 Execução Consolidada do Setor Público Administrativo

Nesta parte será demonstrada a arrecadação de receitas e a realização de despesas do Setor Público Administrativa no quarto trimestre de 2025. No quarto trimestre, o Orçamento Geral do Estado apresentou a execução que se descreve em seguida:

4.1.1 Execução Orçamental das Receitas do Setor Público Administrativo

No quarto trimestre de 2025, a receita global arrecadada do Setor Público Administrativo (com FRSS) somou US\$ 2.182,2 milhões, correspondendo a uma taxa de execução de 94%. Este montante incluiu a transferências de US\$ 120,53 milhões da Administração Central para o INSS e US\$10 milhões para RAEOA. Se retiramos este montante ficamos com US\$ 2.051,3 milhões e com uma taxa de execução de 93%.

Neste trimestre, o regime de capitalização (FRSS) ter saído do perímetro orçamental e por isso já não pode ser integrado no seguinte tabela, mas apresenta num ponto específico sobre o regime de capitalização na parte da Execução Orçamental do INSS incluindo a carteira de investimentos.

A Administração Central apresenta uma taxa de execução de 92% (US\$ 1.911,6 milhões), enquanto a Segurança Social apresenta uma elevada taxa de execução de 100% (US\$ 191,31), pois notamos que a Transferência da Administração Central para o INSS e RAEOA são 100% e US\$ 68,5 milhões em contribuições arrecadadas de empregados e empregadores. A Região Administrativa Especial de Oecússi Ambeno (RAEOA) já registou receitas próprias, registando uma execução de receitas de US\$ 64, 9 milhões referentes ao saldo transitado do ano de 2024 para este ano e restante são de receitas próprias.

A tabela seguinte ilustra a execução das receitas nos diferentes Subsetores do Setor Público Administrativo em 2025.

Tabela n.º 11 – Receita arrecadadas no Setor Público Administrativo 2025 - em milhares de USD

Categoria	Dotação Inicial	Dotação Final	Execução	% Execução
RECEITAS				
Administração Central				
Receitas petrolíferas	1.561.074	1.561.074	1.451.950	58%
Receitas não petrolíferas	511.907	511,907	459.744	198%
Total Administração Central	2,072,981	2,072,981	1,911,694	92%
Segurança Social				
Transferência da Administração Central	124.250	120.903	120.863	100%
Receitas próprias INSS	51.632	69.140	68.532	99%
Total Segurança Social	175.882	190.044	189.394	100%
Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA)				
Transferência da Administração Central	10.000	10.000	10.000	100%
Receitas próprias	52.181	52.181	71.122	136%
Total RAEOA	62.181	62.181	81.122	130%
Receita global	2.311.044	2.325.206	2.182.210	94%
Receita global consolidada	2.176.794	2.194.302	2.051.347	93%

4.1.2 Execução Orçamental das Despesas do Setor Público Administrativo

As despesas globais realizadas no período entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2025, ascendeu a US\$1.985,7 milhões correspondendo a uma taxa de execução de 85%. Este montante inclui a transferências da Administração Central para o INSS de US\$ 120,85 milhões e para RAEOA US\$ 10 milhões. Se retiramos este valor a despesas consolidada com US\$ 1.975,7 milhões ou uma taxa de execução de 86%.

O montante global inclui a Administração Central com US\$ 1.770,1 milhões (85%), inclui a Transferência da Administração Central para o INSS com US\$ 120,85 milhões, a RAEOA de US\$ 44,1 milhões (71%) e o INSS com US\$ 171,5 milhões (90%).

Salientar também que neste trimestre, o regime de capitalização (FRSS) ter saído do perímetro orçamental e por isso já não pode ser integrado no seguinte tabela, mas apresenta num ponto específico sobre o regime de capitalização na parte da Execução Orçamental do INSS incluindo a carteira de investimentos.

A tabela seguinte ilustra a execução das despesas nos diferentes Subsetores do Setor Público Administrativo em 2025.

Tabela n.º 12 – Despesa Realizadas do Setor Público Administrativo 2025 - em milhares de dolares

Categoria	Dotação Inicial	Dotação Final	Execução	% Execução
DESPESAS				
Administração Central				
<i>Despesa, exceto transferências para a Segurança Social e RAEOA</i>	1.938.731	1.938.731	1.639.226	85%
<i>Transferência para a Segurança Social</i>	124.250	124.250	120.863	97%
<i>Transferência para a RAEOA</i>	10.000	10.000	10.000	100%
Total Administração Central	2.072.981	2.072.981	1.770.089	85%
Segurança Social				
<i>Despesa INSS financiada por Receitas Próprias</i>	51.632	69.190	50.431	73%
<i>Despesa FRSS financiada por Receitas Próprias</i>	434	434	256	59%
<i>Despesa financiada por transferência da Administração Central</i>	124.250	120.853	120.863	100%
Total Segurança Social	176.316	190.478	171.549	90%
Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA)				
<i>Despesa financiada por Receitas Próprias</i>	52.181	52.181	44.069	84%
<i>Despesa financiada por transferência da Administração Central</i>	10.000	10.000	-	0%
Total RAEOA	62.181	62.181	44.069	71%
Despesa global	2.311.478	2.325.640	1.985.707	85%
Despesa global consolidada	2.291.478	2.305.640	1.975.707	86%

4.2 Execução Orçamental das Receitas e Despesas da Administração Central

4.2.1 Execução Orçamental das Receitas por Categoria da Administração Central

No quarto trimestre de 2025, a cobrança total de receitas atingiu os US\$ 1.911,7 representando 92% do orçamento total de receitas de US\$ 2.072,9 milhões.

Este valor total inclui transferências. Do Fundo Petrolífero, US\$ 1.451,95 milhões; Transferências do Exterior, 4,6 milhões; Passivos Financeiros, US\$ 14,17 milhões; Saldo de Gestão, US\$ 175,31 milhões; e Reposições Não Deduzidas nos Pagamentos, US\$ 11,7 milhões.

Os levantamentos do fundo petrolífero foram executados dentro da estrutura legal e monitorizados, e a estrutura melhorada de 2025 aumenta a documentação e o escrutínio destas decisões.

A tabela seguinte mostra um resumo da execução do orçamento de receitas do Administração Central até ao final do quarto trimestre de 2025.

Tabela n.º 13 - Receitas arrecadadas até o final do quarto trimestre de 2025 do Administração Central - em milhares de USD

Classificação Económica	2025					2024			Variação orçamentária (2025 vs 2024)	
	Dotação Inicial	Alteração	Dotação Final	Execução	% Execução	Dotação Final	Execução	% Execução	USD	%
	A	B	C=A+B	D	E=D/C	F	G	H=G/F	I=D-G	J=I/G
RECEITAS										
Impostos	185.494	-	185.494	187.042	101%	132.418	175.223	132%	11.819	7%
Direitos de Aduaneiro de importação	26.586	-	26.586	22.824	86%	24.370	22.238	91%	586	3%
Taxas, Coimas e outros Penalidades	28.873	-	28.873	31.581	109%	26.618	21.814	82%	9.768	45%
Rendimentos	7.257	-	7.257	8.623	119%	6.838	9.291	136%	-667	-7%
Vendas de bens e serviços	9.697	-	9.697	3.835	40%	1.992	4.170	209%	-335	-8%
Transferências	1.570.074	-	1.570.074	1.456.577	93%	1.392.764	1.252.419	90%	204.159	16%
Transferências do Fundo Petrolífero relativas ao Rendimento Sustentável Estimado	551.950	-	551.950	551.950	100%	522.093	522.093	100%	29.857	6%
Transferências de Capital do Fundo Petrolífero acima do Rendimento Sustentável Estimado	1.009.124	-	1.009.124	900.000	89%	855.450	727.907	85%	172.093	24%
Transferências Correntes do Exterior	9.000	-	9.000	4.628	51%	15.221	2.419	16%	2.209	91%
Passivos Financeiros	45.000	-	45.000	14.175	32%	25.000	17.701	71%	-3.525	-20%
Saldo de gerências	200.000	-	200.000	175.311	88%	220.000	186.660	85%	-11.349	-6%
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	-	-	0	11.723	0%		8.607	0%	3.116	36%
TOTAL DE RECEITAS	2.072.981	-	2.072.981	1.911.694	92%	1.830.000	1.698.123	93%	213.571	13%

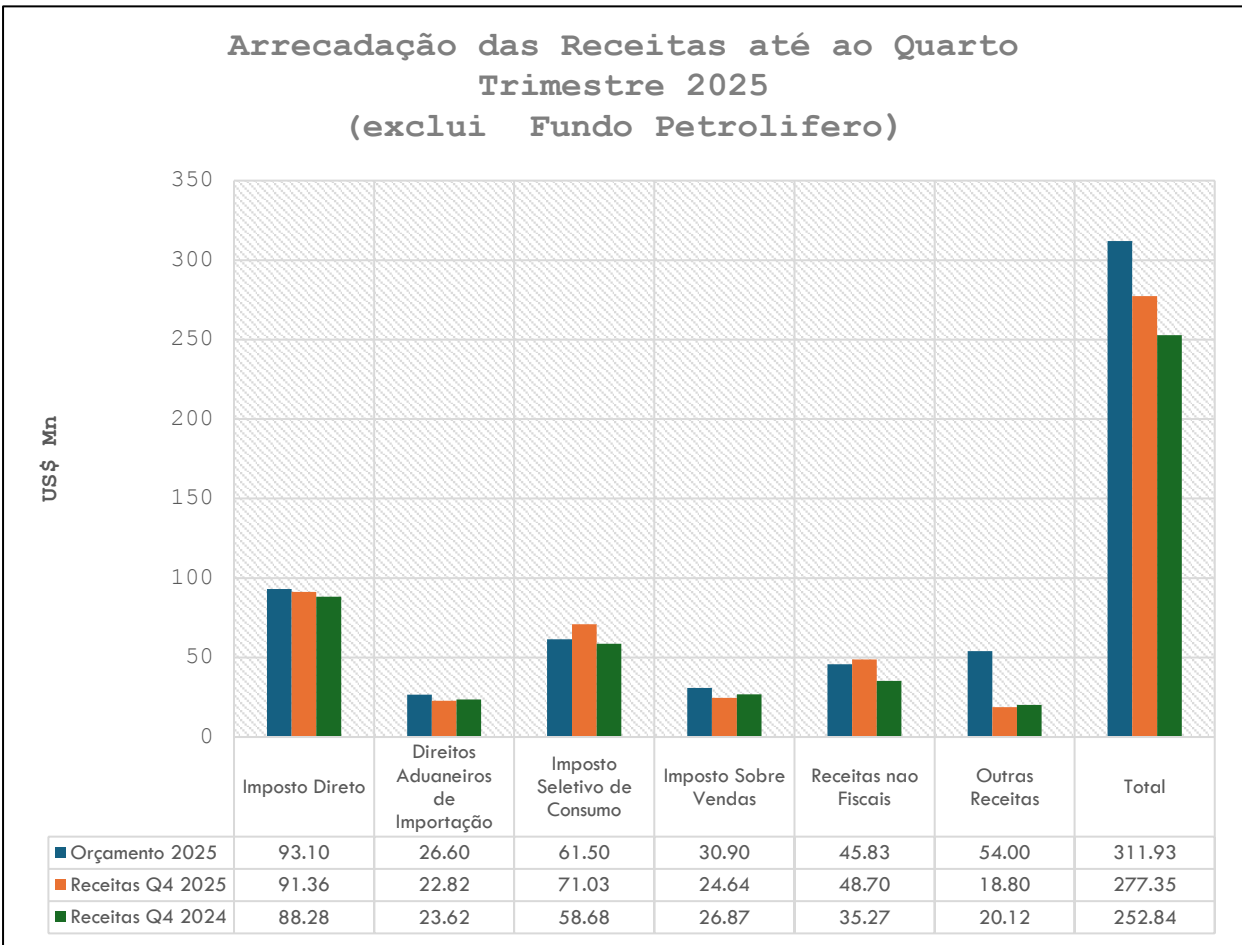
A previsão orçamental para a receita interna em 2025, de US\$257,9 milhões, é significativamente superior à meta de receita interna de US\$192,24 milhões em 2024. A receita interna durante 2025 esteve quase dentro da meta, atingindo cumulativamente 252,62 milhões (98%), em comparação com os US\$232,74 milhões arrecadados durante o ano fiscal de 2024.

Dentro das categorias de receitas, a receita combinada de impostos e alfândegas é de 209,1 milhões, em comparação com os US\$197,26 milhões arrecadados em 2024. A fiscalização fiscal parece ter acompanhado o aumento da meta de receitas para 2025.

As receitas não fiscais, incluindo taxas, coimas e outras penalizações, em 2025 também foram superiores às receitas do ano anterior, atingindo os US\$43,5 milhões, em comparação com os US\$35,27 milhões em 2024.

No entanto, o aumento do défice no financiamento do orçamento implicou maiores retiradas do Fundo Petrolífero, que totalizou US\$ 1.451,95 milhões em 2025, face aos US\$1.250 milhões em 2024, um excesso de US\$ 201,95 milhões entre os dois exercícios.

Gráfico n.º 3 – Arrecadação das Receitas até ao Quarto Trimestre



Esta secção fornece uma análise detalhada da cobrança de receitas durante o período em análise.

Impostos: A receita fiscal total foi ligeiramente inferior, totalizando US\$209,87 milhões, em comparação com a estimativa orçamental de US\$212,08 milhões. Estes impostos são compostos principalmente pelo Imposto sobre Serviços, Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre as Vendas, Imposto sobre os Salários, Imposto sobre o Rendimento e direitos aduaneiros.

Tabela n.º 14 - Cobrança de impostos até ao final do quarto trimestre de 2025 da Administração Central - em milhares de USD

Receitas de Impostos	Dotação OGE (\$'000)	Execução (\$'000)	Taxa Execução (%)
Impostos	185.494	187.042	100,83%
<i>Impostos Sobre Serviços</i>	<i>9.621</i>	<i>9.144</i>	<i>95,05%</i>
<i>Imposto Seletivo de Consumo</i>	<i>61.490</i>	<i>71.034</i>	<i>115,52%</i>
<i>Imposto Sobre Vendas</i>	<i>30.864</i>	<i>24.636</i>	<i>79,82%</i>
<i>Imposto Sobre Salários</i>	<i>33.489</i>	<i>26.583</i>	<i>79,38%</i>
<i>Imposto Sobre o Rendimento</i>	<i>50.031</i>	<i>54.472</i>	<i>108,88%</i>
<i>Outros Impostos</i>	<i>-</i>	<i>1.173</i>	<i>0,00%</i>
Direitos Aduaneiros de Importação	26.586	22.824	85,85%
<i>Direitos Aduaneiros de Importação</i>	<i>26.586</i>	<i>22.824</i>	<i>85,85%</i>
Total	212.080	209.867	98,96%

Nota: Os montantes retidos a título de impostos sobre os salários, no total de aproximadamente 2,82 milhões, estão sujeitos a reconciliação e classificação, o que pode aumentar a receita após o reconhecimento das transações.

Impostos sobre serviços: Estes impostos aplicam-se à prestação de serviços, como estadias em hotéis e passagens aéreas. A receita proveniente deste imposto durante o ano totalizou US\$9,14 milhões, representando aproximadamente 95% da previsão orçamental. Este valor é quase o mesmo da receita de US\$9,05 milhões em 2024.

Imposto Seletivo de Consumo: Este imposto aplica-se a determinados bens importados para Timor-Leste ou retirados de um armazém por um produtor registado e destinados ao consumo em Timor-Leste. A receita do Imposto Seletivo sobre o Consumo no final do ano fiscal foi de US\$71,03 milhões, representando 115% da meta anual de US\$61,49 milhões e sendo significativamente superior aos US\$58,68 milhões arrecadados no ano anterior.

Imposto sobre as vendas: O imposto sobre as vendas é outro imposto cobrado durante a fase de importação. A receita registada nesta subcategoria totaliza US\$24,64 milhões, ou 80% da previsão orçamental de US\$30,86 milhões.

Imposto sobre a folha de pagamento: Este imposto incide sobre o rendimento recebido pelos empregados sob a forma de salários ou vencimentos que excedam o limite mínimo de isenção. Estes impostos são retidos pelos empregadores e depositados nas contas de

receitas do governo. No final do terceiro trimestre, a cobrança nesta conta totalizou US\$26,58 milhões, contra uma previsão orçamental de 33,5 milhões (aproximadamente 79% do orçamento).

Imposto sobre os salários: Este imposto incide sobre o rendimento recebido pelos empregados sob a forma de salários ou vencimentos que excedam o limite mínimo de isenção. Estes impostos são retidos pelos empregadores e depositados nas contas de receitas do governo. No final do quarto trimestre, a cobrança nesta conta totalizou US\$26,6 milhões, contra uma previsão orçamental de US\$33,5 milhões (aproximadamente 79% do orçamento).

Imposto de rendimento: O imposto sobre o rendimento é a forma mais abrangente de tributação directa em Timor-Leste, englobando os impostos sobre o rendimento e o imposto retido na fonte sobre as actividades comerciais. A receita de US\$54,47 milhões nesta categoria é aproximadamente 8% superior à meta anual de US\$50,03 milhões.

Taxas, coimas e outras penalidades: A receita cobrada nesta categoria durante o ano fiscal de 2025 totalizou US\$31,5 milhões, representando 109% da previsão anual de 28,87 milhões para a categoria.

Tabela n.º 15 – Receitas provenientes de taxas, coimas e penalidades até ao final do quarto trimestre de 2025 da Administração Central - em milhares US\$D

Receitas de Taxas, coimas e outras penalidades	Dotação OGE (\$'000)	Execução (\$'000)	Taxa Execução (%)
Taxas	28.818	30.214	104.84%
<i>Taxas Ambientais</i>	258	246	95.21%
<i>Taxas de Estacionamento</i>	33	69	210.07%
<i>Taxas de Justiça</i>	3.397	483	14.23%
<i>Taxas de Publicidade</i>	181	318	175.91%
<i>Taxa de passaporte</i>	3.202	5.408	168.87%
<i>Taxas de Entrada e Vistos</i>	2.081	2.501	120.18%
<i>Taxas de Registo</i>	532	412	77.55%
<i>Taxas de Pesca</i>	17	14	82.04%
<i>Taxas Portuárias</i>	2.192	3.363	153.41%
<i>Taxas Sobre Atividade Floresta</i>	27	-	0.00%
<i>Taxas Sobre Actividades Extrativas</i>	3.380	-	0.00%
<i>Taxas Sobre Telecomunicações</i>	2.052	3.965	193.19%
<i>Taxas Sobre Transportes</i>	5.371	4.741	88.27%
<i>Taxas Sobre Jogos Sociais</i>	3.901	6.068	155.54%
<i>Propinas</i>	1.729	1.297	75.02%
<i>Outras Taxas</i>	465	1.329	285.52%
Coimas e Outras Penalidades	55	1.367	2481.71%

<i>Coimas Decorrentes do Código da Estrada</i>	0	7	179750.00%
<i>Coimas Laborais</i>	-	206	0.00%
<i>Multas Decorrentes de Processo-Crime</i>	40	-	0.00%
<i>Outras Coimas e Penalidades</i>	15	1.154	7458.89%
Total	28.873	31.582	109.38%

Na categoria de taxas, multas e penalidades, a maior parte da receita é compilada no subgrupo de Taxas, sendo que as taxas sobre transporte, telecomunicações, jogos sociais, atividades extrativas, vistos e entrada, instalações portuárias, passaportes e instalações judiciais representam quase 90% da meta orçamental de US\$ 28,8 milhões.

A arrecadação de receitas nesta categoria tem apresentado um bom desempenho global, sendo as taxas de telecomunicações (US\$ 3,96 milhões) e as taxas de transporte (US\$ 4,74 milhões), as taxas sobre jogos sociais (US\$ 6,09 milhões) e a taxa de passaporte I (US\$ 5,41 milhões) os contribuintes mais significativos para a receita total de US\$ 31,58 milhões durante o ano fiscal de 2025. A receita de taxas de visto (US\$ 2,50 milhões) e as taxas portuárias (3,36 milhões) é o outro contribuinte significativo para a categoria.

No entanto, apenas US\$0,48 milhões foram reportados ou arrecadados como taxas judiciais e nada para atividades extrativas. As metas orçamentais para as taxas judiciais e taxas de atividades extrativas são de 3,4 milhões e US\$ 3,38 milhões, respetivamente. O défice combinado para estes dois itens é de US\$ 6,30 milhões.

Na categoria "Receita", as receitas cobradas durante os três primeiros trimestres de 2025 totalizam aproximadamente US\$ 8,62 milhões, representando cerca de 118% da previsão orçamental anual para a categoria.

Tabela n.º 16 - Receitas de Rendimentos até ao final do quarto trimestre de 2025 da Administração Central ('000 USD)

Receitas de Rendimentos	Dotação OGE (\$'000)	Execução (\$'000)	Taxa Execução (%)
Rendas	908	4.028	443,55%
<i>Arrendamento de Bens Imóveis de Média e Longa Duração</i>	745	3.224	432,69%
<i>Arrendamento de Bens Imóveis de Média e Curta Duração</i>	8	794	9544,35%
<i>Aluguer de Bens Móveis de Média e Longa Duração</i>	5	-	0,00%
<i>Aluguer de Bens Móveis de Média e Curta Duração</i>	150	10	6,71%
Juros	6.349	4.596	72,39%
<i>Juros</i>	6.349	4.596	72,39%
Total	7.257	8.623	118,84%

Nesta categoria, a receita proveniente do arrendamento de imóveis, de US\$ 3,22 milhões, superou a meta orçamental anual de US\$ 0,75 milhões. No entanto, as receitas com activos móveis, que incluem principalmente o aluguer de equipamento, estão abaixo dos 10%.

A receita com taxas é consideravelmente baixa, de US\$ 4,9 milhões, representando 72% da previsão anual.

Vendas de bens e serviços correntes: Nesta categoria, as receitas cobradas durante os primeiros três trimestres de 2025 totalizam aproximadamente US\$ 3,83 milhões, representando cerca de 39% da previsão orçamental anual para a categoria.

Tabela n.º 17 – Receitas de “Vendas de Bens e Serviços” até ao final do quarto trimestre de 2025 da Administração Central (‘000)

Receitas de Venda de Bens e Serviços	Dotação OGE (\$'000)	Execução (\$'000)	Taxa Execução (%)
Venda de Bens Corrente	1.009	1.914	189,66%
<i>Livros e Publicações</i>	2	-	0,00%
<i>Formulários e Impressos</i>	227	199	87,90%
<i>Produtos Agrícolas e Pecuários</i>	24	91	372,74%
<i>Produtos Alimentares e Bebidas</i>	753	1.623	215,69%
<i>Outros Bens Correntes</i>	3	1	21,39%
Venda de Bens Capital	8.410	1.200	14,27%
<i>Edifícios</i>	4	2	48,08%
<i>Veículos civis</i>	6.796	1.050	15,45%
<i>Equipamento de transporte</i>	1.610	148	9,19%
Venda de Serviços	278	721	259,62%
<i>Serviços de Laboratórios</i>		511	0,00%
<i>Atividades de Saúde</i>	200	195	97,23%
<i>Serviços de correio</i>	78	16	20,91%
Total	9.697	3.835	39,55%

A receita nesta categoria foi afetada por uma queda nas vendas de veículos civis e equipamento de transporte, com vendas consolidadas de apenas US\$ 1,2 milhões, contra a previsão anual de US\$ 8,4 milhões. Estas duas rubricas de receita representam mais de 85% da previsão orçamental anual para a categoria.

No entanto, as vendas de alimentos e bebidas, incluindo arroz, totalizaram US\$ 1,62 milhões, superando a previsão anual em mais de 115% no final do ano fiscal de 2025.

Transferências – O maior parte das receitas são retiradas do Fundo Petrolífero para financiar a execução orçamental. Durante o período em análise, 93% dos levantamentos orçamentados foram recebidos na conta CFET

Tabela n.º 18 – Receitas de “Transferências” até ao final do quarto trimestre de 2025 da Administração Central ('00))

Receitas de Transferências	Dotação OGE (\$'000)	Execução (\$'000)	Taxa Execução (%)
Transferências do Fundo Petrolífero	1.561.074	1.451.950	93%
<i>Relativas ao Rendimento Sustentável Estimado</i>	<i>551.950</i>	<i>551.950</i>	<i>100%</i>
<i>Acima do Rendimento Sustentável Estimado</i>	<i>1.009.124</i>	<i>900.000</i>	<i>89%</i>
Transferências do Exterior	9.000	4.628	26,98%
Total	1.570.074	14.456.578	54,4%

No final do quarto trimestre, os levantamentos totais do Fundo Petrolífero totalizaram US\$1.451,9 milhões, em comparação com um orçamento de US\$1,561 mil milhões. Deste montante, US\$551,95 milhões foram alocados como receitas referentes ao Rendimento Sustentável Estimado (RSE), o que corresponde a 100% do seu orçamento. Os restantes US\$ 900 milhões foram levantados como transferências do Fundo Petrolífero que excederam a RSE.

As restantes transmissões de mercadorias provêm principalmente do exterior. Durante o período, foram recebidos US\$4,6 milhões, contra a previsão orçamental de US\$ 9 milhões, o que indica uma taxa de realização de 27%.

Saldo de Gerência: O saldo de gerência compreende o saldo de caixa remanescente no setor da Administração do ano fiscal anterior, que serve de fonte de financiamento às operações orçamentais do ano fiscal corrente.

Tabela n.º 19 – Detalhamento do Saldo de Gerência da Administração Central em 2025 (em milhares de USD)

Saldo de Gerência	Saldo no final de 2024 (\$'000)
Saldo Caixa do Administração Central	158.207
Millennium Challenge Account (MCA)	172
Saldo Caixa de Autoridade Nacional de Petróleo (ANP)	15.717
Saldo Caixa de Autoridade Nacional de Minerais (ANM)	1.216
Total	175.311

O saldo consolidado de caixa do setor da Administração Central no final do ano fiscal de 2024 era de US\$175,31 milhões, em comparação com o saldo estimado de US\$200 milhões no orçamento anual aprovado para 2025. Os saldos nas contas bancárias controladas pelo Tesouro representaram mais de 90% do saldo de gestão, totalizando US\$158,20 milhões. Outros saldos de caixa nesta categoria incluíram a ANP com US\$15,71 milhões, a ANM com US\$1,21 milhões e a MCA com US\$0,17 milhões.

Reposições não Abatidas nos Pagamentos: As receitas totais desta categoria nos quatro trimestres do ano fiscal de 2025 totalizam US\$11.107 milhões. Este montante representa

montantes pagos a título de despesas ou adiantamentos em anos anteriores e que foram devolvidos ou reembolsados durante o presente exercício no âmbito do sector da Administração Central, constituindo estas devoluções uma fonte de financiamento.

Tabela n.º 20 – Detalho das Reposições não Abatidas nos Pagamentos à Administração Central em 2025 (em milhares de USD)

Reposições não Abatidas nos Pagamentos	Montante (\$'000)
Merenda Escolar	1.017
Libertação garantia bancária	13
Devolução PNDS	8.684
Devolução Saldo ANATL	2
Devolução Balanço Brigada Médica Cubana	35
Abertura de Carta de Crédito	6
Devolução dos pagamentos dos anos anteriores das diversas entidades	1.350
Total	11.055

Devolução mais significativa provém de programas de PNDS em anos anteriores, totalizando US\$8,68 milhões. A outra grande devolução dos pagamentos dos anos anteriores das diversas entidades no valor de US\$1.350 milhões, e retornos dizem respeito ao programa de Merenda escolares, no valor de US\$1,02 milhões.

4.2.2 Execução Orçamental das Despesas por Categoria da Administração Central

A Administração Central aumentou progressivamente os seus gastos em todas as cinco categorias durante os quatro trimestres. Do orçamento total de despesas atribuído à Administração Central de US\$2.072,9 milhões, um total de aproximadamente US\$1.770,1 milhões foi executado até ao final dos quatro trimestres, representando uma taxa de execução de 86%. Em comparação, as despesas agregaram aproximadamente US\$1.617,7 milhões relativamente ao orçamento anual de despesas de US\$1.830 milhões no final do mesmo período do ano fiscal anterior, mas com uma taxa de execução de 88% devido a uma menor atribuição orçamental em 2024. Embora a execução orçamental global tenha melhorado em 2025, permanecem desafios na implementação de projetos de investimento e em certas transferências sociais. É necessário manter o foco na preparação para a implementação, nas aquisições e no melhor planeamento das despesas de desenvolvimento.

Salários e Vencimentos: Devido a uma força de trabalho ampliada com novas contratações, os custos com pessoal, de US\$461,6 milhões (94%), aumentaram mais de 2% no quarto trimestre

de 2025 em comparação com o gasto de 430,7 milhões (92%) na mesma categoria durante o mesmo período em 2024.

Bens e Serviços Correntes: A taxa de execução na categoria de bens e serviços atingiu os 79%, com um valor de US\$290,9 milhões no quarto trimestre de 2025, em comparação com a execução na mesma categoria no quarto trimestre de 2024, que atingiu os 83% com o valor de execução de US\$260,3 milhões.

Transferências Públicas: As transferências públicas atingiram uma taxa de execução de 90% com um valor de US\$ 687,7 milhões da dotação orçamental total US\$ 766,9 milhões no quarto trimestre de 2025. Os detalhes das transferências e subsídios do governo central para entidades públicas e empresariais, incluindo os beneficiários são apresentados na tabela abaixo.

Capital Menor: No quarto trimestre de 2025, a execução na categoria de de investimentos de capital atingiu os 76% com um valor de US\$ 23,8 milhões. Em comparação a execução na mesma categoria no quarto trimestre de 2024 atingiu os 89% com um valor de 46,5 milhões.

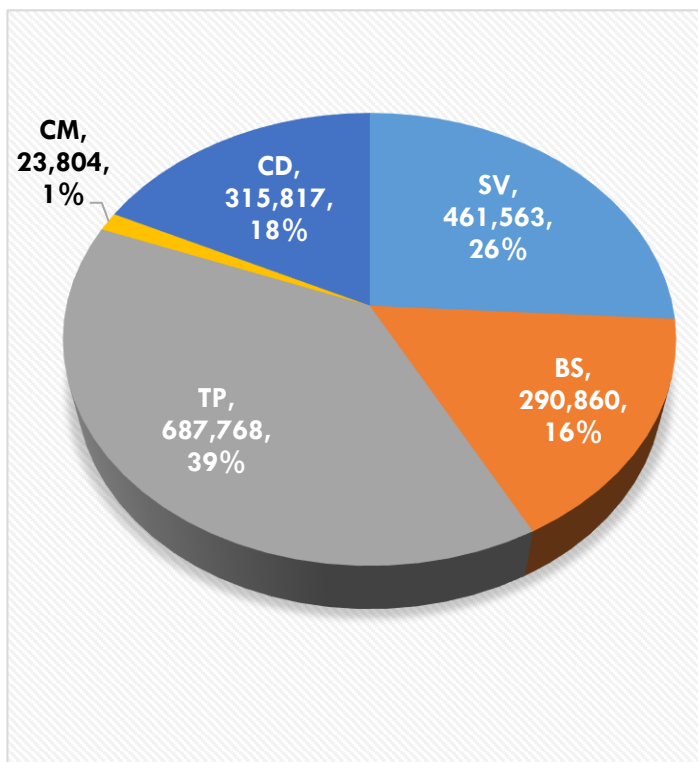
Capital de Desenvolvimento: No quarto trimestre de 2025, registou-se uma taxa de execução de 73% (US\$ 306,094 milhões) na categoria de capital de desenvolvimento. Em comparação, dentro da mesma categoria, a execução no quarto trimestre do ano anterior (2024) atingiu os 74%, com um valor de US\$ 292,2 milhões.

Tabela n.º 21 – Despesas Realizadas por Categoria da Administração Central quarto trimestre de 2025- em milhares de USD

Classificação Económica por Categoria	Quatro Trimestre 2025			Quatro Trimestre 2024			Variação orçamentária (2025 vs 2024)	
	Dotação Final	Execução	% Execução	Dotação Final	Execução	% Execução	USD	%
	C=A+B	D	E=D/C	F	G	H=G/F	I=D-G	J=I/G
DESPESAS								
Salários e Vencimentos	488.804	461.563	94%	469.895	430.734	92%	30.829	7%
Bens e serviços	366.929	290.860	79%	314.051	260.339	83%	30.521	12%
Transferência Pública	765.620	687.768	90%	597.658	587.913	98%	99.855	17%
Capital Menor	31.153	23.804	76%	52.386	46.508	89%	-22.704	-49%
Capital de Desenvolvimento	420.474	306.094	73%	396.010	292.200	74%	13.894	5%
TOTAL DESPESAS	2,072,981	1,770,089	85%	1.830.000	1.617.694	88%	162.118	10%

Categoria	Dotação Inicial	Virement	Dotação Final	Execução	% Execução	Obrigações	Compromissos
Salários e Vencimentos	474.988	13.816	488.804	461.563	94%	58	118
Bens e Serviços Correntes	393.642	-26.713	366.929	290.860	79%	8.361	2.678
Transferências Públicas	762.005	3.615	765.620	687.768	90%	54	270
Capital Menor	22.567	8.586	31.153	23.804	76%	1.239	4.951
Capital de Desenvolvimento	419.779	696	420.474	306.094	73%	22.471	18.653
Total	2.072.981	0	2.072.981	1.770.089	85%	32.183	26.669

Gráfico n.º 4 – Decomposição das despesas Executadas na Administração Central – em milhares de US\$ ‘000’



Como se pode observar no Gráfico n.º 4, as despesas totais são compostas principalmente pelas Transferências Públicas, totalizando US\$687,8 milhões (39% das despesas totais), seguidas pelos Salários e Vencimentos, com US\$461,6 milhões (26% das despesas totais), Capital de Desenvolvimento, com US\$315,8 milhões (18% das despesas totais), e Bens e Serviços com US\$290,9 milhões (16% das despesas totais). As taxas de execução mais baixas foram observadas nos Investimentos de Capital de menor, com US\$23,8

milhões (1% das despesas totais) no quarto trimestre de 2025.

Despesas realizadas na categoria de Transferências Pública da Administração Central

Durante o quarto trimestre de 2025, a montante total das despesas de Transferências Públicas executadas foi US\$ 687,8 milhões (90%) da dotação total final prevista de US\$ 766,9 milhões, conforme mostra a tabela n.º 21.

Deste montante foram transferidos US\$ 153,7 milhões (96%) para Setor Público Administrativo, que inclui a transferência para Segurança Social e RAEOA 100%.

A transferência para Sociedades apresentou uma taxa de execução 95% (US\$ 207,1 milhões), que inclui a transferência para empresas públicas, sociedades financeiras e não financeiras. A Transferência para famílias foi uma rubrica com elevada dotação, mas em termos de execução contou apenas com US\$162,7 milhões ou seja, uma taxa de execução 75%. A grande parte destas despesas foi para pagamento de Pensão dos Combatentes e Mártires da Libertação Nacional com US\$ 138,8 milhões.

Até ao terceiro trimestre a amortização de empréstimos e juros relativos a amortização, apresentou um montante total de US\$15,6 e US\$ 7,9 milhões, respetivamente.

Os detalhes das transferências e subsídios na administração central para entidades públicas e empresariais que inclui os beneficiários, constam do anexo nº 6.

Tabela n.º 22 - Despesas de Transferências Públicas em milhares de USD

Despesas de Transferências Públicas	Dotação Inicial OGE (\$'000)	Dotação Final OGE (\$'000)	Execução (\$'000)	Taxa Execução (%)
Transferências Públicas	763.368	766.876	687.768	90%
Transferências para o Setor Público Administrativo	160.706	159.393	153.740	96%
Transferência corrente para a Administração Central	4.268	3.691	3.560	96%
Transferência corrente para a Segurança Social	124.250	124.250	120.853	97%
Transferência corrente para a RAEOA	10.200	10.200	10.121	99%
Transferência corrente para os Municípios	21.987	21.251	19.205	90%
Transferência para Sociedades	224.917	217.722	207.097	95%
Transferência corrente para Empresas Públicas	206.000	201.000	200.541	100%
Transferência corrente para Sociedades Financeiras	5.049	5.049	49	1%
Transferência corrente para Sociedades Não Financeiras	13.869	11.673	6.507	56%
Transferência para Famílias	230.870	215.674	162.740	75%
Subsídio por Morte	62	88	63	72%
Reembolso e ou Apoio para Despesas de Funeral	129	130	105	81%
Subsídio de Doença	81	55	43	79%
Abono de Família	765	813	811	100%
Pensão para Ex -Titulares de Cargos Políticos	5.225	3.778	3.778	100%
Pensão dos Combatentes e Mártires da Libertação Nacional	187.001	185.632	134.781	73%
Bolsa da Mãe	7.000	5.936	5.936	100%
Bolsas de Estudo aos Filhos dos Combatentes e Mártires da Libertação Nacional	1.128	1.128	1.094	97%
Outras Bolsas de Estudo no Território Nacional	2.714	2.823	2.138	76%
Outras Bolsas de Estudo no Estrangeiro	11.367	10.467	10.589	101%
Outras Prestações Sociais	14.112	4.117	3.081	75%
Outras Transferências Correntes para Famílias	1.286	707	320	45%
Transferências para Instituições sem Fins Lucrativos	105.153	120.800	116.464	96%
Transferências correntes para Fundações Públicas	13.483	24.755	24.605	99%
Transferências correntes para Associações Públicas	11.063	15.243	14.778	97%
Outras Transferências correntes para Instituições sem Fins Lucrativos	80.607	80.802	76.320	94%

Despesas de Transferências Públicas	Dotação Inicial OGE (\$'000)	Dotação Final OGE (\$'000)	Execução (\$'000)	Taxa Execução (%)
Advance Transfers to Non-Profit Organizations	0	0	761	0%
Transferências Correntes para o Exterior	7.748	20.443	16.781	82%
Transferências correntes para Organizações Internacionais	4.045	4.436	4.145	93%
Outras Transferências correntes para o Exterior	3.703	16.007	12.636	79%
Juros	8.760	8.603	7.953	92%
Juros e taxa de compromisso do Banco Mundial	1.600	1.600	1.399	87%
Juros e taxa de compromisso do ADB	6.900	6.900	6.476	94%
Juros e taxa de compromisso da JICA	215	75	69	92%
Outros juros da dívida pública	45	28	9	32%
Taxas	381	714	708	99%
Taxas	381	714	708	99%
Transferências de capital	2.824	2.824	2.827	100%
Transferências para Sociedades	4	4	4	100%
Outras Transferências de Capital	2.820	2.820	2.820	100%
Advance Transfers to the Families	0	0	3	0%
Ativos financeiros	4.369	4.369	4.369	100%
Aquisição de Títulos	4.369	4.369	4.369	100%
Passivos financeiros	17.640	16.159	15.622	97%
Amortização de Empréstimos do Banco Mundial	2.740	2.698	2.688	100%
Amortização de empréstimos do ADB	13.500	12.230	12.219	100%
Amortização de empréstimos da JICA	1.400	1.231	714	58%
Transferências para o Sector Administrativo Público para Atividades do CPLP	0	175	175	100%
Transferência atual para a Administração Central para atividades do CPLP	0	175	175	100%

4.2.3 Execução Orçamental das Despesa por Programa na Administração Central

Existem 75 programas com orçamento atribuído para serem implementados pela Administração Central em 2025. Deste total de 75 programas, 28 são programas essenciais que contribuem significativamente para o desempenho da execução do Orçamento Geral do Estado no quarto trimestre de 2025.

No quarto trimestre de 2025, a taxa de execução orçamental registada em 28 programas cuja dotação orçamental é superior a 10 milhões atingiu os 86%, com um valor de US\$ 1,629 milhões da dotação orçamental destinada à Administração Central, no total de US\$2,073 milhões.

A tabela seguinte apresenta detalhado 28 programas com uma dotação orçamental superior a US\$10 milhões. Para os programas com dotação orçamental inferior a US\$10 milhões, os detalhes serão apresentados no anexo 4

Tabela n.º 23 – Despesas por Programas da Administração Central- em milhares de USD

No	Programa do Descrição	Dotação Final (\$'000)	Despesas Realizadas (\$'000)	% Taxa de Execução
1	Inclusão Social	403.658	342.288	85%
2	Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	377.334	336.194	89%
3	Estradas e Pontes	238.779	200.006	84%
4	Eletricidade	170.415	167.070	98%
5	Ensino Básico	99.732	93.251	94%
6	Segurança Nacional	70.129	64.749	92%
7	Cuidados de saúde secundários e terciários	55.806	50.622	91%
8	Cuidado de Saúde Primários	52.789	43.599	83%
9	Gestão das Finanças Públicas	50.938	39.468	77%
10	Política Externa de Timor-Leste	49.895	44.271	89%
11	Investimento e Diversificação Económica	41.756	33.958	81%
12	Descentralização Administrativa e Poder local	39.283	35.068	89%
13	Agricultura, Horticultura, Café e de Plantas Industriais e Anuais	38.834	34.180	88%
14	Contingência	30.000	0	0%
15	Água e Saneamento	29.409	15.107	51%
16	Desenvolver políticas e boas práticas na indústria para assegurar a participação máxima dos Timorenses nas atividades do setor	27.127	26.392	97%
17	Manutenção, Reabilitação e Resposta as Estruturas Danificadas Calamidades	26.988	26.881	100%
18	Defesa Nacional	24.402	22.285	91%
19	Aeroporto	22.391	4.269	19%
20	Ensino Secundário	17.777	16.400	92%
21	Acesso à Justiça	16.469	13.729	83%
22	Tecnologia de Informação e Comunicação	15.792	15.481	98%
23	Garantir o exercício das funções constitucionais do parlamento	15.298	9.888	65%
24	Ensino Superior	14.168	13.643	96%
25	Bolsas de Estudo	13.555	13.415	99%

No	Programa do Descrição	Dotação Final (\$'000)	Despesas Realizadas (\$'000)	% Taxa de Execução
26	Desenvolvimento do campo de gás do Greater Sunrise e assegurar que o gasoduto vem para Timor-Leste	13.198	11.717	89%
27	Educação Pré-escolar	11.025	10.274	93%
28	Desenvolvimento Rural e Urbano	10.739	7.779	72%
Total		1.977.687	1.691.981	86%

A taxa de execução global em 28 programas representa a primeira maior parte da execução no programa de Manutenção, Reabilitação e Resposta as Estruturas Danificadas Calamidades, que atingiu 100% e um valor de US\$26,9 milhões, de uma dotação orçamental de US\$ 26,9 milhões. Segundo maior da parte da execução no programa de bolsas de estudo que atingiu 99%, e um valor de US\$13,4 milhões, de uma dotação orçamental de US\$13,5 milhões, terceiro maior parte da execução no programa de Eletricidade que atingiu 98%, e um valor de US\$167 milhões, de uma dotação orçamental de US\$170,4 milhões, e Tecnologia de Informação e Comunicação que atingiu 98%, e um valor de US\$15,5 milhões, de uma dotação orçamental de US\$15,8 milhões.

Para além dos programas acima referidos, existem três programas cuja taxa de execução orçamental é inferior a 60% no final do quarto trimestre de 2025. Estes três programas são: os programas de água e saneamento, com uma taxa de execução de 51% e um valor de US\$15,1milhões, de uma dotação orçamental de US\$29,4 milhões; e o programa Aeroporto, que atingiu 19% e um valor de US\$4,3 milhões, de uma dotação orçamental de US\$22,4 milhões.

Nos programas de contingência, a execução não ocorre diretamente no programa em (contingência), mas sim quando são efetuadas transferências orçamentais do fundo de contingência para programas necessários que requerem apoio urgente do próprio fundo de contingência. Informações detalhadas sobre a utilização dos fundos de contingência podem ser consultadas na apresentação do relatório de utilização dos fundos de contingência na página 29 e 30.

4.2.4 Execução Orçamental das Despesa por Programa nos Fundos Especiais

a) Fundo das Infraestruturas

Ao final do quarto trimestre de 2025, as despesas totais do Fundo de Infraestrutura totalizaram US\$ 227,9 milhões, representando 73% do orçamento anual final aprovado de US\$ 312,2 milhões (financiado com US\$ 267,2 milhões de recursos estaduais e US\$ 45,0 milhões de empréstimos externos). O desempenho da execução reflete uma capacidade de absorção moderada a alta no geral, com variações significativas entre os programas. As despesas financiadas por empréstimos externos atingiram US\$ 14,2 milhões, correspondendo a 32% da alocação total de empréstimos externos, indicando um desembolso mais baixo em comparação com os programas financiados internamente. Informações detalhadas sobre os projetos financiados por empréstimos são apresentadas separadamente na seção Empréstimos deste relatório.

A tabela abaixo mostra os gastos detalhados por programa do Fundo das Infraestruturas até o final do quarto trimestre.

Tabela n.º 24 - Despesas Realizadas por programa do Fundo das Infraestruturas - em milhares de USD

Programa	Dotação Inicial ('\$000)	Virement ('\$000)	Dotação Final ('\$000)	Execução ('\$000)	% Execução
Gestão das Finanças Públicas	3.500	1.198	4.698	3.223	69%
Cultura e Património	1.920	-330	1.590	947	60%
Estradas e Pontes	140.653	17.724	158.377	134.485	85%
Desenvolvimento Rural e Urbano	4.282	0	4.282	2.530	59%
Aproximar os Serviços dos Tribunais da População	2.368	-438	1.931	1.774	92%
Segurança Nacional	1.666	5.520	7.185	2.905	40%
Defesa Nacional	1.797	-200	1.597	1.024	64%
Acesso à Justiça	300	0	300	0	0%
Garantir à Liberdade de Expressão e Acesso à Informação	107	0	107	0	0%
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	9.651	153	9.804	8.417	86%
Ensino Básico	1.323	59	1.382	244	18%
Ensino Secundário	1.391	-59	1.331	357	27%
Cuidado de Saúde Primários	3.800	-673	3.127	657	21%
Cuidados de saúde secundários e terciários	3.809	236	4.045	1.948	48%
Água e Saneamento	3.826	5.985	9.811	967	10%
Eléctricidade	8.538	-1.743	6.795	3.498	51%
Aeroporto	29.645	-7.254	22.391	4.269	19%
Portos	780	0	780	214	28%

Programa	Dotação Inicial ('\$000)	Virement ('\$000)	Dotação Final ('\$000)	Execução ('\$000)	% Execução
Manutenção, Reabilitação e Resposta as Estruturas Danificadas Calamidades	23.987	3.001	26.988	26.881	100%
Inclusão Social	1.479	1.721	3.199	3.127	98%
Turismo	1.984	-598	1.386	66	5%
Investimento e Diversificação Económica	4.599	373	4.972	24	0%
Ordenamento do Território	1.030	-175	855	0	0%
Tecnologia de Informação e Comunicação	2.497	8.634	11.131	11.062	99%
Implementação do Projeto Tasi Mane na Costa Sul do país	40.500	-38.687	1.813	0	0%
Agricultura, Horticultura, Café e de Plantas Industriais e Anuais	16.622	5.702	22.325	19.293	86%
Pescas, Aquicultura e Gestão de Recursos Aquáticos	150	-150	0	0	0%
Total	312.204	0	312.204	227.913	73%

b) Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano

Ao final dos quatro trimestres de 2025, o gasto total do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano (FDCH) atingiu US\$ 18,5 milhões, representando 98% do orçamento final aprovado de US\$ 19,0 milhões. Essa alta taxa de execução indica uma implementação geral robusta e uma absorção orçamentária eficaz ao longo do ano, refletindo a plena execução das atividades planejadas.

Tabela n.º 25 - Despesas Realizadas por programa da FDCH – em milhares de USD

Programa	Dotação Inicial ('\$000)	Virement ('\$000)	Dotação Final ('\$000)	Execução ('\$000)	% Execução
Formação Profissional	1.224	0	1.224	1.216	99%
Treinamento Técnico	2.052	165	2.216	2.004	90%
Bolsas de Estudo	13.957	-402	13.555	13.415	99%
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	1.741	237	1.978	1.873	95%
Total	18.974	0	18.974	18.508	98%

O gráfico n.º 5 mostra a Distribuição das Percentagens de Execução Orçamental do FDCH por Tipos de Formação do orçamento total FDCH. Até ao final do quatro trimestre de 2025, as bolsas de estudo representam 72% do total das despesas. Esta participação expressiva reflete a prioridade dada ao apoio aos estudantes através de programas de bolsas de estudo

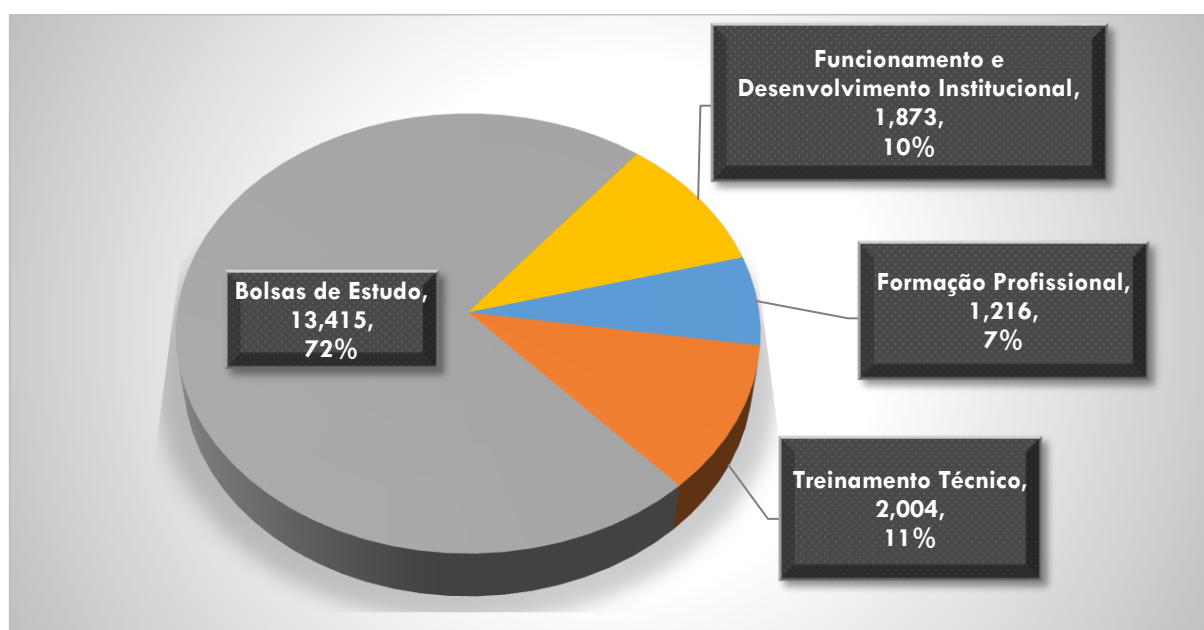
nacionais e internacionais. A elevada proporção indica também que os compromissos com bolsas de estudo constituem a componente maior e mais consistente das despesas do Fundo.

Os investimentos no desenvolvimento de competências, na formação profissional e nos programas de formação destinados a melhorar as competências da força de trabalho representam apenas 11% do total das despesas do programa de Formação Técnica.

As despesas com Operação e Desenvolvimento Institucional representam 10% do total. Estes recursos apoiam as funções operacionais, administrativas e de gestão necessárias para a implementação e supervisão eficazes dos programas do FDCH.

A Formação Profissional representa 7% do total das despesas do FDCH. Esta parcela apoia iniciativas de desenvolvimento e formação profissional direccionadas que complementam as atividades de formação técnica.

Gráfico nº 5 – Distribuição das Percentagens de Execução Orçamental do FDCH do quarto trimestre de 2025 em milhares de USD



c) Fundo Especial de Desenvolvimento do Ataúro (FEDA)

O Fundo Especial de Desenvolvimento de Ataúro registou um elevado índice de execução orçamental no quarto trimestre de 2025, com uma despesa total de 2,4 milhões, de um orçamento aprovado de 2,8 milhões, para dois programas. Um dos programas atingiu uma taxa de execução de 96%, referente à construção de estradas em várias aldeias, enquanto o outro programa registou uma taxa de execução de 60%, abrangendo funções operacionais, administrativas e de gestão necessárias para a implementação e supervisão eficazes dos programas da FEDA. De um modo geral, isto indica que a FEDA tem vindo a executar

progressivamente a maior parte do seu orçamento, concentrando-se principalmente em actividades de desenvolvimento de infra-estruturas que melhoram o acesso dos cidadãos aos serviços e a conectividade em toda a região.

Tabela n.º 26 – Despesas Realizadas por programa do FEDA – em milhares de USD

Programa	Dotação Inicial ('\$000)	Virement ('\$000)	Dotação Final ('\$000)	Execução ('\$000)
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	939	0	939	566
Infraestrutura Conectividade	1.899	0	1.899	1.829
	2.838	0	2.838	2.395

4.2.5 Execução Orçamental das Despesa por Classificação Funcional Admin. Central

Na Administração Central o orçamento do Governo é dividido em dez funções. Essas funções categorizam os gastos com base na sua finalidade, conforme indicado na tabela abaixo.

A taxa geral de execução orçamentária atingiu 86%, com um gasto total de US\$ 1.779,8 milhões, de um orçamento final de US\$ 2.072,9 milhões, indicando um ritmo de gastos robusto até o final do quarto trimestre de 2025. No geral, a execução reflete uma implementação eficaz na maioria das funções.

Proteção Ambiental, Recreio, Cultura e Religião e Defesa registaram as taxas de execução mais elevadas, atingindo 94% dos respetivos orçamentos finais. Este elevado nível de execução indica a implementação atempada das atividades planeadas, com atrasos mínimos.

A Educação também demonstrou um desempenho sólido, com as despesas a atingirem 93% da dotação aprovada. A elevada taxa de absorção reflete o financiamento contínuo dos serviços de ensino básico, secundário e superior, sublinhando o compromisso permanente do Governo com o desenvolvimento do capital humano.

A execução nos Serviços Públicos Gerais e na Saúde atingiu os 87%, refletindo um progresso sólido na prestação de serviços administrativos, fiscais e de saúde pública. Estes níveis de execução indicam uma gestão eficaz das despesas correntes.

Assuntos Económicos registou uma taxa de execução de 86%, impulsionada pelo forte desempenho na energia, transportes e comunicações, embora a subutilização de recursos na agricultura e no desenvolvimento industrial tenha moderado a absorção geral. Quanto à função de Habitação e Equipamento Comunitário, esta atingiu uma taxa de execução de 81%, tendo

o bom progresso nos programas de abastecimento de água sido compensado pelo fraco desempenho nas atividades de desenvolvimento habitacional.

Ordem Pública e Segurança registou uma taxa de execução de 78%, refletindo a implementação desigual entre as subfunções, particularmente nos serviços de segurança não especificados e nos estabelecimentos prisionais. Por fim, a função de Proteção Social registou a taxa de execução mais baixa, de 76%, principalmente como resultado da subutilização de recursos em programas de proteção social não especificados.

Tabela n.º 27 – Execução das Despesas por Classificação Funcional - em milhares de USD

Funções/Sub-Funções do Administração Central	Dotação Final (\$'000)	Execução (\$'000)	% Execução (\$'000)
Serviço Público Geral	720.076	628.576	87%
Órgãos executivos e legislativos, assuntos financeiros e fiscais, assuntos externos	201.861	154.358	76%
Ajuda económica externa	215.096	192.809	90%
Serviços gerais	68.059	55.498	82%
Investigação básica	125	52	42%
Serviços públicos gerais de investigação e desenvolvimento	43.314	43.184	100%
Serviços públicos gerais não especificados	188.743	179.927	95%
Operações de dívidas públicas	2.878	2.749	96%
Defesa	52.326	49.037	94%
Defesa militar	44.753	41.942	94%
Defesa civil	5.624	5.365	95%
Serviços de defesa não especificados	1.950	1.730	89%
Segurança e ordem pública	26.355	20.584	78%
Segurança pública	1.274	1.246	98%
Serviços de bombeiros	1.398	1.187	85%
Tribunais	6.822	6.283	92%
Prisões	1.003	795	79%
Serviços de segurança e ordem pública não especificados	15.857	11.074	70%
Assuntos económicos	671.331	569.191	85%
Assuntos económicos gerais, comerciais e laborais	21.065	18.248	87%
Agricultura, silvicultura, pesca e caça	70.826	50.812	72%
Combustíveis e energia	210.435	205.330	98%
Indústrias extrativas, indústria transformadora e construção	211.727	161.207	76%
Transportes	115.338	95.423	91%
Comunicações	15.718	15.051	83%
Outras atividades	4.792	3.777	79%
Investigação e desenvolvimento em assuntos económicos	6.276	5.227	83%
Assuntos económicos não especificados	15.154	14.116	93%
Proteção do ambiente	2.674	2.519	94%

Funções/Sub-Funções do Administração Central	Dotação Final (\$'000)	Execução (\$'000)	% Execução (\$'000)
Gestão de resíduos	0	0	0%
Gestão de Águas residuais	17	0	0%
Redução da poluição	16	0	0%
Proteção da biodiversidade biológica e da paisagem	164	128	78%
Serviços de proteção do ambiente não especificados	2.477	2.391	97%
Habitação e infraestruturas coletivas	36.760	29.654	81%
Desenvolvimento habitacional	806	146	18%
Desenvolvimento coletivo	19.280	14.419	75%
Abastecimento de água	16.674	15.089	90%
Saúde	127.073	110.086	87%
Produtos, instrumentos e equipamentos médicos	14.387	13.804	96%
Serviços de saúde ambulatoriais	7.384	6.158	83%
Serviços dos hospitais	10.448	9.745	93%
Serviços de saúde pública	87.301	73.317	84%
Investigação e desenvolvimento em saúde	3.144	2.704	86%
Serviços de saúde não especificados	4.410	4.358	99%
Desporto, recreação, cultura e religião	7.819	7.361	94%
Serviços recreativos e desportivos	2.853	2.813	99%
Serviços culturais	446	398	89%
Serviços religiosos e outros serviços prestados à comunidade	2.900	2.878	99%
Assuntos e serviços recreativos, culturais e religiosos não especificados	1.620	1.271	78%
Educação	166.052	154.074	93%
Ensino primário e pré-primário	110.803	103.565	93%
Ensino secundário	18.642	17.179	92%
Ensino pós-secundário não superior	1.224	1.216	99%
Ensino superior	14.437	13.939	97%
Ensino não definido por níveis	6.083	3.517	58%
Investigação e desenvolvimento em educação	98	78	80%
Serviços de educação não especificados	14.767	14.579	99%
Proteção social	262.514	199.007	76%
Doença, incapacidade e deficiência	1.899	1.711	90%
Morte e sobrevivência	0	0	0%
Família e infância	6.268	6.224	99%
Pobreza e exclusão social não especificada	19.027	18.446	97%
Investigação e desenvolvimento em proteção social	1.511	1.413	94%
Serviços de proteção social não especificados	233.808	171.212	73%
Total	2.072.981	1.770.089	85%

4.2.6 Execução Orçamental das Despesa por Instituições da Administração Central

Tal como indicado na tabela 28 abaixo, a execução do quarto trimestre de 2025 por entidades na Administração Central registou uma execução orçamental global de 85%.

Nas linhas ministeriais: a taxa de execução global atingiu 89%, com despesas totais de aproximadamente US\$ 985,3 milhões, face a um orçamento final de US\$ 1.110,9 milhões. Este nível de execução reflete um desempenho elevado e consistente no final do exercício, evidenciando um esforço significativo das entidades governamentais para acelerar a implementação das atividades planeadas até ao encerramento do ano fiscal.

Entre as entidades com maior volume de execução, destaca-se o Ministério das Obras Públicas, que executou cerca de US\$ 271,4 milhões, correspondendo a 94% do seu orçamento final, refletindo uma forte implementação de projetos de infraestrutura. Segue-se o Ministério da Educação, com despesas de aproximadamente US\$ 110,6 milhões, alcançando uma taxa de execução de 98%, demonstrando uma utilização quase integral dos recursos disponíveis. O Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional executou US\$ 151,4 milhões, o que representa 73%, mantendo um nível de execução moderado no encerramento do exercício.

No setor da defesa e segurança, a Polícia Nacional de Timor-Leste registou uma execução total de 100%, com despesas de US\$ 46,3 milhões, enquanto a FALINTIL – Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL) alcançou 97%, com execução de US\$ 35,3 milhões, refletindo uma gestão eficiente dos recursos atribuídos. O Ministério do Interior também apresentou um desempenho elevado, com 96% de execução.

Relativamente às entidades da administração central, o Gabinete do Primeiro-Ministro executou US\$ 8,4 milhões, atingindo uma taxa de 93%, e a Presidência do Conselho de Ministros alcançou uma execução de 99%, demonstrando uma forte capacidade de absorção orçamental no último trimestre.

Outros ministérios com níveis elevados de execução (acima de 95%) incluem o Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura, o Ministério do Comércio e Indústria, o Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura, o Ministério do Turismo e Ambiente e o Ministério Coordenador dos Assuntos Sociais, indicando uma execução robusta e alinhada com os planos anuais.

Por outro lado, alguns ministérios registaram taxas de execução relativamente mais baixas, embora ainda dentro de níveis aceitáveis para o final do exercício, nomeadamente o Ministério do Desenvolvimento Rural e Habitação Comunitária (74%), o Ministério das Finanças (75%), o Ministério da Administração Estatal (81%) e a Secretaria de Estado da Comunicação Social (81%), o que pode estar associado a atrasos na implementação de projetos específicos ou à reprogramação de atividades.

De forma geral, a execução orçamental das linhas ministeriais no 4.º trimestre de 2025 evidencia uma melhoria significativa face aos trimestres anteriores, refletindo a aceleração da despesa no final do ano e um forte empenho institucional na utilização eficiente dos recursos públicos.

Nas Agências Autônomas: a taxa geral de execução orçamental atingiu 87% no final do quarto trimestre de 2025, com despesas totais de aproximadamente US\$ 201,8 milhões, face a um orçamento final de US\$ 232,7 milhões. Este resultado evidencia uma aceleração significativa da execução no final do exercício, refletindo a intensificação das atividades e a melhoria da capacidade de absorção orçamental por parte da maioria das agências.

Entre as agências com melhor desempenho, destacam-se aquelas que alcançaram taxas de execução iguais ou superiores a 95%. Os Tribunais registaram uma execução de 98% (US\$ 4,64 milhões), enquanto a Autoridade da Aviação Civil de Timor-Leste atingiu 98% (US\$ 0,98 milhões). O Centro Nacional de Formação Profissional – Becora, IP e o Serviço Nacional de Ambulâncias e Emergência Médica apresentaram uma execução de 99%, refletindo uma gestão altamente eficiente dos recursos. Outras entidades com desempenho elevado incluem a Presidência da República (96%), a Comissão Nacional de Eleições (96%), o Arquivo Nacional de Timor-Leste (96%), o Instituto Nacional de Farmácia e Produtos Médicos (95%) e a Universidade Nacional de Timor-Leste (92%).

No setor da saúde e proteção social, o Hospital Nacional Guido Valadares executou US\$ 13,9 milhões, correspondendo a 94% do seu orçamento final, enquanto o Instituto Nacional de Combate ao HIV-SIDA, IP alcançou uma taxa de execução de 96%, demonstrando um reforço significativo da execução face aos trimestres anteriores. A Unidade de Missão para o Combate ao Stunting registou igualmente um desempenho elevado, com 93% de execução.

Relativamente às agências com execução elevada a moderada (80%–94%), incluem-se a Procuradoria-Geral da República (86%), a Administração dos Portos de Timor-Leste (86%), a Autoridade Nacional do Petróleo (91%), a Comissão Anti-Corrupção (90%), a Defensoria Pública (90%), o Instituto Nacional da Saúde Pública de Timor-Leste (82%) e o Gabinete de Apoio à Sociedade Civil (GASC), que executou 94% do seu orçamento final.

Por outro lado, algumas agências registaram níveis de execução relativamente mais baixos, nomeadamente o Parlamento Nacional (66%), o Centro Logístico Nacional (64%), a Agência Nacional para Avaliação e Acreditação Académica (53%), o Instituto Nacional da Administração Pública (74%), o Instituto para a Defesa dos Direitos da Criança, IP (72%), bem como a Imprensa Nacional de Timor-Leste, IP (66%). Estes resultados podem estar associados a atrasos na implementação de programas, constrangimentos administrativos ou reprogramação de atividades no final do exercício.

Em termos gerais, a execução orçamental das Agências Autónomas no 4.º trimestre de 2025 demonstra uma melhoria substancial face ao terceiro trimestre, evidenciando uma forte concentração da despesa no final do ano fiscal e um esforço institucional significativo para assegurar a utilização eficaz dos recursos públicos.

Os Municípios: No final do quarto trimestre de 2025, o orçamento final total atribuído às Autoridades Municipais manteve-se em US\$ 123,6 milhões, dos quais foram executados aproximadamente US\$ 110,8 milhões, correspondendo a uma taxa de execução global de 90%. Este resultado evidencia uma aceleração muito significativa da despesa no último trimestre, refletindo um forte esforço das administrações municipais para a implementação das atividades e projetos previstos antes do encerramento do exercício fiscal.

Os municípios com taxas de execução mais elevadas foram a Autoridade Municipal de Baucau, que atingiu 98%, com despesas de US\$ 12,2 milhões, e a Autoridade Municipal de Bobonaro, com 97% (US\$ 11,0 milhões). Seguem-se os municípios de Liquiçá, com uma taxa de execução de 94% (US\$ 7,1 milhões), e Lautém e Manatuto, ambos com 93%, tendo executado cerca de US\$ 8,1 milhões e US\$ 7,0 milhões, respetivamente. A Autoridade Municipal de Aileu também apresentou um desempenho elevado, com 92% de execução.

Um grupo significativo de municípios registou taxas de execução em torno dos 90%, incluindo Ermera (90%), Covalima (90%) e Ainaro (89%), demonstrando uma utilização consistente dos recursos disponíveis no final do exercício. O município de Manufahi alcançou uma taxa de execução de 86%, enquanto a Autoridade Administrativa de Ataúro registou 82%, refletindo ainda assim uma melhoria expressiva face aos níveis observados no terceiro trimestre.

Por outro lado, o Município de Díli, apesar de apresentar o maior orçamento municipal (US\$ 19,2 milhões), executou US\$ 15,9 milhões, o que corresponde a uma taxa de execução de 83%, situando-se abaixo da média nacional, possivelmente devido à complexidade e dimensão dos projetos urbanos. O município com a taxa de execução mais baixa foi Viqueque, com 78%, embora este resultado represente uma melhoria substancial face ao desempenho registado no terceiro trimestre.

De forma geral, a execução orçamental dos Municípios no 4.º trimestre de 2025 demonstra uma melhoria muito acentuada em relação ao terceiro trimestre, evidenciando a concentração da despesa no final do ano e um esforço coordenado das autoridades municipais para maximizar a utilização dos recursos públicos, contribuindo para a prestação de serviços e o desenvolvimento local.

Fundo Especiais: No final do quarto trimestre de 2025, os Fundos Especiais registaram níveis diferenciados de execução orçamental, refletindo a natureza específica dos seus programas e

o calendário de implementação dos respetivos projetos. No total, os fundos analisados apresentaram um desempenho global positivo, com uma aceleração significativa da despesa no último trimestre do exercício.

O Fundo de Infraestrutura, que detém o maior volume orçamental entre os Fundos Especiais, contou com um orçamento final de US\$ 312,2 milhões, dos quais foram executados aproximadamente US\$ 227,9 milhões, correspondendo a uma taxa de execução de 73%. Apesar de se situar abaixo da média global do setor público, este nível de execução reflete a complexidade técnica e o carácter plurianual dos projetos de infraestrutura, bem como atrasos associados a processos de contratação, execução física das obras e condições operacionais no terreno.

Por sua vez, o Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (FDCH) apresentou um desempenho muito elevado, com uma taxa de execução de 98%, tendo executado US\$ 18,5 milhões de um orçamento final de US\$ 19,0 milhões. Este resultado demonstra uma forte capacidade de planeamento e execução, assegurando a implementação eficaz dos programas de formação, educação e desenvolvimento de competências humanas ao longo do exercício.

O Fundo Especial de Desenvolvimento de Ataúro registou uma execução de US\$ 2,4 milhões, correspondente a 84% do seu orçamento final de US\$ 2,8 milhões. Este nível de execução indica um bom progresso na implementação das iniciativas de desenvolvimento local, embora com alguma margem para reforço da execução total no futuro, atendendo aos desafios logísticos e operacionais inerentes ao contexto insular.

De forma geral, a execução orçamental dos Fundos Especiais no 4.º trimestre de 2025 evidencia um bom desempenho global, com resultados particularmente fortes nos fundos orientados para o desenvolvimento do capital humano, e uma execução moderada nos fundos de infraestrutura.

Durante o Quarto Trimestre, os cinco ministérios com as dotações orçamentais mais elevadas, Ministério das Obras Públicas, Dotação Geral do Estado, Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional, Ministério da Educação e Ministério da Saúde, demonstraram um desempenho geralmente forte na execução orçamental, reflectindo a implementação eficaz de programas governamentais prioritários em infra-estruturas, transferências estatutárias, educação, cuidados de saúde e apoio aos veteranos.

O Ministério das Obras Públicas alcançou uma taxa de execução de 94%, impulsionada principalmente pela execução integral das Transferências Públicas (100%), a par do forte desempenho em Salários e Vencimentos (98%) e Bens e Serviços (89%). A Dotação Geral do

Estado registou uma taxa de execução de 82%, suportada sobretudo pela elevada execução nas Transferências Públicas (96%), apesar do menor desempenho em Bens e Serviços.

O Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional executou 73% do seu orçamento, com as Transferências Públicas para benefícios dos veteranos representando o maior e mais significativo contribuinte para a despesa global. Embora Salários e Capital Menor tenham registado taxas de execução elevadas, o desempenho inferior em Desenvolvimento de Capital afectou a taxa global. O Ministério da Educação alcançou a maior taxa de execução entre os cinco ministérios, com 98%, impulsionada principalmente pela execução integral de Salários e Remunerações (100%) e pelo forte desempenho em outras categorias de despesas importantes. Da mesma forma, o Ministério da Saúde registou uma sólida taxa de execução de 87%, apoiada pela forte implementação em Salários e Remunerações e Desenvolvimento de Capital, bem como pela execução substancial de Transferências Públicas.

De modo geral, a alta execução em Transferências Públicas e Salários e Remunerações foram os principais fatores que contribuíram para o forte desempenho do quarto trimestre nesses cinco ministérios, demonstrando gestão orçamentária eficaz e alinhamento com as prioridades do governo.

Durante o quarto trimestre, as entidades com dotações orçamentárias abaixo de US\$ 500 mil geralmente demonstraram forte desempenho de execução e gestão financeira estável. O TATOLI executou 97% de seu orçamento, apoiado pela alta implementação em Salários e Remunerações (96%) e Bens e Serviços (99%). O Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia alcançou 96% de execução, com implementação integral de Salários e Desenvolvimento de Capital após realocações internas. O Gabinete do Vice-Primeiro-Ministro para a Área Económica registou uma execução orçamental de 95%, impulsionada principalmente pelo bom desempenho em Bens e Serviços e pela plena execução das Transferências Públicas. A Unidade de Missão para o Combate ao Atraso no Crescimento executou 93% do seu orçamento, apoiada pela elevada execução em Salários e Transferências Públicas, apesar da menor despesa em Bens e Serviços.

Tabela n.º 28 – Execução das Despesas por Instituição - em milhares de USD

Entidade	Dotação Inicial	Vireme nt	Dotação Final	Execu ção	% Exec ução	Obriga ção	Comp romiss o	Saldo
Dotação Geral Estado	313.647	-41.925	271.722	223.477	82%	110	6	48.128
Dotação Geral do Estado	313.647	-41.925	271.722	223.477	82%	110	6	48.128
Ministério	1.070.194	40.756	1.110.951	985.265	89%	20.913	7.113	97.660
Primeiro Ministro	3.884	5.128	9.012	8.411	93%	16	5	579
Presidência do Conselho de Ministros	4.957	2.500	7.457	7.349	99%	39	11	58
Secretaria de Estado para a Igualdade e Inclusão	1.836	0	1.836	1.727	94%	0	2	107
Ministério Coordenador dos Assuntos Económicos	4.503	0	4.503	4.156	92%	12	8	327
Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego	8.485	0	8.485	8.125	96%	156	32	171
Secretaria de Estado de Cooperativas	6.059	0	6.059	5.549	92%	99	16	394
Ministério das Finanças	18.889	0	18.889	14.087	75%	1.238	227	3.337
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	32.109	0	32.109	29.274	91%	280	151	2.404
Ministério da Justiça	12.876	0	12.876	11.540	90%	138	58	1.139
Ministério da Administração Estatal	25.999	100	26.099	21.144	81%	345	145	4.465
Ministério da Saúde	73.931	10.030	83.961	72.890	87%	1.394	154	9.522
Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura	6.958	0	6.958	6.895	99%	20	0	43
Ministério da Solidariedade Social e da Inclusão	26.189	0	26.189	23.809	91%	206	797	1.378
Ministério para os Assuntos dos Combatentes	207.069	0	207.069	151.422	73%	712	385	54.549

Entidade	Dotação Inicial	Vireme nt	Dotação Final	Execu ção	% Exec ução	Obriga ção	Comp romiss o	Saldo
da Libertação Nacional								
Ministério das Obras Públicas	270.757	18.000	288.757	271.448	94%	8.637	3.687	4.985
Ministério dos Transportes e Comunicações	13.354	0	13.354	11.503	86%	24	3	1.824
Ministério da Defesa	10.938	531	11.469	9.946	87%	155	139	1.229
FALINTIL - Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL)	36.448	0	36.448	35.300	97%	195	123	829
Ministério do Interior	15.000	169	15.169	14.544	96%	19	12	594
Polícia Nacional Timor-Leste	46.420	0	46.420	46.266	100 %	15	9	130
Ministério do Petróleo e Recursos Minerais	47.240	0	47.240	42.495	90%	1.059	73	3.613
Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça	2.139	151	2.290	2.076	91%	0	0	214
Ministério do Turismo e Ambiente	10.964	1.152	12.116	11.545	95%	103	308	160
Ministério Coordenador dos Assuntos Sociais	1.009	0	1.009	955	95%	11	17	26
Ministério da Educação	113.349	0	113.349	110.621	98%	1.483	3	1.242
Ministério do Comércio e Indústria	8.731	20	8.751	8.562	98%	37	120	33
Ministério da Agricultura, Pecuária, Pesca e Florestas	25.771	0	25.771	21.932	85%	736	469	2.633
Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura	9.473	2.427	11.900	11.463	96%	215	1	222
Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico	4.317	549	4.866	4.397	90%	44	0	426

Entidade	Dotação Inicial	Vireme nt	Dotação Final	Execu ção	% Exec ução	Obriga ção	Comp romiss o	Saldo
Ministério do Desenvolvemento Rural e Habitação Comunitária	13.001	0	13.001	9.560	74%	2.674	131	635
Secretaria de Estado da Comunicação Social	6.039	0	6.039	4.911	81%	841	4	283
Vice-Primeiro Ministro para a Área Económica	400	0	400	378	95%	2	0	19
Vice-Primeiro Ministro para a Área Social	1.100	0	1.100	985	90%	6	21	87
Agencia Autonomo	231.501	1.169	232.670	201.750	87%	3.497	5.371	22.052
Presidência da República	10.844	195	11.039	10.649	96%	10	119	261
Parlamento Nacional	23.510	0	23.510	15.443	66%	131	4.329	3.607
Tribunais	4.670	39	4.709	4.638	98%	41	0	30
Procuradoria Geral da República	4.223	23	4.247	3.671	86%	11	0	564
Inspeção-Geral do Estado	924	0	924	706	76%	0	0	218
Polícia Científica de Investigação Criminal	2.184	0	2.184	1.997	91%	1	0	186
Autoridade de Proteção Civil	8.736	0	8.736	8.388	96%	116	12	220
Inspeção-Geral do Trabalho	700	0	700	616	88%	0	0	84
Serviço Nacional de Inteligência	2.642	158	2.800	2.164	77%	326	0	311
Administração dos Portos de Timor-Leste	4.371	0	4.371	3,758	86%	397	0	216
Agência de Desenvolvemento Nacional	4.917	0	4.917	4,574	93%	5	42	297
Agência de Promoção de Investimento e Exportação de Timor-Leste, I.P.	1.371	0	1.371	1,079	79%	0	2	289

Entidade	Dotação Inicial	Vireme nt	Dotação Final	Execu ção	% Exec ução	Obriga ção	Comp romiss o	Saldo
Tecnologias de Informação e Comunicação I.P.	2.331	0	2.331	2,217	95%	7	3	105
Agência Nacional para Avaliação e Acreditação Académica	802	0	802	429	53%	80	1	291
Arquivo e Museu da Resistência Timorense	3.215	0	3.215	3,091	96%	1	8	115
Arquivo Nacional de Timor-Leste	708	0	708	677	96%	22	0	9
Autoridade Aviação Civil de Timor-Leste	999	0	999	979	98%	0	5	15
Autoridade de Inspeção Alimentar e Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e Alimentar	1.963	0	1.963	1,703	87%	1	1	257
Autoridade Nacional de Comunicações	1.285	0	1.285	1,100	86%	9	0	176
Centro Logístico Nacional	6.502	0	6.502	4.154	64%	443	13	1.892
Centro Nacional Chega! I.P	1.564	0	1.564	1.491	95%	2	0	70
Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional - Tibar. IP	1.502	0	1.502	1.441	96%	0	0	62
Centro Nacional de Formação Profissional - Becora, IP	826	0	826	821	99%	0	0	5
Centro Nacional de Reabilitação	1.400	0	1.400	1.234	88%	4	1	161
Comissão Anti Corrupção	1.926	0	1.926	1.725	90%	1	0	199

Entidade	Dotação Inicial	Vireme nt	Dotação Final	Execu ção	% Exec ução	Obriga ção	Comp romiss o	Saldo
Comissão da Função Pública	2.901	54	2.955	2.609	88%	50	0	296
Comissão Nacional de Eleições	9.017	0	9.017	8.643	96%	112	0	261
Conselho de Imprensa	841	0	841	723	86%	17	0	101
Hospital Nacional Guido Valadares	14.856	0	14.856	13.902	94%	330	238	387
Imprensa Nacional de Timor Leste, I.P.	1.423	0	1.423	932	66%	418	0	73
Instituto de Apoio ao Desenvolvemento Empresarial	1.287	0	1.287	1.247	97%	1	0	39
Instituto de Defesa Nacional	1.341	0	1.341	1.269	95%	0	0	72
Instituto de Pesquisa, Desenvolvemento, Formação do Bambu	805	0	805	792	98%	0	0	13
Instituto Nacional da Administração Pública	1.446	0	1.446	1.077	74%	21	0	348
Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia	665	0	665	641	96%	0	0	23
Instituto Nacional de Combate ao HIV-SIDA, IP	1.058	0	1.058	1.011	96%	7	0	40
Instituto Nacional do Desenvolvemento de Mão-de-Obra	923	0	923	788	85%	0	1	135
Instituto Para a Defesa dos Direitos da Criança, IP	930	0	930	670	72%	5	155	100
Instituto Para a Qualidade de Timor-Leste, IP	807	0	807	770	95%	1	1	35
Instituto Politécnico Betano	1.195	0	1.195	1.113	93%	1	0	81

Entidade	Dotação Inicial	Vireme nt	Dotação Final	Execu ção	% Exec ução	Obriga ção	Comp romiss o	Saldo
Secretariado Técnico da Administração Eleitoral	1.967	0	1.967	1.728	88%	50	0	189
Serviço de Registo e Verificação Empresarial	2.196	0	2.196	2.126	97%	2	1	67
Serviço Nacional de Ambulâncias e Emergência Médica	3.093	0	3.093	3.049	99%	20	6	18
TATOLI - Agência Noticiosa de Timor-Leste, IP	667	0	667	645	97%	0	0	22
Universidade Nacional de Timor-Leste	16.757	0	16.757	15.460	92%	28	4	1,265
Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas	1.772	0	1.772	1.738	98%	0	5	29
Autoridade Nacional do Petróleo	11.111	0	11.111	10.080	91%	36	36	959
Unidade de Missão para o Combate ao Stunting	289	0	289	269	93%	0	7	13
Comissão Nacional de Aprovisioname nto	2.140	0	2.140	1.901	89%	1	0	237
Instituto de Geociências de Timor-Leste	5.696	0	5.696	4.822	85%	182	277	416
Instituto Nacional de Farmácia e Produtos Médicos	16.431	0	16.431	15.578	95%	485	68	301
Instituto de Gestão de Equipamento e Apoio ao Desenvolvement o de Infraestrutura	4.132	0	4.132	4.063	98%	7	2	60
Millennium Challenges	5.085	0	5.085	5	0%	0	0	5,080

Entidade	Dotação Inicial	Vireme nt	Dotação Final	Execu ção	% Exec ução	Obriga ção	Comp romiss o	Saldo
Accounts de Timor-Leste								
Instituto Nacional da Saúde Pública de Timor-Leste	2.360	0	2.360	1.930	82%	102	32	296
Defensoria Pública	1.718	0	1.718	1.542	90%	4	2	170
Gabinete de Apoio á Sociedade Civil (GASC)	22.477	700	23.177	21.879	94%	8	0	1,289
Município	123.624	0	123.624	110.782	90%	1.656	710	10.476
Autoridade Municipal de Baucau	12.438	0	12.438	12.156	98%	6	10	266
Autoridade Municipal de Bobonaro	11.308	0	11.308	10.964	97%	103	1	241
Autoridade Municipal de Dili	19.234	0	19.234	15.873	83%	257	4	3.100
Autoridade Municipal de Ermera	12.871	0	12.871	11.610	90%	110	3	1.149
Autoridade Municipal de Aileu	7.524	0	7.524	6.914	92%	201	39	369
Autoridade Municipal de Ainaro	7.879	0	7.879	6.974	89%	0	1	904
Autoridade Municipal de Covalima	8.294	0	8.294	7.451	90%	203	13	627
Autoridade Municipal de Lautém	8.692	0	8.692	8.082	93%	0	205	405
Autoridade Municipal de Liquiçá	7.571	0	7.571	7.124	94%	91	117	239
Autoridade Municipal de Manatuto	7.535	0	7.535	7.022	93%	6	15	492
Autoridade Municipal de Manufahi	7.701	0	7.701	6.644	86%	174	95	788
Autoridade Municipal de Viqueque	10.027	0	10.027	7.865	78%	425	57	1.679
Autoridade Administrativa de Ataúro	2.550	0	2.550	2.103	82%	82	149	217

Entidade	Dotação Inicial	Vireme nt	Dotação Final	Execu ção	% Exec ução	Obriga ção	Comp romiss o	Saldo
Fundo Especial	334.015	0	334.015	248.816	74%	6.005	13.469	65.725
Fundo Infraestrutura	312.204	0	312.204	227.913	73%	5.937	13.445	64.908
Fundo de Desenvolvemento do Capital Humano	18.974	0	18.974	18.508	98%	3	21	442
Fundo Especial de Desenvolvemento Atauro	2.838	0	2.838	2.395	84%	65	4	374
Total	2.072.981	0	2.072.981	1.770.089	85%	32.183	26.669	244.041

4.3 Execução Orçamental das Receitas e Despesas da RAEOA

4.3.1 Execução Orçamental das Receitas da RAEOA

No final do quarto trimestre de 2025, as fontes totais de fundos para a RAEOA situaram-se em US\$ 81,1 milhões, dos quais US\$ 64,9 milhões estavam relacionados com o saldo de gerência transitados de 2024. Foram também registadas recolhas de US\$ 4,75 milhões relativo rendas de imóveis e juros, sendo que a estimativa orçamental para 2025 era de apenas US\$ 67 mil.

A arrecadação das receitas do quarto trimestre podemos ver na tabela seguinte.

Tabela n.º 29 – Receitas por Categoria – em milhares de USD

Classificação Económica	Quarto Trimestre 2025			Quarto Trimestre 2024			Variação orçamentária (2025 vs 2024)	
	Dotação OGE (\$'000)	Execução (\$'000)	Taxa Execução (%)	Dotação OGE (\$'000)	Execução (\$'000)	Taxa Execução (%)	USD	%
Impostos	0	161	0%	0	0	0%	161	0%
Taxas, coimas e outras penalidades	168	108	64%	2.292	393	17%	-285	-72%
Rendimentos	67	4.753	7057%	0	1.160	0%	3.593	310%
Venda de Bens e Serviços	480	311	65%	0	0	0%	311	0%
Transferências	10.000	10.000	100%	0	699	0%	9.301	1331%
Saldo de Gerência	51.466	64.968	126%	78.000	92.177	118%	-27.209	-30%
Outras Operações Extraorçamentais	0	832	0%	0	0	0%	821	0%
Total	62.181	81.133	130%	80.292	94.429	118%	-13.307	-14%

4.3.2 Execução Orçamental das Despesas da RAEOA

Por outro lado, a RAEOA registou despesas no montante de US\$ 44,1 milhões com um crescimento de 68% (em 2024) para 71% (em 2025).

A categoria de **Salários e Vencimentos** teve despesas com a maior taxa de execução cumulativa, correspondente a 97%, contando com um nível de execução de US\$ 16,2 milhões sobre uma dotação anual de US\$ 16,7 milhões. Do montante total desta categoria, a Autoridade RAEOA-ZEESM executou o montante de US\$ 15,7 milhões (45% da dotação anual) e Fundo Especial de Desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno apresenta a execução de US\$ 561 mil (3% da dotação anual).

A categoria de **Bens e Serviços Correntes** conta com uma taxa de execução cumulativa de US\$ 15,2 milhões (75%) no final de dezembro de 2025 face aos 70% no mesmo período no ano anterior. Do montante total desta categoria, a Autoridade RAEOA-ZEESM executou o montante de US\$ 6,9 milhões (73% da dotação anual) e o Fundo Especial de Desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno apresenta a execução de US\$ 8.3 milhões (78% da dotação anual).

Em **Transferências Públicas** conta com uma execução de US\$ 2,8 milhões em relação à respetiva dotação anual aprovada, de US\$ 4,6 milhões. Do montante total desta categoria, a Autoridade RAEOA-ZEESM executou o montante de US\$ 2,1 milhões (64% da dotação anual) e o Fundo Especial de Desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno apresenta a execução de US\$ 710 mil (57% da dotação anual).

Na categoria de **Capital Menor**, a RAEOA realizou em meados do ano de 2025 uma alteração de US\$ 535 mil para a aquisição de mobiliário e equipamento informático, mas esta verba ainda não foi realizada.

Capital de Desenvolvimento apresenta um nível de execução mais baixa de US\$ 9,7 milhões (48%) comparando com 69% no mesmo período do ano anterior. Do montante total desta categoria, a Autoridade RAEOA-ZEESM executou o montante de US\$ 4 milhões (57% da dotação anual) e o Fundo Especial de Desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno apresenta a execução de US\$ 5,7 milhões (44% da dotação anual).

A tabela seguinte apresenta a execução por categoria da Autoridade RAEOA-ZEESM e Fundo Especial de Desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno.

Tabela n.º 30 – Despesas por Categoria da RAEOA – em milhares de USD

Classificação Económica	Quarto Trimestre 2025					Quarto Trimestre 2024			Variação orçamentária (2025 vs 2024)	
	Dotação OGE (\$'000)	Execução (\$'000)	Taxa Execução (%)	Compromisso e Obrigação (\$'000)	% Execução inclui Compromisso e Obrigação	Dotação OGE (\$'000)	Execução (\$'000)	Taxa Execução (%)	USD	%
Salários e Vencimentos	16.743	16.253	97%	0	97%	17.211	15.263	89%	990	6%
Bens e serviços Correntes	20.221	15.224	75%	2.088	86%	18.899	13.137	70%	2.087	16%
Transferência Pública	4.650	2.891	62%	222	67%	6.308	3.202	51%	-311	-10%
Capital Menor	535	0	0%	527	98%	1.082	514	48%	-514	-100%
Capital de Desenvolvimento	20.032	9.700	48%	4.064	69%	16.500	8.701	53%	999	11%
TOTAL PAGAMENTOS	62.181	44.069	71%	6.900	82%	60.000	40.819	68%	3.250	8%

4.3.3 Execução Orçamental das Despesas por Programa da RAEOA

Em 2025, a RAEOA implementou 26 programas com diversos subprogramas e atividades.

Os programas que apresentam uma taxa elevada de execução foram as programa de Segurança Nacional (100%), Pescas, Aquicultura e Gestão de Recursos Aquáticos (97%), Pecuária, Veterinária e Tecnologia (95%), Cuidados de saúde secundários e terciários (93%), Funcionamento e Desenvolvimento Institucional (89%), Transportes (88%), Gestão Sustentável dos Recursos Florestais (81%), Ensino Secundário (80%), Eletricidade (78%), Acesso à Justiça (73%) e o programa de Agricultura, Horticultura, Café e de Plantas Industriais e Anuais (72%)

Os programas de foram Ensino Básico, Educação Pré-escolar e Desenvolvimento e Reforço de Zonas com Tratamento Administrativo e Económico Especial apresentaram uma taxa de execução média entre 57% á 59%.

Entretanto, as programas que apresentam uma taxa de execução baixa foram Estradas e Pontes (47%), Aeroporto (47%), Bolsas de Estudo (44%), Cuidado de Saúde Primários (42%), Turismo (38%), Inclusão Social (34%), Desenvolvimento Rural e Urbano (33%), Investimento e Diversificação Económica (26%), Água e Saneamento (16%), Cultura e Património (15%) e Ensino Recorrente (13%).

Durant o ano fiscal de 2025, o programa de Portos não houve execução.

Tabela n.º 31 – Despesas por Programas da RAEOA- em milhares de USD

No	Programas	Quarto Trimestre 2025				
		Dotação OGE (\$'000)	Execução (\$'000)	Taxa Execução (%)	Compromisso e Obrigação (\$'000)	% Execução inclui Compromisso e Obrigação
1	Cultura e Património	15	2	15%	0	15%
2	Estradas e Pontes	9.800	4.644	47%	813	56%
3	Desenvolvimento Rural e Urbano	30	10	33%	0	33%
4	Bolsas de Estudo	837	365	44%	7	45%
5	Segurança Nacional	30	30	100%	0	100%
6	Acesso à Justiça	1.202	875	73%	14	74%
7	Transportes	147	130	88%	0	88%
8	Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	24.069	21.389	89%	524	91%
9	Educação Pré-escolar	134	78	58%	0	58%

No	Programas	Quarto Trimestre 2025				
		Dotação OGE (\$'000)	Execução (\$'000)	Taxa Execução (%)	Compromisso e Obrigação (\$'000)	% Execução inclui Compromisso e Obrigação
10	Ensino Básico	1.353	796	59%	43	62%
11	Ensino Secundário	85	69	80%	0	80%
12	Ensino Recorrente	4	0	13%	0	13%
13	Cuidado de Saúde Primários	226	95	42%	0	42%
14	Cuidados de saúde secundários e terciários	817	756	93%	42	98%
15	Água e Saneamento	662	103	16%	436	81%
16	Eletricidade	8.858	6.935	78%	1.739	98%
17	Aeroporto	2.671	1.261	47%	249	57%
18	Desenvolvimento e Reforço de Zonas com Tratamento Administrativo e Económico Especial	8.218	4.673	57%	2.298	85%
19	Portos	70	0	0%	68	97%
20	Inclusão Social	288	99	34%	29	44%
21	Turismo	65	25	38%	2	42%
22	Investimento e Diversificação Económica	392	102	26%	121	57%
23	Agricultura, Horticultura, Café e de Plantas Industriais e Anuais	2.060	1.491	72%	513	97%
24	Pecuária, Veterinária e Tecnologia	65	61	95%	1	96%
25	Pescas, Aquicultura e Gestão de Recursos Aquáticos	61	60	97%	1	98%

No	Programas	Quarto Trimestre 2025				
		Dotação OGE (\$'000)	Execução (\$'000)	Taxa Execução (%)	Compromisso e Obrigação (\$'000)	% Execução inclui Compromisso e Obrigação
26	Gestão Sustentável dos Recursos Florestais	24	19	81%	0	81%
	TOTAL PAGAMENTOS	62.181	44.069	71%	6.900	82%

4.3.4 Execução Orçamental das Despesas por Funções da RAEOA

Entre dez funções do Estado, a RAEOA desempenha apenas nove funções do Estado até 31 de dezembro de 2025. Em relação ao setor de Serviços Públicos Gerais, a RAEOA apresenta uma das taxas de execução mais elevadas (89%), seguida pelas funções de Defesa (82%), Saúde (76%) e Assuntos Económicos (60%). As outras funções apresentam a taxa de execução menor de 60%.

Tabela n.º 32 – Despesas por Funções da RAEOA- em milhares de USD

Funções da RAEOA	Dotação OGE (\$'000)	Execução (\$'000)	Taxa Execução (%)
701: Serviços públicos gerais	23.867	21.224	89%
Órgãos executivos e legislativos. assuntos financeiros e fiscais. assuntos externos	97	64	66%
Ajuda económica externa	21.584	19,926	92%
Serviços gerais	1.973	1,181	60%
Serviços públicos gerais não especificados	212	54	25%
702: Defesa	973	797	82%
Defesa militar	901	768	85%
Defesa civil	71	29	40%
703: Segurança e ordem pública	420	215	51%
Segurança pública	5	0	3%
Tribunais	26	5	19%
Serviços de segurança e ordem pública não especificados	388	209	54%
704: Assuntos económicos	32.335	19.416	60%
Assuntos económicos gerais. comerciais e laborais	32	8	25%
Agricultura. silvicultura. pesca e caça	2.211	1,632	74%
Combustíveis e energia	9.201	7,181	78%
Indústrias extrativas. indústria transformadora e construção	11.561	8,279	72%
Transportes	8.672	2,183	25%
Outras atividades	36	18	50%
Investigação e desenvolvimento em assuntos económicos	6	0	5%
Assuntos económicos não especificados	616	115	19%
706: Habitação e infraestruturas coletivas	725	124	17%

Funções da RAEOA	Dotação OGE (\$'000)	Execução (\$'000)	Taxa Execução (%)
Desenvolvimento coletivo	54	13	25%
Abastecimento de água	671	110	16%
707: Saúde	1.174	894	76%
Produtos, instrumentos e equipamentos médicos	3	0	14%
Serviços de saúde ambulatoriais	58	0	0%
Serviços dos hospitais	16	1	4%
Serviços de saúde pública	1.027	851	83%
Serviços de saúde não especificados	70	42	60%
708: Desporto, recreação, cultura e religião	12	0	0%
Assuntos e serviços recreativos, culturais e religiosos não especificados	12	0	0%
709: Educação	2.565	1.341	52%
Ensino primário e pré-primário	1.497	885	59%
Ensino secundário	85	69	80%
Ensino não definido por níveis	22	4	17%
Investigação e desenvolvimento em educação	1	0	0%
Serviços de educação não especificados	961	383	40%
710: Proteção social	111	59	53%
Doença, incapacidade e deficiência	13	0	0%
Família e infância	2	0	0%
Pobreza e exclusão social não especificada	55	29	53%
Investigação e desenvolvimento em proteção social	33	30	91%
Serviços de proteção social não especificados	9	0	0%
TOTAL PAGAMENTOS	62.181	44.069	71%

4.4 Execução Orçamental do Instituto Nacional da Segurança Social

A informação apresentada nesta secção foi fornecida pela Segurança Social e as tabelas apresentadas são resumidas. Os detalhes podem ser encontrados em anexo.

4.4.1 Execução Orçamental das Receitas por Categoria da INSS

4.4.1.1 Receitas Totais

Em 31 de dezembro de 2025, as receitas totais cobradas (execução orçamental) atingiram o montante de US\$ 208,3 milhões, correspondente a uma taxa de execução de 109,38%, o que mostra que as receitas efetivamente cobradas ultrapassaram as receitas previstas em sede orçamental.

Este montante global das receitas inclui as transferências correntes (US\$ 384,7 milhões) do INSS para o FRSS, que constituem receitas do FRSS (da Administração do FRSS). Estas transferências dizem respeito a verba destinada a cobrir as despesas de funcionamento/administração do FRSS.

Se excluirmos da nossa análise aquelas transferências entre as Instituições e regimes do perímetro orçamental, a execução orçamental das receitas consolidadas do OSS foi de US\$207,96 milhões com uma taxa de execução praticamente igual de 109,42%. A taxa de execução das receitas totais sobe ainda mais se retirarmos o efeito dos montantes transitados do ano anterior (em saldo de gerência): 110,44% (receitas efetivas consolidadas).

Tabela n.º 33 - Receita Total da Classificação Económica da Segurança Social até quarto trimestre de 2025 – em milhares de USD

Receitas	Dotação OGE inicial	Dotação OGE corrigida	Execução	%
Impostos e contribuições para a Segurança Social	50.531	50.531	68.415	135.39%
Contribuições e cotizações para a Segurança Social	50.531	50.531	68.415	135.39%
Taxas, coimas e outras penalidades	1	1	-	0.00%
Coimas e outras penalidades	1	1	-	0.00%
Rendimentos	50	50	116	232.96%
<i>Juros</i>	<i>50</i>	<i>50</i>	<i>59</i>	<i>117.89%</i>
<i>Outros rendimentos</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>58</i>	<i>0.00%</i>
Transferências	124.734	121.328	121.247	99.93%
Transferências correntes	124.684	121.278	121.247	99.93%
Transferências correntes da Administração Central	124.250	120.853	120.853	100.00%
Transferências correntes da Segurança Social	434	424	385	90.66%
Outras transferências correntes	-	-	9	0.00%
Transferências correntes do Exterior	50	50	-	0.00%
Ativos e passivos financeiros	-	-	-	0.00%
Ativos financeiros	-	-	-	0.00%
Passivos Financeiros	-	-	-	0.00%
Reposições não abatidas nos pagamentos	-	-	-	0.00%
Saldo de Gerência	1.000	18.569	18.569	100.00%
Operações extraorçamentais	-	-	-	0.00%
TOTAL	176.316	190.478	208.348	109.38%
TOTAL CONSOLIDADO	175.882	190.054	207.963	109.42%
TOTAL EFETIVO CONSOLIDADO	174.882	171.485	189.394	110.44%

4.4.1.2 Receitas por Classificação Económica total

Analisando, agora, individualmente as principais fontes de receitas (categorias orçamentais), por classificação económica, verificamos que:

- Na categoria “Impostos e contribuições para a Segurança Social”, a taxa de execução ultrapassou os 100% (135,39%), o que revela a cobrança efetiva das **contribuições e cotizações do setor público e do setor privado. Note-se que esta** elevada taxa de execução se deve bastante ao facto de o Estado ter pago, em janeiro de 2025, as contribuições que tinham ficado por pagar em 2024, regularizando a situação.
- Na categoria “Taxas, coimas e outras penalidades”, com uma dotação inscrita de apenas US\$ 500 , a taxa de execução é nula, uma vez que o INSS não iniciou ainda a cobrança de coimas ou juros de mora pelo incumprimento das obrigações contributivas, por parte de entidades empregadoras e beneficiários.
- Na categoria “Rendimentos” a taxa de execução global é de 232,96%. Nesta categoria duas rubricas têm expressão orçamental: a rubrica “juros e a rubrica “Outros rendimentos”.
- Relativamente aos “juros”, está aqui inscrita a verba referente aos juros de depósitos à ordem, sendo a execução superior ao previsto (taxa de execução de 117,89%).
- Na rubrica “outros rendimentos” a verba inscrita refere-se aos rendimentos obtidos pela aplicação de excedentes de tesouraria da Segurança Social, por parte do INSS (depósito a prazo). Em sede orçamental não se previa obter receitas desta natureza.
- Na categoria “Transferências” a taxa de execução global é de 99,93%. Nesta categoria inscreveu-se dotação relativa a:
 - “transferências correntes da Administração Central” para a Segurança Social, com uma taxa de execução de 100%, uma vez que o Ministério das Finanças cumpriu a transferência total da verba inscrita em sede orçamental (e que, nos termos legais, deve ser transferida semestralmente e conforme o plano de tesouraria aprovado);
 - “transferências correntes entre regimes de segurança social”, do INSS para o FRSS, que não tem impacto no OSS consolidado e apresenta uma taxa de execução de 90,66%, que se refere à verba para cobrir as despesas com o funcionamento/administração do FRSS.;
 - “transferências correntes do Exterior”, onde se inscreveu um montante de 50 mil USD, que se esperava obter de doadores, como cofinanciamento para a

continuidade de construção do sistema de informação. Contudo, esta transferência não chegou a ser recebida pelo INSS, pelo que não existe execução.

- Em 2025, registou-se ainda uma receita adicional de US\$9.376,96, não prevista inicialmente, relativa à receção de montantes que haviam sido pagos indevidamente a título de prestações sociais, bem como a um patrocínio de US\$2.600 do BNCTL para o lançamento do módulo de contribuições do INSS (banners).
- Na categoria “saldo de gerência” a taxa de execução é, como esperado, de 100%.

4.4.1.3 Receitas por Regime e Classificação Económica

No subsetor da Segurança Social todas as receitas são receitas próprias e são totalmente consignadas ao pagamento de despesas específicas. Por essa razão, na Segurança Social, as receitas são apresentadas também por regime de segurança social.

Tabela n.º 34 - Receitas por Regime e Classificação Económica da Segurança Social até quarto trimestre de 2025 – em milhares de USD

Receitas	Regime Contributivo de Repartição				Regime não Contributivo			
	Dotação OGE inicial	Dotação OGE corrigida	Execução	%	Dotação OGE inicial	Dotação OGE corrigida	Execução	%
Impostos e contribuições para a Segurança Social	50.531	50.531	68.415	135.39%	-	-	-	0.00%
Contribuições e cotizações para a Segurança Social	50.531	50.531	68.415	135.39%	-	-	-	0.00%
Taxas, coimas e outras penalidades	1	1	-	0.00%	-	-	-	0.00%
Rendimentos	50	50	116	232.96%	-	-	-	0.00%
Juros	50	50	59	117.89%	-	-	-	0.00%
Outros rendimentos	-	-	58	0.00%	-	-	-	0.00%
Transferências	8.317	6.964	6.970	100.09%	111.683	111.552	111.552	100.00%
Transferências correntes	8.317	6.964	6.970	100.09%	111.683	111.552	111.552	100.00%
<i>Transferências correntes do Ministério das Finanças</i>	<i>8.317</i>	<i>6.964</i>	<i>6.964</i>	<i>100.00%</i>	<i>111.683</i>	<i>111.552</i>	<i>111.552</i>	<i>100.00%</i>
<i>Outras transferências correntes</i>	-	-	6	0.00%	-	-	-	0.00%
Transferências correntes do Exterior	-	-	-	0.00%	-	-	-	0.00%
Venda de bens e serviços	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%
Ativos e passivos financeiros	-	-	-	0.00%	-	-	-	0.00%
Saldo de Gerência	1.000	16.526	16.526	100.00%	-	131	131	100.00%
Operações extraorçamentais	-	-	-	0.00%	-	-	-	0.00%
TOTAL	59.899	74.071	92.028	124.24%	111.683	111.683	111.683	100.00%
TOTAL CONSOLIDADO	59.899	74.071	92.028	124.24%	111.683	111.683	111.683	100.00%
TOTAL EFETIVO CONSOLIDADO	58.899	57.545	75.502	131.20%	111.683	111.552	111.552	100.00%

Receitas	Administração do INSS				Administração do FRSS			
	Dotação OGE inicial	Dotação OGE corrigida	Execução	%	Dotação OGE inicial	Dotação OGE corrigida	Execução	%
Impostos e contribuições para a Segurança Social	-	-	-	0.00%	-	-	-	0.00%
Contribuições e cotizações para a Segurança Social	-	-	-	0.00%	-	-	-	0.00%
Taxas, coimas e outras penalidades	-	-	-	0.00%	-	-	-	0.00%
Coimas e outras penalidades	-	-	-	0.00%	-	-	-	0.00%
Rendimentos	-	-	-	0.00%	-	-	-	0.00%
<i>Juros</i>	-	-	-	0.00%	-	-	-	0.00%
<i>Outros rendimentos</i>	-	-	-	0.00%	-	-	-	0.00%
Transferências	4.300	2.388	2.341	98.03%	434	424	385	90.66%
Transferências correntes	4.250	2.338	2.341	98.03%	434	424	385	90.66%
<i>Transferências correntes da Administração Central</i>	4.250	2.338	2.338	100.00%	-	-	-	0.00%
<i>Transferências correntes da Segurança Social</i>	-	-	-	0.00%	434	424	385	90.66%
<i>Outras transferências correntes</i>	-	-	3	0.00%	-	-	-	0.00%
Transferências correntes do Exterior	50	50	-	0.00%	-	-	-	0.00%
Venda de bens e serviços	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%
Ativos e passivos financeiros	-	-	-	0.00%	-	-	-	0.00%
Saldo de Gerência	-	1.902	1.902	100.00%	-	10	10	100.00%
Operações extraorçamentais	-	-	-	0.00%	-	-	-	0.00%
TOTAL	4.300	4.290	4.243	98.91%	434	434	395	90.88%
TOTAL CONSOLIDADO	4.300	4.290	4.243	98.91%	0.00	10	10	100.00%
TOTAL EFETIVO CONSOLIDADO	4.300	2.388	2.341	98.03%	-	-	-	0.00%

No regime contributivo de repartição, a taxa de execução total das receitas em 2025 ultrapassou os 100% (124,24%), fundamentalmente devido à cobrança de contribuições do setor público, que tinham ficado por pagar em 2024. Se excluirmos o saldo de gerência transitado de 2024 (que maioritariamente respeita o saldo do regime geral que foi transferido em 2025 para o regime de capitalização no FRSS), a taxa de execução das receitas efetivas é de 131,20%.

As contribuições sociais são claramente a principal fonte de receitas deste regime (com um peso de 90,61% nas receitas efetivas) e a taxa de execução atingida foi de 135,39%, pelas razões acima referidas.

As transferências da Administração Central (para pagamento do regime transitório, dos funcionários públicos) representam 9,23% das receitas efetivamente cobradas, e apresentam uma taxa de execução de 100%, mostrando que o Estado cumpriu inteiramente o acordado em sede orçamental.

Os rendimentos têm ainda peso reduzido no total receitas (0,15%), mas os montantes cobrados em 2025 foram superiores ao orçamentado (taxa de execução de 232,96%), devido ao início da rentabilização dos excedentes de tesouraria, por parte do INSS, que gere a Tesouraria única da Segurança Social, nos termos da lei.

Regista-se, ainda, a cobrança de uma pequena verba, inscrita em “outras transferências correntes” (US\$6.329,96), relativa à devolução, por parte de beneficiários, de montantes indevidamente pagos a título de prestações sociais.

No regime não contributivo, a taxa de execução atingiu os 100%, uma vez que a Administração Central concretizou a transferência da totalidade da verba prevista para financiamento das prestações sociais não contributivas, sendo esta a única fonte de financiamento deste regime. Note-se que o saldo de gerência, também naturalmente executado a 100%, refere-se ao saldo da transferência da Administração Central em 2024.

Na Administração do INSS, a taxa de execução foi de 98,91%, também muito elevada. Mesmo excluindo o saldo de gerência transitado de 2024 (naturalmente, com execução de 100%), a taxa de execução das receitas efetivas mantém-se muito elevada, em 98,03%.

Esta elevada execução deve-se à concretização das transferências da Administração Central – que por lei é a fonte de financiamento principal das despesas de administração das Instituições da Segurança Social. Tal como já referido, não foi concretizada a transferência de doadores, no montante de US\$50 mil previstos em sede orçamental.

Na Administração do FRSS, a taxa de execução foi de 90,88% também muito elevada, refletindo as transferências do INSS para o FRSS realizar despesas de administração.

4.4.1.4 Receitas por Classificação Orgânica

Como referido, o OSS integra o orçamento das duas Instituições da Segurança Social – o INSS e o FRSS – excluindo, porém, o regime de capitalização, ou seja, o fundo de reserva gerido pelo FRSS.

O INSS, no global, registou uma taxa de execução das receitas de 109,42%. Se tivermos em conta apenas as receitas efetivas (eliminando, portanto, o saldo transitado de 2024), a taxa de execução aumenta ligeiramente para 110,44%. Este resultado confirma as elevadas taxas de execução do regime contributivo de repartição, do regime não contributivo e da administração do INSS.

O FRSS registou uma taxa de execução das receitas de 90,88%, que corresponde à taxa de execução das receitas da administração do FRSS, incluindo apenas o saldo transitado e as transferências do INSS para o FRSS realizar despesas de administração.

Tabela n.º 35 - Receitas por Classificação Orgânica da Segurança Social até quarto trimestre de 2025 – em milhares de USD

Receitas	INSS				FRSS (sem Capitalização)			
	Dotação OGE inicial	Dotação OGE corrigida	Execução	%	Dotação OGE inicial	Dotação OGE corrigida	Execução	%
Impostos e contribuições para a Segurança Social	50.531	50.531	68.415	135,39%	0	0	0	0,00%
Contribuições e cotizações para a Segurança Social	50.531	50.531	68.415	135,39%	0	0	0	0,00%
Taxas, coimas e outras penalidades	1	1	0	0,00%	0	0	0	0,00%
Coimas e outras penalidades	1	1	0	0,00%	0	0	0	0,00%
Rendimentos	50	50	116	232,96%	0	0	0	0,00%
Juros	50	50	59	117,89%	0	0	0	0,00%
Outros rendimentos	0	0	58	0,00%	0	0	0	0,00%
Transferências	124.300	120.903	120.863	99,97%	434	424	385	90,66%
Transferências correntes	124.250	120.853	120.863	100,01%	434	424	385	90,66%
Transferências correntes da Administração Central	124.250	120.853	120.853	100,00%	0	0	0	0,00%
Transferências correntes da Segurança Social	0	0	0	0,00%	434	424	385	90,66%
Outras transferências correntes	0	0	9	0,00%	0	0	0	0,00%
Transferências correntes do Exterior	50	50	0	0,00%	0	0	0	0,00%
Ativos e passivos financeiros	0	0	0	0,00%	0	0	0	0,00%
Reposições não abatidas nos pagamentos	0	0	0	0,00%	0	0	0	0,00%
Saldo de Gerência	1.000	18.559	18.559	100,00%	0	10	10	100,00%
Operações extraorçamentais	0	0	0	0,00%	0	0	0	0,00%
TOTAL	175.882	190.044	207.953	109,42%	434	434	395	90,88%
TOTAL CONSOLIDADO	175.882	190.044	207.953	109,42%	0	10	10	100,00%
TOTAL EFETIVO CONSOLIDADO	174.882	171.485	189.394	110,44%	0	0	0	0,00%

4.4.2 Execução Orçamental das Despesas por Categoria da Segurança Social

A breve análise da execução orçamental das despesas no período de janeiro a dezembro de 2025, que se segue nos pontos seguintes, deve ser lida em complemento às Tabelas das Despesas, apresentadas no relatório síntese de execução mensal, que se anexa, incluindo as tabelas das Despesas por Classificação orgânica, económica e estruturada por programas, e das Despesas por Classificação Económica, total e por regime.

4.4.2.1 Despesas Totais

Em 31 de dezembro de 2025, as despesas totais executadas (execução orçamental) atingiram o montante de US\$171,549 milhões, correspondente a uma taxa de execução de 90,06%, o que é bastante positivo, no seguimento da tendência dos últimos anos.

Se tivermos em conta na nossa análise o orçamento total consolidado – excluindo as transferências entre Instituições e regimes do perímetro orçamental –, a execução orçamental das despesas consolidadas do OSS foi de US\$171,16 milhões, com uma taxa de execução igual, de 90,06%.

Neste período, o INSS transferiu para o FRSS, um total de US\$53,66 milhões:

- US\$384,66 mil, referentes a transferências correntes para a administração do FRSS (para o FRSS realizar despesas de administração);
- US\$1,6 milhao , referentes a transferências correntes para o regime de capitalização, para cobrir despesas com a gestão da carteira de ativos do fundo de reserva;
- US\$51,67 milhões, referentes a transferências de capital para o regime de capitalização. Este montante respeita aos excedentes apurados no regime de repartição e ao saldo que transitou de 2024 para reverter para a capitalização.

Aquele montante total de US\$53,66 milhões é registado como despesa do INSS e, portanto, como despesa do OSS. Contudo, apenas o valor de 384,66 mil é igualmente registado como receita do OSS (por ser receita do FRSS), consolidando no OSS. O remanescente (US\$53,27 milhões = US\$1,6 milhao + US\$51,67 milhões) refere-se a transferências do INSS para o regime de capitalização, pelo que, com a exclusão deste regime do perímetro orçamental, deixa de consolidar, sendo despesa efetiva do OSS.

Tabela n.º 36 – Execução de Despesas por Classificação Económica total da Segurança Social até quarto trimestre de 2025 – em milhares de USD

Despesas	INSS				FRSS (sem Capitalização)				TOTAL			
	Dotação OGE inicial	Dotação OGE corrigida	Execução	% Execução Despesa	Dotação OGE inicial	Dotação OGE corrigida	Execução	% Execução Despesa	Dotação OGE inicial	Dotação OGE corrigida	Execução	% Execução Despesa
SALÁRIOS E VENCIMENTOS	2.477	2.477	1.919	77,48%	0	0	0	0,00%	2.477	2.477	1.919	77,48%
BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.086	1.033	901	87,27%	434	347	172	49,60%	1.520	1.380	1.073	77,79%
TRANSFERÊNCIAS PÚBLICAS	172.016	186.178	168.406	90,45%	0	0	0	0,00%	172.016	186.178	168.406	90,45%
Transferências correntes para o Setor Público Administrativo	2.434	2.424	1.985	81,87%	0	0	0	0,00%	2.434	2.424	1.985	81,87%
Transferências correntes para famílias	124.400	124.400	114.749	92,24%	0	0	0	0,00%	124.400	124.400	114.749	92,24%
<i>Prestação regime não contributivo</i>	111.683	111.683	105.851	94,78%								
<i>Prestação regime transitório</i>	8.317	8.317	5.963	71,70%								
<i>Prestação regime geral</i>	4.400	4.400	2.935	66,69%								
Transferências de Capital para a Segurança Social (entre regimes)	45.182	59.354	51.672	87,06%	0	0	0	0,00%	45.182	59.354	51.672	87,06%
Ativos Financeiros	0	0	0	0,00%	0	0	0	0,00%	0	0	0	0,00%
CAPITAL MENOR	53	106	53	49,39%	0	87	84	96,52%	53	193	137	70,58%
CAPITAL DE DESENVOLVIMENTO	250	250	15	6,00%	0	0	0	0,00%	250	250	15	6,00%
TOTAL	175.882	190.044	171,293	90,13%	434	434	256	59,00%	176.316	190.478	171.549	90,06%
TOTAL CONSOLIDADO	175.447	189.619	170,909	90,13%	434	434	256	59,00%	175.882	190.054	171.165	90,06%
TOTAL EFETIVO CONSOLIDADO	175.447	189.619	170,909	90,13%	434	434	256	59,00%	175.882	190.054	171.165	90,06%

4.4.2.2 Despesas por Classificação Económica total

Se analisarmos individualmente as principais categorias orçamentais da despesa, por classificação económica, verificamos que:

Na categoria “Salários e Vencimentos”, a taxa de execução foi de 77,48%. A taxa de execução relativamente mais baixa do que o esperado justifica-se por duas razões:

- a) porque a contratação de pessoal prevista para janeiro acabou por ter efeitos apenas a partir de abril 2025, devido a um processo de seleção mais demorado;
- b) porque ao contrário do que se previa, acabou por não ser aprovado pelo Governo o novo regime de carreira da Segurança Social, que, contudo, havia sido tido em conta em sede orçamental.

Face à disponibilidade orçamental e às necessidades sentidas, o INSS acabou por adiantar a contratação de alguns colaboradores que estava prevista para 2026, com efeitos a partir de junho. Ainda assim, e por serem proibidas as alterações orçamentais com origem na rubrica “salários e abonos regulares e permanentes”, a execução orçamental na categoria ficou naturalmente aquém do previsto.

Na categoria “Bens e Serviços correntes” a taxa de execução global registada foi de 77,79%, fundamentalmente pelo adiamento para o início de 2026 de algumas atividades, com previsões orçamentais elevadas:

- a) algumas ações de formação/estágios profissionais, no estrangeiro, sobretudo em Portugal, no quadro do Programa de Cooperação em vigor – designadamente no âmbito do fundo de reserva e da contabilidade. Estes adiamentos resultaram apenas da (re)calendarização das atividades junto das Instituições de Segurança Social de Portugal e não representam nenhum problema de fundo;
- b) a conferência internacional do FRSS. Este adiamento está relacionado com a conjugação da disponibilidade dos oradores convidados, do FRSS, INSS e MSSI, e de outros serviços da Administração Pública de Timor-Leste, designadamente em função de outras atividades prioritárias (incluindo o debate da nova LEO e posteriormente do OGE 2026);
- c) a abertura dos cursos da Academia da Segurança Social. Este adiamento teve por base a complexidade do trabalho técnico preparatório (incluindo o desenho dos módulos curriculares).

Na categoria “Transferências Públicas” a taxa de execução foi muito elevada, de 90,45%.

Na rubrica "transferências correntes para famílias" a taxa de execução foi de 92,24%, o que mostra, uma vez mais, que o INSS está a cumprir a sua principal missão: a concessão de prestações sociais aos beneficiários de todos os regimes de segurança social.

Na rubrica "transferências correntes entre regimes de segurança social", a taxa de execução foi também bastante elevada, de 81,87%. A dotação inscrita nesta rubrica diz respeito a transferências do INSS para o FRSS, quer para cobrir os custos com a gestão operacional da carteira de ativos (transferência do regime de repartição para o regime de capitalização, constituindo despesa efetiva do INSS e do OSS), quer para financiar as despesas de administração do FRSS enquanto entidade pública (transferência dentro do perímetro orçamental, que consolida, não tendo impacto na despesa efetiva total).

Na rubrica "transferências de capital entre regimes de segurança social", a taxa de execução foi de 87,06%, refletindo a concretização de transferências do INSS para o regime de capitalização, relativas ao saldo apurado em 2024 no regime de repartição, bem como a excedentes obtidos no regime de repartição em 2025. Como já referido, devido à exclusão do regime de capitalização do perímetro orçamental, estas transferências constituem despesa efetiva do INSS e do OSS.

Na categoria “Capital Menor” a taxa de execução global foi de 70,58%.

Este resultado justifica-se apenas porque na dotação inscrita estava incluído o montante de 50 mil USD em equipamento informático, financiado por doadores (pela cooperação portuguesa), destinado a cobrir os custos com alguns ajustamentos no software financeiro do INSS. Contudo, esta verba acabou por não ser solicitada pelo INSS, uma vez que, no âmbito do contrato assinado em 2024 com empresa de manutenção do SISS, foi possível acolher estes ajustamentos, sem custos adicionais. No entanto, e porque se admite que venham a ser necessários novos ajustamentos mais profundos, essencialmente na componente contabilística do módulo financeiro, bem como na ligação de todos os módulos já construídos, o INSS pediu apoio à OIT para proceder a um levantamento mais concreto das necessidades de ajustamento técnico do referido módulo financeiro – processo concluído, aguardando-se o envio do relatório da OIT – de modo a poder, depois, procurar eventuais doadores/financiadores complementares.

Se excluíssemos da dotação orçamental da categoria “capital menor” aquele montante de 50 mil USD, a taxa de execução global da categoria teria sido de 95%.

Ainda assim, realça-se a concretização da aquisição de alguns bens de equipamento essenciais para o INSS e para o FRSS, incluindo equipamento informático e mobiliário.

Na categoria “Capital de Desenvolvimento” a dotação orçamental inscrita destinava-se a concluir o processo de desenho técnico e de arquitetura do novo edifício da Segurança Social (INSS e FRSS). Contudo, apesar dos projetos (adjudicados ainda em 2024) terem sido praticamente concluídos, aguarda-se ainda a necessária aprovação da ADN, razão pela qual os pagamento não foram concluídos, não tendo sido possível executar.

Esta análise da execução da despesa pelas categorias orçamentais permite-nos concluir que a elevada taxa de execução final, de 90,06%, se deve fundamentalmente à elevada execução alcançada nas “transferências públicas”, muito particularmente nas “transferências correntes para famílias”. Esta categoria é, de muito longe, a principal categoria de despesa do OSS, com um peso de 98,17% no total das despesas, revelando a importância dos regimes de segurança social.

Pelo contrário, as categorias relacionadas com a administração geral das Instituições da segurança social (salários e vencimentos, bens e serviços correntes, capital menor e capital de desenvolvimento) registaram taxas de execução menos elevadas (mas ainda assim, quase sempre superior a 70%). Contudo, no seu conjunto, estas categorias orçamentais têm um peso de apenas 1,83% do total da despesa.

No ponto seguinte analisa-se com mais detalhe a execução por programas, reiterando estes resultados.

4.4.3 Execução Orçamental das Despesa por Programa da INSS

No subsetor da Segurança Social estão previstos 4 Programas, que correspondem aos 3 regimes do sistema de segurança social e à Administração, e apresentam-se na tabela seguinte.

Tabela n.º 37 – Despesas por Programas do Segurança Social - em milhares de USD

Programa/Subprograma/Atividade	Dotação OGE Inicial (\$'000)	Dotação OGE Corrigida (\$'000)	Execução (\$'000)	Taxa Execução (%)
Programa A04 - Regime Contributivo de Repartição	59.899	74.071	62.170	83,93%
Subprograma A0401- Regime transitório de segurança social	8.317	8.317	5.963	71,70%
Atividade A040101: Pagamento de prestações sociais de direito - regime transitório de segurança social	8.317	8.317	5.963	71,70%

Programa/Subprograma/Atividade	Dotação OGE Inicial (\$'000)	Dotação OGE Corrigida (\$'000)	Execução (\$'000)	Taxa Execução (%)
Subprograma A0402 - Regime geral de segurança social	51.582	65.754	56.207	85,48%
Atividade A040201: Pagamento de prestações sociais de direito - regime geral de segurança social	4.400	4.400	2.935	66,69%
Atividade A040202: Contribuições para o regime de capitalização	47.182	61.354	53.272	86,83%
Programa A05 - Regime Não Contributivo	111.683	111.683	105.851	94,78%
Subprograma A0501 - Proteção Social de Cidadania	111.683	111.683	105.851	94,78%
Atividade A050101: Pagamento de prestações sociais não contributivas	111.683	111.683	105.851	94,78%
Programa A06 - Administração da Segurança Social (INSS)	4.300	4.290	3.272	76,28%
Subprograma A0601 - Coordenação, gestão e funcionamento do INSS	3.833	3.792	3.088	81,45%
Atividade A060101: Coordenação, gestão e funcionamento de todos os serviços (operacionais e técnicos) do INSS	3.423	3.413	2.779	81,41%
Atividade A060102: Formação em exercício dos Recursos Humanos do INSS	282	247	186	75,21%
Atividade A060103: Elaboração de estudos e propostas técnicas visando a melhoria, alargamento, eficácia e sustentabilidade do sistema de segurança social	55	44	37	84,39%
Atividade A060104: Extensão da cobertura do sistema de segurança social	74	88	87	99,00%
Subprograma A0603 - Investimento Estratégico das Instituições da Segurança Social (INSS)	467	498	184	36,93%
Atividade A060301: Criação de serviços desconcentrados do INSS	165	143	118	82,39%
Atividade A060302: Construção do Sistema de Informação da Segurança Social	50	50	0	0,00%
Atividade A060303: Apetrechamento dos Serviços Centrais do INSS e FRSS (parte INSS)	252	305	66	21,62%
TOTAL INSS	175.882	190.044	171.293	90,13%
Programa 6 - Administração da Segurança Social (FRSS)	434	434	256	59,00%

Programa/Subprograma/Atividade	Dotação OGE Inicial (\$'000)	Dotação OGE Corrigida (\$'000)	Execução (\$'000)	Taxa Execução (%)
Subprograma A0602 - Coordenação, gestão e funcionamento do FRSS	434	347	172	49,60%
Atividade A060201: Coordenação, gestão e funcionamento de todos os serviços do FRSS	102	154	103	66,93%
Atividade A060202: Formação em exercício dos Recursos Humanos do FRSS	332	193	69	35,80%
Subprograma A0603 - Investimento Estratégico das Instituições da Segurança Social (FRSS)	0	87	84	96,52%
Atividade A060303: Apetrechamento dos Serviços Centrais do INSS e FRSS (parte FRSS)	0	87	84	96,52%
TOTAL FRSS	434	434	256	59,00%
TOTAL OSS CONSOLIDADO (INSS + FRSS)	176.316	190.478	171.549	90,06%
TOTAL OSS CONSOLIDADO	175.882	190.054	171.165	90,06%

No regime contributivo de repartição, a única categoria orçamental com dotação inscrita é “Transferências Públicas”, incluindo as “transferências correntes para famílias” (relativas ao pagamento de prestações sociais) e as “transferências (correntes e de capital) para a segurança social” (relativas à transferência do INSS para o regime de capitalização, ou seja, para o de reserva gerido pelo FRSS).

O total das despesas executadas neste regime foi de US\$62,17 milhões, correspondendo a uma taxa de execução 83,93%.

Na rubrica “transferências correntes para famílias”, a taxa de execução foi de 69,97%. Este resultado ficou abaixo do esperado e justifica-se pelas seguintes razões:

- O subsídio de doença foi aprovado apenas em outubro de 2025, não tendo havido lugar a despesas no ano. Esta prestação tinha uma elevada dotação orçamental inscrita, pelo que a sua não execução, reduz claramente a taxa de execução do regime geral; O subsídio de doença, como qualquer prestação social do regime contributivo, tem que ser requerido pelo interessado/beneficiário. Neste tipo de prestações imediatas, e mesmo com previsões de base, não é possível saber em concreto o montante que se vai gastar num determinado ano, antes de existirem séries de dados suficientes (período de implementação, por dois ou três anos) que permitam que as estimativas sejam mais realistas. Por isso, e porque não se sabia ao certo a data em que o diploma legal seria aprovado, o montante inscrito no orçamento de 2025, foi feito com base numa estimativa

para abranger todo o ano, de modo a garantir a existência de dotação orçamental para pagar a prestação social a todos os contribuintes que a pudessem requerer ao longo do ano. Note-se que o subsídio de doença é uma prestação social de direito do regime contributivo, pelo que é obrigação da Segurança Social prever dotação orçamental suficiente para cobrir a eventual despesa: o que não pode de todo acontecer é haver requerimentos não pagos a beneficiários que contribuem para o regime, por falha na previsão da dotação orçamental. Por outro lado, no regime contributivo, a não realização de despesa (associada ao não requerimento de prestações sociais) tem apenas como consequência o aumento do saldo a reverter para o fundo de reserva, pelo que não é um indicador negativo. Na verdade, o regime contributivo de segurança social não deve ser avaliado apenas pela taxa de execução da despesa, mas também pelos excedentes que seja capaz de criar.

Agora, o diploma está aprovado e em vigor. Em 2026, o subsídio de doença está já disponível para pagamento aos beneficiários que o possam requerer.

- No regime transitório, as pensões de velhice registaram uma taxa de execução mais baixa (57%), uma vez que muitos funcionários da Administração Pública continuam em funções, apesar de cumprirem os critérios de acesso à pensão de velhice (incluindo a idade mínima).

Realça-se, contudo, que as prestações do regime geral são financiadas por contribuições sociais (e não por transferências da Administração Central), pelo que a verba não executada constitui excedente do regime geral e será transferida para o regime de capitalização.

A rubrica “transferências de capital para a segurança social” a execução é elevada, de 87,06%, refletindo as transferências do INSS para o regime de capitalização, quer do saldo apurado em 2024 no regime de repartição, quer do excedente obtido no ano 2025. Note-se que, no final do ano 2025, foi apurado ainda um saldo adicional no regime de repartição, que irá reverter para o regime de capitalização no início de 2026.

Na rubrica “transferências correntes para a segurança social” a dotação inscrita refere-se à transferência do INSS também para o regime de capitalização FRSS, para cobrir as despesas com a gestão operacional da carteira de ativos, sendo financiada por contribuições sociais. A taxa de execução foi de 80%, cumprindo o previsto no plano de tesouraria apresentado pelo FRSS ao INSS, não tendo sido necessária a transferência da verba restante. Contudo, tratando-se de saldo no regime de repartição, o valor não transferido, irá agora reverter para o regime de capitalização no início de 2026.

No regime não contributivo, o total de despesas executadas em 2025 foi de US\$105,85, com uma taxa de execução de 94,78%, correspondendo exclusivamente à execução na categoria “Transferências Públicas”, a única categoria orçamental neste regime/programa. A elevada taxa de execução reflete o cumprimento do pagamento planeado das pensões sociais a idosos e pessoas em situação de incapacidade absoluta para o trabalho. Estas prestações são financiadas por transferências do Orçamento da Administração Central para o OSS, nos termos legais.

Na Administração do INSS, o total de despesas em 2025 foi de US\$3,27 milhões, com uma taxa de execução de 76,28%, mais baixa relativamente aos programas relacionados com os regimes de segurança social. Este resultado deve-se essencialmente aos seguintes fatores:

- a contratação de pessoal prevista para janeiro acabou por ter efeitos apenas a partir de abril 2025, devido a um processo de seleção mais demorado, e, simultaneamente não foi aprovado o regime de carreira da Segurança Social. A disponibilidade orçamental gerada e a necessidade de reforçar os serviços, levou o INSS a adiantar para 2025 a contratação de alguns funcionários prevista para 2026. Contudo, isto teve efeitos apenas a partir do mês de junho, pelo que não compensou a não aprovação do regime de carreira. Assim, a taxa de execução em “salários e vencimentos” neste programa fixou-se em 77,48%, o que acabou por ser um resultado muito positivo, atendendo à não aprovação do regime de carreira especial da segurança social.
- foi possível acolher os ajustamentos informáticos aos módulos de contribuições e financeiro, no âmbito do contrato celebrado em 2024 com a empresa de manutenção do SISS, sem custos adicionais. Este facto levou a que não fosse necessário executar a verba de US\$50 mil inscrita em equipamento informático (e que seria financiada pela cooperação portuguesa). Este montante representava cerca de 50% da dotação total da categoria “capital menor” deste programa, o que justifica que a execução final tenha sido apenas de 49,39%.
- a verba prevista em capital de desenvolvimento destinava-se a concluir o processo de desenho técnico e de arquitetura do novo edifício da Segurança Social (INSS e FRSS). Contudo, apesar dos projetos (adjudicados ainda em 2024) terem sido praticamente concluídos, aguarda-se ainda a necessária aprovação da ADN, razão pela qual os pagamento não foram concluídos, não tendo sido possível executar. Assim, apenas foi paga a elaboração do estudo topográfico, pelo que a taxa de execução é quase nula (6%).

Na Administração do FRSS, o total de despesas em 2025 foi de US\$256,18 mil com uma taxa de execução de 59%, sendo este o programa com mais baixa execução orçamental registada. Este resultado deve-se exclusivamente à taxa execução na categoria “bens e serviços correntes”, pelo adiamento, para 2026, de duas atividades com elevado impacto orçamental:

- a formação/estágio em Portugal (3 meses), no Instituto homólogo da Segurança Social portuguesa, numa lógica de continuidade do estágio realizado em anos anteriores (o estágio está planeado por fases). Este adiamento resultou apenas de ajustamentos de calendário entre as duas Partes, não representando nenhum problema de fundo, mas tendo impacto relevante na execução final alcançada, dado o elevado montante previsto em ajudas de custo em deslocações ao estrangeiro. A formação foi reprogramada para o segundo semestre de 2026 (junho), após a realização da Conferência Internacional do FRSS (programada para fevereiro de 2026) e o fecho das Contas de 2025 (cujo prazo é final de maio de 2026).
- a conferência internacional do FRSS. Este adiamento está relacionado com a conjugação da disponibilidade dos oradores convidados, do FRSS, INSS e MSSl, e de outros serviços da Administração Pública de Timor-Leste, designadamente em função de outras atividades prioritárias (incluindo o debate da nova LEO e posteriormente do OGE 2026). A Conferência Internacional foi reprogramada para o início de fevereiro de 2026 (e teve já lugar).

Face a estes adiamentos, o FRSS procedeu a algumas alterações orçamentais, de modo a maximizar as disponibilidades orçamentais, realizando outras atividades, designadamente a aquisição de bens de investimento cruciais ao bom desempenho das funções do FRSS. Mesmo assim, não foi possível alcançar uma taxa de execução muito elevada.

4.4.4 Execução Orçamental das Despesa por Classificação Orgânica da Segurança Social

O INSS registou, em 2025, um total de despesas de US\$171,29 milhões, incluindo a transferência corrente para o FRSS, para realização de despesas de administração (US\$384,67 mil). Este montante de despesa executada corresponde a uma taxa de execução global de 90,13%, o que é muito positivo.

A execução das despesas do INSS corresponde à execução das despesas do regime contributivo de repartição (com uma taxa de execução de 83,93%), do regime não contributivo (com uma taxa de execução de 94,78%) e da administração do INSS (com uma taxa de execução de 76,28%). Apesar da execução do programa de administração ter sido relativamente mais baixa, este programa representa apenas 2% do total do orçamento do INSS.

O FRSS registou, em 2025, um total de despesas de US\$256.178,79 com uma taxa de execução de 59%, correspondendo apenas à administração do FRSS, uma vez que o regime de capitalização (gerido pelo FRSS) foi excluído do perímetro orçamental, nos termos da LEO.

4.4.5 Execução Orçamental das Despesa por Classificação Funcional da Segurança Social

No Orçamento Geral do Estado, as despesas por classificação funcional são aprovadas no global para todo o Setor Público Administrativo, que inclui a Administração Central, a Segurança Social e a RAEOA. Por isso, o Subsetor da Segurança Social contribui, com os seus montantes, para o orçamento das despesas por classificação funcional.

Tendo em conta o perímetro orçamental previsto na nova LEO, o Subsetor da Segurança Social tem dotação orçamental inscrita em duas Divisões da Classificação Funcional, que refletem duas funções do Estado: nos “serviços gerais da administração pública”, onde está inscrita a verba relativa às transferências do INSS para despesas de administração do FRSS; e na “Proteção Social” onde está inscrita a verba total para pagamento das prestações sociais, bem como para pagamento de despesas gerais de administração dos serviços das Instituições da Segurança Social.

Tabela n.º 38 – Execução das Despesas por Funções do Segurança Social - em milhares de USD

Classificação Funcional	Dotação OGE Inicial (\$'000)	Dotação OGE Corrigida (\$'000)	Execução (\$'000)	Taxa Execução (%)
01. - Serviços gerais da administração pública	434	424	385	90,66%
01.08 - Transferências de carácter geral entre diferentes níveis da administração pública	434	424	385	90,66%
10. - Proteção Social	175.882	190.054	171.165	90,06%
10.01 - Doença, incapacidade e deficiência	8.771	9.736	8.703	89,39%
10.02 - Velhice	109.258	107.628	100.209	93,11%
10.03 - Morte e sobrevivência	5.270	5.934	5.144	86,69%
10.04 - Família e infância	1.102	1.102	693	62,88%
10.05 - Desemprego	0	0	0	0,00%
10.06 - Habitação	0	0	0	0,00%
10.07 - Pobreza e exclusão social não especificada	0	0	0	0,00%
10.08 - Investigação e desenvolvimento em proteção social	0	0	0	0,00%

Classificação Funcional	Dotação OGE Inicial (\$'000)	Dotação OGE Corrigida (\$'000)	Execução (\$'000)	Taxa Execução (%)
10.09 - Serviços de proteção social não especificados	51.482	65.654	56.416	85,93%
TOTAL OSS (INSS + FRSS)	176.316	190.478	171.549	90,06%
TOTAL OSS CONSOLIDADO	175.882	190.054	171.165	90,06%

Nos “serviços gerais da administração pública” o total de despesa executada no ano 2025 foi de US\$384.657,58, com uma taxa de execução de 90,66%. Esta despesa diz respeito, como já referido, às transferências correntes do INSS para o FRSS realizar despesas de administração, constituindo uma despesa do INSS.

Na “Proteção Social” o total da despesa é US\$171,16 milhões, com uma taxa de execução de 90,06%. A execução é bastante elevada em quase todas as áreas da Proteção Social (“doença, incapacidade e deficiência”; “velhice” e “morte e sobrevivência”), apenas com taxas de execução mais baixas na “família e infância” (62,88%) e em “serviços de proteção social não especificados” (85,93%), onde se incluem as despesas dos programas de Administração, cuja análise foi já apresentada.

4.4.6 Saldo da Segurança Social

O Subsetor da Segurança Social registou um saldo reconciliado no final do ano 2025 no montante de US\$36,79 milhões, depositado em contas à ordem das Instituições da Segurança Social, que integram a Tesouraria única da Segurança Social (US\$36,66 nas contas do INSS; e US\$138.402,79 nas contas do FRSS), não existindo dinheiro em caixa.

Contas INSS	Saldo Extrato bancário		Saldo Contas SS	Saldo reconciliado	Reconciliação/Notas
	Saldo Inicial	Saldo Final			
BNCTL	28.636.269,11	31.781.557,83	31.781.557,83	31.781.557,83	
BNU	1.347.763,85	1.360.984,43	1.360.984,43	1.360.984,43	
Mandiri	913.251,98	1.058.100,95	1.058.100,95	1.058.100,95	
BRI	178.540,99	134.932,50	134.932,50	134.932,50	
ANZ	2.082.564,21	2.324.410,46	2.324.410,46	2.324.410,46	
Total contas bancárias	33.158.390,14	36.659.986,17	36.659.986,17	36.659.986,17	
Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total INSS	33.158.390,14	36.659.986,17	36.659.986,17	36.659.986,17	
Contas FRSS Administração	Saldo Extrato bancário		Saldo Contas SS	Saldo reconciliado	
	Saldo Inicial	Saldo Final			
Administração (BRI)	1.714.287,84	1.615.889,50	1.615.889,50	1.615.889,50	Deste saldo, apenas o montante de 138.402,79 USD pertence ao regime de Administração, devendo o remanescente (1.477.486,71 USD) ser transferido para contas do FRSS relativas à capitalização
Total contas bancárias	1.714.287,84	1.615.889,50	1.615.889,50	1.615.889,50	
Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total FRSS	1.714.287,84	1.615.889,50	1.615.889,50	1.615.889,50	
TOTAL GLOBAL	34.872.677,98	38.275.875,67	38.275.875,67	38.275.875,67	

Note-se que, na conta Administração do FRSS, no BRI, o saldo em 31 de dezembro de 2025 era de US\$1,62 milhões, mas apenas US\$138.402,79 é saldo apurado neste programa, devendo o remanescente ser transferido para contas do FRSS afetas ao regime de capitalização (o que já se concretizou em 2026).

A decomposição do saldo apurado mostra também que o saldo relativo a transferências da Administração Central é de US\$9,29 milhões, montante que ficou, no final de 2025, na posse do subsetor da Segurança Social, devendo ser deduzido às transferências da Administração Central em 2026.

Decomposição do saldo

	Fonte Financiamento Estado	Outras Fontes Financiamento	Total
Regime Contributivo	2.354.072,09	27.503.514,44	29.857.586,53
Regime Não Contributivo	5.831.672,38	0,00	5.831.672,38
Administração INSS	967.677,28	3.050,00	970.727,28
Saldo total INSS	9.153.421,74	27.506.564,44	36.659.986,18
Administração FRSS	138.402,79	0,00	138.402,79
Saldo total FRSS	138.402,79	0,00	138.402,79
Saldo total OSS	9.291.824,53	27.506.564,44	36.798.388,97

O saldo remanescente apurado, no total de US\$27,51 reverte, nos termos da Lei, para o regime de capitalização, ou seja, para o fundo de reserva gerido em capitalização pelo FRSS (e que está, agora, excluído do perímetro orçamental).

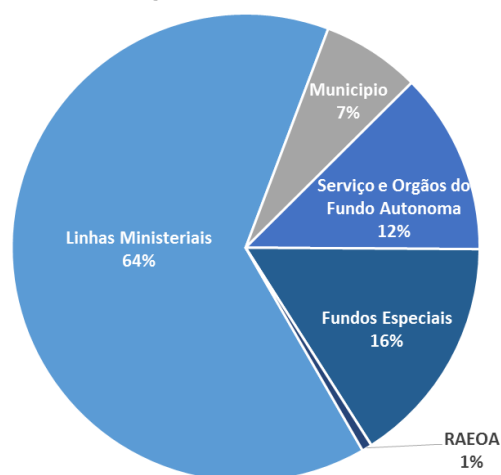
Transferências de Caixa para Setor Público Administrativo

Até ao final do quarto trimestre de 2025, o total das transferências orçamentais (caixa) efetuadas pelo Ministério das Finanças, para as Linhas Ministeriais, Fundos Especiais, Agências Autônomas, foi de US\$ 1,451 milhões.

A maioria das transferências foram para as Linhas Ministeriais (64%), com um montante de US\$ 930 milhões, 16% para fundos especiais com um montante de US\$ 230 milhões, 12% para Serviços e Órgãos Autônomos com e 7% para Administração Municipal com US\$ 182 milhões e US\$ 98.8 milhões respetivamente.

Foi efetuada uma transferência para o RAEOA no quarto trimestre de 2025 com um montante de US\$ 10 milhões para cobrir as necessidades da RAEOA.

Proção de Transferência



Na tabela seguinte apresenta-se as Transferências de caixa até ao terceiro trimestre de 2025.

Tabela n.º 39 - Transferências de caixa até quarto trimestre de 2025

No	Entidade	Sigla	Transferencia Trimestre 1	Transferencia Trimestre 2	Transferencia Trimestre 3	Transferencia Trimestre 4	Total Transferencia
1	Linhas Ministeriais	LM	192.281	137.791	229.650	370.338	930.059
2	Município	AM	18.415	21.586	33.910	24.937	98.849
3	Serviço e Órgãos do Fundo Autônoma	SOFA	44.327	37.020	35.516	65.231	182.094
4	Fundos Especiais	FE	4.743	26.247	40.765	158.700	230.455
5	Instituto Nacional de Segurança Social	INSS	0	0	0	0	0
6	RAEOA	RAEOA	0	0	0	10.000	10.000
Total Geral			259.766	222.644	339.842	629.206	1.451.457

No	Linhas Ministeriais	Sigla	Transferencia Trimestre 1	Transferencia Trimestre 2	Transferencia Trimestre 3	Transferencia Trimestre 4	Total Transferencia
1	Primeiro-ministro	PM	5.899	0	750	1.630	8.279
2	Presidência do Conselho de Ministros	PCM	0	2.500	500	1.400	4.400
3	Ministério da Solidariedade Social e da Inclusão	MSSI	6.547	6.547	3.000	7.000	23.094
4	Ministério Coordenador dos Assuntos Económicos	MCAE	1.126	0	1.126	1.940	4.192
5	Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego	SEFOPE	2.121	0	2.112	3.650	7.883
6	Secretaria de Estado de Cooperativas	SECOOP	1.515	1.120	1.250	1.860	5.745

No	Linhas Ministeriais	Sigla	Transferencia Trimestre 1	Transferencia Trimestre 2	Transferencia Trimestre 3	Transferencia Trimestre 4	Total Transferencia
7	Ministério das Finanças	MF	4.722	0	4.722	2.700	12.145
8	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	MNEC	14.000	0	8.634	6.000	28.634
9	Ministério da Justiça	MJ	3.219	3.173	0	500	6.892
10	Ministério da Administração Estatal	MAE	5.000	249	6.500	7.900	19.649
11	Ministério da Saúde	MS	15.000	16.899	7.500	32.542	71.940
12	Ministério do Ensino Superior Ciência e Cultura	MESCC	1.739	0	1.939	2.900	6.579
13	Secretaria de Estado para a Igualdade e Inclusão	SEII	459	1.000	0	300	1.759
14	Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional	MACLN	51.767	0	24.427	66.000	142.195
15	Ministério das Obras Públicas	MOP	0	43.944	87.000	135.847	266.791
16	Ministério dos Transportes e Comunicações	MTC	3.338	25	1.913	2.700	7.976
17	Ministério da Defesa	MD	2.735	0	5.235	2.000	9.969
18	FALINTIL-Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL)	F-FDTL	9.112	3.813	12.262	8.970	34.157
19	Ministério do Interior	MI	3.750	2.632	3.750	2.320	12.452
20	Polícia Nacional Timor-Leste	PNTL	11.605	11.605	7.803	13.459	44.472
21	Ministério do Petróleo e Minerais/ MPRM	MPRM	11.810	5.000	12.809	9.900	39.519
22	Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça	PDHJ	535	120	713	450	1.818
23	Ministério do Turismo e Ambiente (MTA) /Secretaria de Estado do Ambiente	MTA	0	2.500	2.500	3.200	8.200
24	Ministério Coordenador dos Assuntos Sociais	MCAS	252	227	231	235	946
25	Ministério da Educação, Juventude e Desporto/ Ministério da Educação	ME	20.000	32.066	17.000	30.000	99.066
26	Ministério do Comércio e Indústria	MCI	2.183	1.104	2.184	2.880	8.351
27	Ministério da Agricultura, Pecuária, Pescas e Flores	MAPPF	6.443	0	6.449	7.500	20.392
28	Ministério Juventude Desporto, Artes e Cultura/ Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto	MJDAC	2.368	165	4.447	4.275	11.255
29	Ministério do Plano e Ordenamento	MPIE	0	2.158	0	1.200	3.358
30	Ministério do Desenvolvimento Rural e Habitação Comunitária	MDRHC	3.250	0	300	7.250	10.800

No	Linhas Ministeriais	Sigla	Transferencia Trimestre 1	Transferencia Trimestre 2	Transferencia Trimestre 3	Transferencia Trimestre 4	Total Transferencia
31	Secretaria de Estado das Comunicações Sociais	SECOMS	1.510	700	2.319	1.400	5.929
32	Vice-primeiro-ministro para a Área económica	VPMAE	0	0	0	195	195
33	Vice-primeiro-ministro para a Área Social	VPMAS	275	242	275	235	1.027
	Total		192.281	137.791	229.650	370.338	930.059

No	Município	Sigla	Transferencia Trimestre 1	Transferencia Trimestre 2	Transferencia Trimestre 3	Transferencia Trimestre 4	Total Transferencia
1	Autoridade Municipal de Baucau	AM de Baucau	0	3.500	4.902	1.750	10.152
2	Autoridade Municipal de Bobonaro	AM de Bobonaro	2.827	0	5.273	1.700	9.800
3	Autoridade Municipal de Dili	AM de Dili	4.809	0	4.809	4.515	14.132
4	Autoridade Municipal de Ermera	AM de Ermera	3.218	120	4.718	2.500	10.556
5	Autoridade Municipal de Aileu	AM de Aileu	1.881	1.320	1.500	2.010	6.711
6	Autoridade Municipal de Ainaro	AM de Ainaro	1.970	1.200	1.553	1.558	6.281
7	Autoridade Municipal de Covalima	AM de Covalima	2.073	2.073	1.000	2.310	7.457
8	Autoridade Municipal de Lautém	AM de Lautém	0	2.398	2.673	1.699	6.770
9	Autoridade Municipal de Liquiçá	AM de Liquiçá	0	2.500	1.477	1.995	5.972
10	Autoridade Municipal de Manatuto	AM de Manatuto	1.000	2.767	1.000	2.550	7.317
11	Autoridade Municipal de Manufahi	AM de Manufahi	0	2.200	1.925	500	4.625
12	Autoridade Municipal de Viqueque	AM de Viqueque	0	3.507	2.507	950	6.963
13	Autoridade Administrativa de Atauro	AA de Atauro	638	0	575	900	2.113
	Total		18.415	21.586	33.910	24.937	98.849

No	Serviço e Órgãos do Fundo Autonomia	Sigla	Transferencia Trimestre 1	Transferencia Trimestre 2	Transferencia Trimestre 3	Transferencia Trimestre 4	Total Transferencia
1	Presidência da República	PR	2.711	1.000	4.641	2.298	10.650
2	Parlamento Nacional	PN	5.300	3.000	1.350	7.617	17.267
3	Tribunais	Tribunal	0	1.000	1.778	950	3.728
4	Procuradoria Geral da República	PGR	1.056	700	1.056	750	3.562
5	Inspeção-Geral do Estado	IGE	231	0	231	225	687
6	Polícia Científica de Investigação Criminal	PSIC	546	475	546	450	2.017
7	Autoridade de Proteção Civil	APC	2.184	2.000	1.500	2.400	8.084
8	Inspeção-Geral do Trabalho (SEFOPE)	IGT	175	0	175	200	550
9	Serviço Nacional de Inteligência	SNI	661	478	672	350	2.160

No	Serviço e Órgãos do Fundo Autônomo	Sigla	Transferencia Trimestre 1	Transferencia Trimestre 2	Transferencia Trimestre 3	Transferencia Trimestre 4	Total Transferencia
11	Administração dos Portos de Timor-Leste	APORTIL	0	0	0	1.540	1.540
12	Agência de Desenvolvimento Nacional	A.D.N	1.229	1.000	450	1.620	4.299
13	Agência de Promoção de Investimento e Exportação d (TranDiNVEST)	TRANDIN EST/AEI	0	192	300	608	1.100
14	Tecnologias de Informação e Comunicação I.P.	TIC	583	583	150	896	2.212
15	Agência Nacional para Avaliação e Acreditação Acad	ANAAA	200	100	0	100	400
16	Arquivo e Museu da Resistência Timorense	AMRT	500	1.049	500	1.080	3.129
17	Arquivo Nacional de Timor-Leste	ANTL	177	177	177	150	681
18	Autoridade Aviação Civil de Timor-Leste	AACTL	250	250	250	55	804
19	Autoridade de Inspeção Alimentar e Fiscalização da	AIFAESA	0	300	209	500	1.009
20	Autoridade Nacional de Comunicações	ANC	0	134	0	0	134
21	Centro Logístico Nacional	CLN	0	1.625	0	0	1.625
22	Centro Nacional Chega! I.P	CNC	391	391	0	491	1.273
23	Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional CNEFP (TIBAR)	CNEFP-TIBAR	376	376	200	495	1.446
24	Centro Nacional de Formação Profissional - Becora, (SENAI)	SENAI-BECORA	207	207	207	169	788
25	Centro Nacional de Reabilitação	CNR	350	350	100	350	1.150
26	Comissão Anti Corrupção	CAC	481	300	300	480	1.561
27	Comissão da Função Pública	CFP	725	500	500	870	2.595
28	Comissão Nacional de Eleições	CNE	2.254	4.500	736	1.000	8.490
29	Conselho de Imprensa	CI	210	100	150	200	660
31	Hospital Nacional Guido Valadares	HNGV	0	0	3.070	5.500	8.570
32	Imprensa Nacional de Timor Leste, I.P.	INTL	166	0	356	535	1.057
33	Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial	IADE	322	155	322	400	1.199
34	Instituto de Defesa Nacional	IDN	335	50	621	247	1.253
36	Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento, Formação d (BAMBU)	IPDF BAMBU	201	70	201	268	740
38	Instituto Nacional da Administração Pública	INAP	0	361	191	592	1.144

No	Serviço e Órgãos do Fundo Autônomo	Sigla	Transferencia Trimestre 1	Transferencia Trimestre 2	Transferencia Trimestre 3	Transferencia Trimestre 4	Total Transferencia
39	Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia	INCT	166	111	0	200	478
40	Instituto Nacional de Combate ao HIV-SIDA, IP	INC-HIV-SIDA	265	265	265	195	989
41	Instituto Nacional do Desenvolvimento de Mão-de-Ob	INDIMO	231	122	231	150	734
43	Instituto Para a Defesa dos Direitos da Criança, I	INDDICA	0	80	100	430	610
44	Instituto Para a Qualidade de Timor-Leste, IP	IQTL	0	397	15	224	636
45	Instituto Politécnico Betano	IPB	299	150	299	250	998
46	Secretariado Técnico da Administração Eleitoral	STAE	492	0	742	450	1.684
48	Serviço de Registo e Verificação Empresarial (Serve)	SERVE	0	549	75	850	1.474
49	Serviço Nacional de Ambulâncias e Emergência Médica	SNAEM	773	500	550	1.268	3.091
50	TATOLI - Agência Noticiosa de Timor-Leste, IP	TATOLI	167	141	167	150	625
51	Universidade Nacional de Timor-Leste	UNTL	4.189	1.591	3.761	2.120	11.661
30	Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas	GFTM	443	250	443	500	1.636
52	Autoridade Nacional do Petróleo	ANP	2.778	2.000	1.700	2.394	8.872
53	Unidade de Missão para o Combate ao Stunting	UNMICS	72	72	50	55	249
54	Comissão Nacional de Aprovisionamento	CNA	535	120	787	430	1.872
37	Instituto de Geociências de Timor-Leste	IGTL / IPG	1.424	0	1.424	1.300	4.148
47	Instituto Nacional de Farmácia e Produtos Médicos	INFPM / SAMES	3.000	2.500	2.509	7.600	15.609
35	Instituto de Gestão de Equipamentos	IGEADI/P IEM	1.033	64	1.033	1.680	3.810
55	Milennium Challenges Accounts de Timor-Leste	MCATL	0	0	0	0	0
42	Instituto Nacional de Saúde Pública de Timor-Leste	INSPTL / INS	590	590	0	700	1.880
33	Defensoria Pública	DP	429	300	429	400	1.559
10	Serviços de Apoio à Sociedade Civil e Auditoria Social /Gabinete de Apoio à Sociedade Civil	SASCAS / GASC	5.619	5.794	0	10.500	21.913
Total			44.327	37.020	35.516	65.231	182.094

No	Fundos Especiais	Sigla	Transferencia Trimestre 1	Transferencia Trimestre 2	Transferencia Trimestre 3	Transferencia Trimestre 4	Total Transferencia
----	------------------	-------	---------------------------	---------------------------	---------------------------	---------------------------	---------------------

1	Fundo Infraestrutura	FI	0	25.997	36.021	150.000	212.019
2	Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano	FDCH	4.743	0	4.743	6.800	16.287
3	Fundo Especial de Desenvolvimento Atauro	FEDA	0	250	0	1.900	2.150
Total			4.743	26.247	40.765	158.700	230.455

No	Instituto Nacional de Segurança Social	Sigla	Transferencia Trimestre 1	Transferencia Trimestre 2	Transferencia Trimestre 3	Transferencia Trimestre 4	Total Transferencia
4	Instituto Nacional de Segurança Social	INSS	0	0	0	0	0
5	Fundo de Reserva da Segurança Social	FRSS	0	0	0	0	0
Total			0	0	0	0	0

No	RAEOA	Sigla	Transferencia Trimestre 1	Transferencia Trimestre 2	Transferencia Trimestre 3	Transferencia Trimestre 4	Total Transferencia
1	Autoridade RAEOA	RAEOA	0	0	0	10.000	10.000
2	Fundo Especial de Desenvolvimento da Região Administracao	FED RAEOA	0	0	0	0	0
Total			0	0	0	10.000	10.000

Saldo de Caixa Disponível 31 Dezembro 2025 em BCTL

As listas a seguir fornecem informações detalhadas sobre os saldos do Setor da Administração Pública e da RAEOA mantidos junto do Banco Central de Timor-Leste em 31 de dezembro de 2025. Estes saldos estão sujeitos a atualizações e correções decorrentes do processo de reconciliação de final de ano em curso.

Tabela n.º 44 – Saldo de Caixa Disponível em 31 de dezembro 2025 em BCTL

Total Caixa e Equivalente a Caixa do Setor Público Administrativo em 31 de dezembro de 2025		
NO.	NOMES DE CONTA	2025 (Em US\$'000)
1	Administração Central e RAEOA	215.702
2	RAEOA (incl. Fundo Especial de Desenvolvimento da RAEOA)	11.330
3	Segurança Social	0
TOTAL		227.032

Saldo de Caixa no BCTL em 31 de dezembro de 2025 Linhas Ministeriais		
NO.	NOMES DE CONTA	2025 (Em US\$'000)
1	Primeiro Ministro	118
2	Presidência do Conselho de Ministros	476
3	Secretaria de Estado para a Igualdade e Inclusão	83
4	Ministério Coordenador dos Assuntos Económicos	361
5	Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego	25
6	Secretaria de Estado de Cooperativas	481
7	Ministério das Finanças	2.426
8	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	1.436
9	Ministério da Justiça	334
10	Ministério da Administração Estatal	980
11	Ministério da Saúde	1.406
12	Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura	207
13	Ministério da Solidariedade Social e da Inclusão	2.299
14	Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional	8.053
15	Ministério das Obras Públicas	27.237
16	Ministério dos Transportes e Comunicações	949
17	Ministério da Defesa	521
18	FALINTIL - Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL)	112
19	Ministério do Interior	58
20	Polícia Nacional Timor-Leste	25
21	Ministério do Petróleo e Minerais	1.328
22	Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça	180
23	Ministério do Turismo e Ambiente	861

Saldo de Caixa no BCTL em 31 de dezembro de 2025		
Linhas Ministeriais		
24	Ministério Coordenador dos Assuntos Sociais	26
25	Ministério da Educação	4.699
26	Ministério do Comércio e Indústria	488
27	Ministério da Agricultura, Pecuária, Pesca e Florestas	4.031
28	Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura	0
29	Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico	78
30	Ministério do Desenvolvimento Rural e Habitação Comunitária	1.478
31	Vice-Primeiro Ministro para a Área Social	28
32	Vice-Primeiro Ministro para a Área Económica	99
33	Secretaria de Estado para Comunicação	1.109
TOTAL		61.994

Saldo de Caixa no BCTL em 31 de dezembro de 2025		
Autoridade Municipios		
NO.	NOMES DE CONTA	2025 (Em US\$'000)
1	Autoridade Municipal de Baucau	597
2	Autoridade Municipal de Bobonaro	165
3	Autoridade Municipal de Dili	459
4	Autoridade Municipal de Ermera	289
5	Administração Municipal de Aileu	621
6	Administração Municipal de Ainaro	70
7	Administração Municipal de Covalima	0
8	Administração Municipal de Lautém	504
9	Administração Municipal de Liquiçá	64
10	Administração Municipal de Manatuto	130
11	Administração Municipal de Manufahi	170
12	Administração Municipal de Viqueque	461
13	Autoridade Administrativa de Ataúro	386
TOTAL		3.916

Saldo de Caixa no BCTL em 31 de dezembro de 2025		
Serviços e Fundos Autónomos no BCTL		
NO.	NOMES DE CONTA	2025 (Em US\$'000)
1	Presidência da República (PR)	0
2	Parlamento Nacional (PN)	4.302
3	Tribunais	85
4	Procuradoria-Geral da República (PGR)	130
5	Autoridade Nacional do Petróleo (ANP)	255
6	Agência Nacional para Avaliação e Acreditação Académica (ANAAA)	139
7	Autoridade Proteção Civil (APC)	177
8	BAMBU	0
9	Comissão Anti Corrupção (CAC)	128
10	Comissão Nacional Aproveitamento (CNA)	229

Saldo de Caixa no BCTL em 31 de dezembro de 2025 Serviços e Fundos Autónomos no BCTL		
NO.	NOMES DE CONTA	2025 (Em US\$'000)
11	Centro de Logístico Nacional (CLN)	1.197
12	Comissao da Função Pública (CFP)	21
13	Conselho de Imprensa (CI)	111
14	Comissão Nacional de Eleições (CNE)	328
15	Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas (GFTM)	32
16	Hospital Nacional Guido Valadares (HNGV)	591
17	Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial (IADE)	48
18	Instituto de Defesa Nacional (IDN)	17
19	Instituto de Gestão de Equipamentos (IGEADI)	409
20	Instituto Nacional da Administração Pública (INAP)	36
21	Inspeção-Geral do Trabalho (IGT)	178
22	Instituto Nacional de Saude Pública de Timor-Leste (INSPTL)/INS	67
23	Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia (INCT)	146
24	Instituto Nacional do Desenvolvimento de Mao-de-Obra (INDMO)	28
25	Instituto Politécnico Betano (IPB)	158
26	Polícia Científica de Investigação Criminal (PSIC)	103
27	Serviços de Apoio a Sociedade Civil e Auditoria Social (SASCAS)	160
28	Serviço Nacional de Inteligência (SNI)	284
29	Secretariado Técnico da Administração Eleitoral (STAE)	13
30	Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL)	197
31	Unidade de Missão para o Combate ao Stunting (UMCS)	5
32	Agência de Desenvolvimento Nacional I.P (ADN)	0
33	AIFAESA I.P	148
34	Arquivo e Museu da Resistência Timorense I.P (AMRT)	0
35	Autoridade Nacional de Comunicações I.P (ANC)	6.624
36	Arquivo Nacional de Timor-Leste I.P (ANTL)	12
37	Agência de Promoção de Investimento e Exportação de Timor-Leste (APIETL) / TRANDINEST/AEI	0
38	Administração Autoridade Portuária Timor Leste (APORTIL)	728
39	Agência de Tecnologias de Informação e Comunicação I.P (ATIC)	88
40	Autoridade Aviação Civil de Timor-Leste I.P (AACTL)	62
41	Centro Nacional Chega! I.P (CNC)	32
42	Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional - Tibar I.P (CNEFP-Tibar)	0
43	Centro Nacional de Formação Profissional - Becora I.P (CNFP - Becora) / SENAI	4
44	Centro Nacional de Reabilitação I.P (CNR)	88
45	Inspeção-Geral do Estado I.P (IGE)	141
46	Instituto de Geociências de Timor-Leste I.P (IGTL) / IPG	478
47	Imprensa Nacional de Timor Leste I.P (INTL)	311
48	Instituto Nacional de Combate ao HIV-SIDA (INCHSIDA) I.P	21
49	INDDICA I.P	249
50	Instituto Nacional de Farmácia e Produtos Médicos I.P (INFPM)/SAMES	959
51	Instituto para a Qualidade de Timor-Leste I.P (IQTL)	7

Saldo de Caixa no BCTL em 31 de dezembro de 2025		
Serviços e Fundos Autónomos no BCTL		
NO.	NOMES DE CONTA	2025 (Em US\$'000)
52	Serviço de Registo e Verificação Empresarial I.P (SERVE)	402
53	Serviço Nacional de Ambulâncias e Emergência Médica I.P (SNAEM)	1
54	TATOLI - Agência Noticional de Timor-Leste I.P	16
55	Defensoria Pública	35
56	Milennium Challenges Accounts de Timor-Leste	169
TOTAL		20.150

Saldo de Caixa no BCTL em 31 de dezembro de 2025		
Fundos Especiais e CFET		
NO.	NOMES DE CONTA	2025 (Em US\$'000)
1	Comissao Administração do Fundo da Infraestrutura (FI)	38.233
2	Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano (FDCH)	313
3	Fundo Covid-19	432
4	Fundo Consolidado (FCTL)	101.719
5	Fundo Especial do Desenvolvimento Atauro (FEDA)	274
6	RAEOA (incl. Fundo Especial de Desenvolvimento da RAEOA)	11.330
TOTAL		140.972

As Operações da Gestão da Dívida Pública e de contratação de empréstimos

Desembolsos de empréstimos em 2025

Até ao final do quarto trimestre de 2025, os totais de desembolsos realizados ascenderam a US\$14,77 milhões destinados ao financiamento de projetos no âmbito de empréstimos dos quais US\$ 8,9 milhões através do Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD), e US\$ 6,3 milhões do Banco Mundial (BM). A Tabela seguinte demonstra os desembolsos realizados até ao quarto trimestre de 2025.

Tabela n.º 40 – Desembolsos de empréstimos – quarto trimestre 2025 - em milhares de USD

Financiador / Contrato	Desembolsos (1.º Trim. 2025)	Desembolsos (2.º Trim. 2025)	Desembolsos (3.º Trim. 2025)	Desembolsos (4.º Trim. 2025)	Total
	(\$'000)	(\$'000)	(\$'000)	(\$'000)	(\$'000)
ADB 3020 -Road Net. Upgrading Sector Project_Manatuto to Natarbora	1.900	-	-	-	1.900
ADB 3021 -Road Net. Upgrading Sector Project_Manatuto to Natarbora	-	-	-	-	-
ADB 3181 -Road Net. Upgrading Sector Project.-Add. Financing _Tibar to Gleno	17	3	-	-	20
ADB 3341 -Road Net. Upgrading Sector Project.-Add. Financing _Liquica Tibar to Gleno	38	34	77	10	159
ADB 3342 -Road Net. Upgrading Sector Project.-Add. Financing	11	9	306	3	329
ADB 3456 -Dili to Baucau Highway Project	176	-	2.643	300	3.119
ADB 3643 -Baucau to Viqueque Highway Project_Venilale to Viqueque	413	414	637	130	1.594
ADB 3644 -Baucau to Viqueque Highway Project_Baucau to Venilale	593	37	491	253	1.374
ADB 4132 -Power Distribution Modernation Project	-	-	-	-	-
ADB 4213 -Dili West Water Supply Project	-	-	-	-	-
Total ADB	3.147	497	4.153	696	8.495
WB IDA 53030 -Timor-Leste Road Climate Resilience Proj._Aileu to Ainaro	-	-	-	-	-

Financiador / Contrato	Desembolsos (1º. Trim. 2025)	Desembolsos (2º. Trim. 2025)	Desembolsos (3º. Trim. 2025)	Desembolsos (4º. Trim. 2025)	Total
	(\$'000)	(\$'000)	(\$'000)	(\$'000)	(\$'000)
WB IDA 60120 -Timor-Leste Road Climate Resilience Proj_Laulara to Solerema	-	-	-	-	-
WB IDA 64880 -Road Network & Upgrade Gleno -Letefoho- Hatubuilico	1.930	633	488	3.232	6.284
WB IBRD 82900 -Aileu to Ainaro	-	-	-	-	-
Total WB	1.930	633	488	3.232	6.284
Total ADB + WB	5.077	1.130	4.642	3.929	14.779

Pagamento da Amortização de capital de empréstimos, juros e encargos

A tabela abaixo apresenta o montante do pagamento a título de amortização de capital de empréstimo, bem como dos juros e encargos, relativos ao quarto trimestre de 2025, às três grandes instituições financeiras: o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD), o Banco Mundial (BM) e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA).

Tabela n.º 41 – Pagamento da Amortização de capital de empréstimos, juros e encargos – quarto trimestre 2025 - em milhares de USD

Contrato	Data	Amortização Capital de Empréstimo	Juros	Compromisso	TOTAL
ADB L2857	3/15/2025	525	681		2.399
	9/15/2025	551	643		
ADB L2858	3/15/2025	163	45		430
	9/15/2025	168	54		
ADB L3020	4/15/2025	992	748	2	3.582
	10/15/2025	1.063	777		
ADB L3021	4/15/2025	217	59		568
	10/15/2025	228	64		
ADB L3181	3/15/2025	298	244	1	1.071
	9/15/2025	299	228	1	

Contrato	Data	Amortização Capital de Empréstimo	Juros	Compromisso	TOTAL
ADB L3341	4/15/2025	827	725	16	3.113
	10/15/2025	829	699	16	
ADB L3342	4/15/2025	540	136		1.398
	10/15/2025	565	157		
ADB L3456	3/15/2025	1.241	367		3.215
	9/15/2025	1.241	366		
ADB L3643	3/15/2025	219	221	8	928
	9/15/2025	243	229	7	
ADB L3644	3/15/2025	625			1.278
	9/15/2025	625	28		
ADB 4104	3/15/2025				-
ADB 4132	3/15/2025				-
ADB 4213	3/15/2025				-
Total ADB		1.460	6.470	52	17,981
WB IBRD 8290	3/15/2025	383	208		1,176
	9/15/2025	383	202		
WB IDA 5303	3/15/2025	413	133	137	1,361
	9/15/2025	413	265		
WB IDA 6012	3/15/2025	337	126	70	1,097
	9/15/2025	355	209		
WB IDA 64880	3/15/2025			20	55
	9/15/2025			35	
WB IDA 65510	3/15/2025			2	3
	9/15/2025			2	
Total WB		2.283	1.143	265	3,691
JICA	3/15/2025	714	1		1,497
	9/15/2025	714	68		
Total JICA		1.428	69	-	1.497
Total		15.171	7.682	317	23.170

No quarto trimestre de 2025, o montante total de amortização do capital de empréstimos ascende a US\$ 15,2 milhões, com pagamento de juros totalizaram US\$ 7,7 milhões, outros encargos de compromissos de US\$ 317 mil, e pagamento de juros capitalizados e outros encargos de compromissos capitalizados totalizaram US\$ 303 milhões e US\$ 256 mil, respetivamente.

O BAD o maior financiador, conta com um total de amortização de capital de empréstimos de US\$ 11,5 milhões e pagamentos de juros e juros capitalizados ascendem a US\$ 6,5 milhões e US\$ 303 mil. O encargo de compromissos e compromisso capitalizados dos empréstimos do BAD é de US\$ 52 mil e US\$ 256 mil.

Vários contratos de empréstimo do BAD apresentam amortizações e pagamentos de juros significativos. O ADB 3020 - Loan Project tem a amortização individual mais elevada, de US\$ 2,05 milhões, e um pagamento de juros considerável de US\$ 1,5 milhões. O ADB 3456 - Loan Project também mostra uma grande amortização de US\$ 2,5 milhões e juros de US\$ 734 mil.

Outros projetos como o ADB 4104 - Loan Project, o ADB 4132 - Loan Project, e ADB 4213 - Loan Project não têm montante especificados de amortização, juros ou compromisso para este período.

O Banco Mundial (incluindo empréstimos IBRD e IDA) representa o segundo maior financiador, e conta com um total de amortização de capital de empréstimo de US\$ 2,3 milhões e pagamentos de juros que totalizam US\$ 1,14 mil. O compromisso total do Banco Mundial é de US\$ 265 mil, um valor superior ao compromisso do BAD.

Os principais Contratos do Banco Mundial incluem o WB IDA 5303 - Loan Project e tem a maior amortização de US\$ 826,0 mil e juros de US\$ 398 mil, juntamente com um compromisso de US\$ 137 mil.

Enquanto os dois contratos IDA, o WB IDA 64880 - Loan Project e o WB IDA 65510 - Loan Project, apresenta apenas montante de compromisso de US\$ 55 mil e US\$ 3,0 mil, respetivamente, sem amortização ou juros registados para a data indicada.

A JICA tem um contrato, com uma amortização de capital de empréstimo de \$ 1,4 milhões e um pagamento de juros mínimo de \$ 69 mil. Não há compromisso especificado para este projeto.

Amortização, juros e encargos acumulados no período de 2012 a 2025

A Amortização, juros e encargos no período de 2012 a 2025 ascendeu de US\$ 118,894 milhões. Isto foi US\$ 71,9 milhões de amortização de Capital, US\$ 30,3 milhões de Juros, US\$

1,4 milhões de Encargos de Compromisso, US\$ 12, 9 milhões de Juros Capitalizado e US\$ 2,29 milhões Encargos de Compromisso Capitalizado.

A tabela seguinte apresenta a amortização de capital de empréstimos, bem como dos juros e outros encargos associados, desde o ano de 2012 até ao quarto trimestre de 2025. Os detalhes constam nas Tabelas 33 e 34.

Tabela n.º 42 – Amortização, juros e encargos acumulado período de 2012 a 2025

Ano	Amortizacao de Capital	Juros	Encargos de Compromissos	Juros Capitalizados	Encargos de Compromissos Capitalizados	Total Pagamento
2012	-	-	-	-	21	21
2013	-	-	-	1	99	100
2014	-	-	-	83	131	214
2015	-	41	43	132	128	344
2016	-	134	138	420	167	858
2017	253	538	224	617	181	1.813
2018	544	1.101	333	985	161	3.123
2019	3.254	2.096	0	1.679	152	7.182
2020	3.939	2.154	20	1.616	114	7.843
2021	6.371	2.022	21	1.260	96	9.770
2022	12.522	2.449	23	1.499	204	16.698
2023	14.664	4.876	15	2.914	297	22.766
2024	15.177	7.243	322	1.406	285	24.433
2025	15.188	7.664	317	303	256	23.728
	71.912	30.319	1.457	12.915	2.291	118.894

Tabela n.º 43 – Detalhes do Empréstimo durante quarto trimestre de 2025 - em milhares de USD

Reembolso cumulativo de principal de empréstimo da conta do governo em 31 de Dezembro de 2025
Todos em USD'000

No. Empréstimo	Título de Projeto de Empréstimo	Montante do empréstimo assinado	Desembolso total do empréstimo em 31 dez 2024 (A)	Desembolso total do empréstimo em 2025 (B)	Desembolso total do empréstimo ate 31 Dez 2025 (C=A+B)	Reembolso do Empréstimo acumulado do ano pago em 31 dez 2024 (D)	Reembolso do empréstimo ate 31 Dez 2025 (E)	Reembolso total do empréstimo ate 31 Dez 2025 (F=D+E)	Saldo em aberto em ate 31 Dez 2025 (G=C-F)	Início do Reembolso do Empréstimo	Reembolso dos Principais Empréstimos Termina
ADB - 2857	Road Net. Upgrading Sector Project_Dili to Liquica	30.850	30.481	0	30.481	5.445	1.075	6.521	23.960	15-Sep-17	15-Mar-37
ADB - 2858	Road Net. Upgrading Sector Project_Tibar to Gleno	9.150	8.402	0	8.402	1.509	331	1.840	6.563	15-Mar-20	15-Mar-44
ADB - 3020	Road Net. Upgrading Sector Project_Manatuto to Natarbora	40.000	37.093	1.900	38.992	9.310	2.055	11.364	27.628	15-Apr-19	15-Oct-38
ADB - 3021	Road Net. Upgrading Sector Project_Manatuto to Natarbora	10.000	8.856	0	8.856	2.749	450	3.200	5.657	15-Apr-19	15-Oct-38
ADB - 3181	Road Net. Upgrading Sector Project.-Add. Financing _Tibar to Gleno	11.780	11.097	20	11.117	2.441	598	3.038	8.078	15-Sep-19	15-Mar-39
ADB - 3341	Road Net. Upgrading Sector Project.-Add. Financing _Liquica Tibar to Gleno	53.000	31.580	159	31.739	5.118	1.656	6.775	24.964	15-Apr-21	15-Oct-38
ADB - 3342	Road Net. Upgrading Sector Project.-Add. Financing	23.220	19.397	329	19.726	4.537	1.117	5.654	14.072	15-Apr-21	15-Oct-40
ADB - 3456	Dili to Baucau Highway Project	49.650	44.094	3.119	47.213	7.448	2.483	9.930	37.283	15-Mar-22	15-Sep-41
ADB - 3643	Baucau to Viqueque Highway Project_Venilale to Viqueque	19.000	8.539	1.594	10.133	642	462	1.105	9.028	15-Mar-23	15-Sep-42
ADB - 3644	Baucau to Viqueque Highway Project_Baucau to Venilale	25.000	14.942	1.374	16.316	2.500	1.250	3.750	12.566	15-Mar-23	15-Sep-42

ADB 4104	President Nicolau Lobato International Airport Expansion Project	50.000	0	11.046	11.046	0	0	0	11.046	1-Mar-27	1-Mar-48
ADB 4105	President Nicolau Lobato International Airport Expansion Project	85.000	0	6.548	6.548	0	0	0	6.548	1-Mar-27	1-Sep-46
ADB 4132	Power Distribution Modernation Project	35.000	882	0	882	0	0	0	882	15-Mar-27	15-Mar-42
ADB 4213	Dili West Water Supply Project	50.000	136	0	136	0	0	0	136	15-Mar-30	15-Sep-46
Total ADB		491.650	215.500	26.089	241.589	41.699	11.477	53.176	188.413		
WB IDA 53030	Timor-Leste Road Climate Resilience Proj_ Aileu to Ainaro	25.000	25.000	0	25.000	4.950	825	5.775	19.225	15-Mar-19	15-Sep-38
WB IDA 60120	Timor-Leste Road Climate Resilience Proj_ Laulara to Solerema	36.026	22.602	0	22.602	2.832	692	3.524	19.078	15-Sep-22	15-Mar-42
WB IDA 64880	Road Network & Upgrade Gleno - Letefoho-Hatubuilico	59.000	5.624	6.284	11.908	0	0	0	11.908	15-Mar-30	15-Sep-59
WB IBRD 82900	Aileu to Ainaro	15.000	14.954	0	14.954	2.293	766	3.059	11.894	15-Mar-22	15-Mar-41
Total WB		135.026	68.180	6.284	74.464	10.075	2.283	12.358	62.106		
JICA TLS P1	National Road No. 1 Upgrading Project	63.285	38.754	0	38.754	4.950	1.428	6.379	32.375	20-Mar-22	20-Mar-42
TOTAL TODOS EMPRÉSTIMOS		689.961	322.434	32.373	354.807	56.724	15.188	71.912	282.894		

Juros acumulados de empréstimos e encargos de compromisso (CC) capitalizados e pagamentos em 31 de Dezembro de 2025.
Todos em USD'000

No. Empréstimo	Título de Projeto de Empréstimo	Juros Capitalizados acumulados do ano	EC Capitalizados acumulados do ano	Total Capitalização	Data de início da capitalização	Data final da capitalização **	Juros acumulados do ano até 31 de dezembro de 2024 (A)	Juros pagos em 2025 (B)	Juros acumulados do ano 31 de dezembro de 2024 (A + B)	EC acumulado do ano pago em 31 de dezembro de 2024 '(C)	EC Pago 2025 (D)	EC acumulado no ano pago em 31 de dezembro de 2025 (C + D)	Juros e EC acumulados no ano pagos [A + B] + [C+D]	Notas
ADB - 2857	Road Net. Upgrading Sector Project_Dili to Liquica	562	136	699	15/Sep /12	15/Mar/ 17	5.815	1.324	7.139	1	0	1	7.140	Loan Closed. Start to pay from Gov. Account in 15 Sep 2017 onwards
ADB - 2858	Road Net. Upgrading Sector Project_Tibar to Gleno	126	0	126	15/Mar /14	15/Mar/ 17	714	99	813	0	0	0	813	Loan Closed - COL. Start to pay from Gov. Account in 15 Sep 2017 onwards
ADB - 3020	Road Net. Upgrading Sector Project_Manatuto to Natarbora	937	263	1.200	15/Apr /14	15/Oct/ 19	4.767	1.525	6.292	65	2	67	6.359	Start to pay from the Gov. Account in 15 Oct 2019 onwards
ADB - 3021	Road Net. Upgrading Sector Project_Manatuto to Natarbora	530	0	530	15/Oct /14	on going	495	118	613	0	0	0	613	COL***
ADB - 3181	Road Net. Upgrading Sector Project.-Add. Financing _Tibar to Gleno	362	58	420	15/Mar /16	on going	932	472	1.404	306	1	307	1.711	
ADB - 3341	Road Net. Upgrading Sector Project.-Add. Financing _Liquica Tibar to Gleno	3.049	471	3.520	15/Oct /16	on going	1.180	1.424	2.604	16	33	49	2.653	
ADB - 3342	Road Net. Upgrading Sector Project.-Add. Financing	1.079	0	1.079	15/Oct /17	on going	264	281	545	0	0	0	545	COL***

Juros acumulados de empréstimos e encargos de compromisso (CC) capitalizados e pagamentos em 31 de Dezembro de 2025.
Todos em USD'000

No. Empréstimo	Título de Projeto de Empréstimo	Juros Capitalizados acumulados do ano	EC Capitalizados acumulados do ano	Total Capitalização	Data de início da capitalização	Data final da capitalização **	Juros acumulados do ano até 31 de dezembro de 2024 (A)	Juros pagos em 2025 (B)	Juros acumulados do ano 31 de dezembro de 2024 (A + B)	EC acumulado do ano pago em 31 de dezembro de 2024 '(C)	EC Pago 2025 (D)	EC acumulado no ano pago em 31 de dezembro de 2025 (C + D)	Juros e EC acumulados no ano pagos [A + B] + [C+D]	Notas
ADB - 3456	Dili to Baucau Highway Project	3.500	0	3.500	15/Mar/18	on going	319	732	1.051	0	0	0	1.051	COL***
ADB - 3643	Baucau to Viqueque Highway Project_Venilale to Viqueque	525	125	650	15/Mar/19	on going	273	450	723	9	15	24	747	
ADB - 3644	Baucau to Viqueque Highway Project_Baucau to Venilale	760	0	760	15/Sep/20	on going	0	28	28	0	0	0	28	
ADB 4104	President Nicolau Lobato International Airport Expansion Project	48	484	532	1/Mar/22	on going	0	0	0	0	0	0	0	
ADB 4105	President Nicolau Lobato International Airport Expansion Project	0	0		N/A	on going	0	0	0	0	0	0	0	
ADB 4132	Power Distribution Modernation Project	97	188	284	15/Sep/22	on going	0	0	0	0	0	0	0	
ADB 4213	Dili West Water Supply Project	145	76	221	15/Sep/23	on going	0	0	0	0	0	0	0	
Total ADB		11.719	1.802	13.521			14.758	6.453	21.211	397	51	448	21.659	
WB IDA 53030	Timor-Leste Road Climate Resilience Proj_Aileu to Ainaro	0	0	0	N/A	N/A	2.543	398	2.941	2.602	137	2.739	5.680	Pay from Gov. Acc. From 15 Mar 2015 on wards

Juros acumulados de empréstimos e encargos de compromisso (CC) capitalizados e pagamentos em 31 de Dezembro de 2025.
Todos em USD'000

No. Empréstimo	Título de Projeto de Empréstimo	Juros Capitalizados acumulados do ano	EC Capitalizados acumulados do ano	Total Capitalização	Data de início da capitalização	Data final da capitalização **	Juros acumulados do ano até 31 de dezembro de 2024 (A)	Juros pagos em 2025 (B)	Juros acumulados do ano 31 de dezembro de 2024 (A + B)	EC acumulado do ano pago em 31 de dezembro de 2024 '(C)	EC Pago 2025 (D)	EC acumulado no ano pago em 31 de dezembro de 2025 (C + D)	Juros e EC acumulados no ano pagos [A + B] + [C+D]	Notas
WB IDA 60120	Timor-Leste Road Climate Resilience Proj_Laulara to Solerema	0	0	0	N/A	N/A	997	334	1.331	442	70	513	1.844	Pay form Gov. Acc. From 15 Mar 2018 on wards
WB IDA 64880	Road Network & Upgrade Gleno - Letefoho-Hatubuilico	0	0	0	N/A	N/A	0	0	0	19	55	74	74	
WB IBRD 82900	Aileu to Ainaro	700	0	700	15/Mar/14		1.930	410	2.340	0	0	0	2.340	Fully disbursed
WBIDA65 510	Basic Education Strengthening and Transformation Project	0	0	0	N/A	N/A	0	0	0	6	3	9	9	Not yet disbursed
Total WB		700	0	700			5.470	1.143	6.612	3.069	265	3.334	9.946	
JICA TLS P1	National Road No. 1 Upgrading Project	590	357	947	20/Oct/12	15/Jul/22	294	69	363	5	0	5	368	
TOTAL TODOS EMPRÉSTIMOS		13.009	2.159	15.168			20.522	7.664	28.187	3.470	316	3.787	31.974	

*EC - Encargos de Compromisso

**on Going capitalization - Loans that is still has remaining funds allocated for Capitalization

***COL - Concessional Loan from ADB not bears Commitment Charge.

Conclusão

A execução orçamental para os meses de janeiro a setembro, baseia-se no Orçamento Geral do Estado para o ano de 2025, aprovado pela Lei n.º 8/2024, de 26 de novembro, a qual prevê uma receita e uma despesa total do Setor Público Administrativo (com FRSS) de US\$ 2.617,2 milhões, que engloba, Administração Central com uma despesa de US\$ 2.073,0 milhões, a RAEOA com uma despesa de US\$ 62,2 milhões e a Segurança Social de US\$ 482,0 milhões onde para INSS com montante de US\$ 176 milhões e FRSS com montante de 305 milhões. Tal resulta num orçamento final total global consolidado do Setor Público Administrativo de US\$ 2.177,2 milhões.

O OGE para 2025 prevê transferências do Fundo Petrolífero no valor de US\$ 1.561,1 milhões, dos quais US\$ 1.009,1 milhões ultrapassam o Rendimento Sustentável Estimado (RSE).

O orçamento total do Fundo de Infraestruturas em 2025 é de US\$ 312,2 milhões os quais US\$ 267,2 milhões foi financiado pelo Estado e US\$ 45,0 milhões financiados através de empréstimos. O orçamento final do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano em 2025 é de US\$ 19,0 milhões, o orçamento final dos Dotação Geral do Estado é de US\$ 313,6 milhões.

Até ao final do quarto trimestre de 2025, o Setor Público Administrativo apresentou uma receita total consolidado de US\$ 2.051,3 milhões e as despesas total de US\$ 1.975,7 milhões.

A Administração Central apresenta uma receita total de US\$ 1.911,7 milhões, representando uma taxa de realização de 92% da estimativa total para o ano de 2025. Isto inclui levantamentos do Fundo Petrolífero no valor de US\$ 1.451,95 milhões.

A taxa de execução orçamental da Administração Central até ao final do quarto trimestre de 2025 atingiu os US\$ 1.770,1 milhões, representando 85% do orçamento total de US\$ 2.073,0 milhões.

A taxa geral de execução orçamental da RAEOA no final do quarto trimestre de 2025 é de US\$ 44,1 milhões (71%), dos quais a salários e vencimentos é a maior despesa, representa US\$ 16,2 milhões (97%).

O Segurança Social apresenta uma taxa de execução orçamental global no quarto trimestre de 2025 de 90% com montante de US\$ 171,5 milhões, dos orçamento final total previsto de US\$ 190,4 milhões.

Durante o quarto trimestre de 2025, foi transferido o montante de US\$ 100 mil da Reserva de Contingência para a Conta de Ministério da Administração Estatal para financiar a Cerimónia em homenagem a Sua Santidade o Papa em Tasi Tolu.

Até ao final do quarto trimestre de 2025, os totais de desembolsos realizados ascenderam a US\$14,77 milhões destinados ao financiamento de projetos no âmbito de empréstimos dos quais US\$ 8,9 milhões através do Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD), e US\$ 6,3 milhões do Banco Mundial (BM). A Tabela seguinte demonstra os desembolsos realizados até ao quarto trimestre de 2025

Ate ao quarto trimestre de 2025, o montante total de amortização do capital de empréstimos ascende a US\$ 15,2 milhões, com pagamento de juros totalizaram US\$ 7,7 milhões, outros encargos de compromissos de US\$ 317 mil, e pagamento de juros capitalizados e outros encargos de compromissos capitalizados totalizaram US\$ 303 milhões e US\$ 256 mil, respetivamente

A Amortização, juros e encargos no período de 2012 a 2025 ascendeu de US\$ 118,894 milhões. Isto foi US\$ 71,9 milhões de amortização de Capital, US\$ 30,3 milhões de Juros, US\$ 1,4 milhões de Encargos de Compromisso, US\$ 12, 9 milhões de Juros Capitalizado e US\$ 2,29 milhões Encargos de Compromisso Capitalizado.